

# **INTEGRAÇÃO, GÊNERO E INSTITUIÇÕES NA AMÉRICA LATINA E NA ÁFRICA**



**SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**

**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**

**VIVIAN GRACE FERNÁNDEZ-DÁVILA URQUIDI**

**(ORGANIZADORES)**

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FFLCH-USP - 2020**

**ISBN 978-65-87621-16-6**  
**DOI: 10.11606/9786587621166**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**  
**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**  
**VIVIAN GRACE FERNÁNDEZ-DÁVILA URQUIDI**  
**(ORGANIZADORES)**

**INTEGRAÇÃO, GÊNERO E INSTITUIÇÕES NA**  
**AMÉRICA LATINA E NA ÁFRICA**

**FFLCH-USP**

**2020**

**[SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES]**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Comitê editorial

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes (UFT)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. Gevson Silva Andrade (UPE)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo  
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

---

I61 Integração, Gênero e Instituições na América Latina e na África  
[recurso eletrônico] /  
Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de  
Castro, Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi -- São Paulo:  
FFLCH/USP, 2020.  
5.854 Kb ; PDF. (Diálogos interdisciplinares)

ISBN 978-65-87621-16-6

DOI: 10.11606/9786587621166

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Integração. 3. Democracia  
(Equador). 4. Relações de gênero – Aspectos criminais. 5. Gêneros –  
Representação. 6. Mercosul. 7. Linguística – Moçambique. I. Suzuki,  
Júlio César. II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. III. Urquidi,  
Vivian Grace Fernández-Dávila.

CDD 980

---

Capa: Mapa da Patagônia Argentina (2013), Globos (2020). Foto de autoria de  
Rita Lima de Castro

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e  
autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade  
dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1

**DEMOCRACIA EN ECUADOR EN EL SIGLO XXI: LA REFORMA ELECTORAL Y LAS ELECCIONES DE LOS AÑOS 2013 Y 2014.....11**  
Wagner Tadeu Iglecias

### CAPÍTULO 2

**RELAÇÕES DE GÊNERO E OS JOGOS PROCESSUAIS .....43**  
Francielli Rubia Poltronieri  
Eric Gustavo Cardin

### CAPÍTULO 3

**TRAJETÓRIA DO MERCOSUL: DO REGIONALISMO ABERTO AO REGIONALISMO PÓS-HEGEMÔNICO .....78**  
Isabela Furegatti Corrêa  
Ricardo Luis Chaves Feijó

### CAPÍTULO 4

**“MULHERES-HOMEM” E “VALENTONAS” DE “CABELINHO NAS VENTAS”: AS “DESORDEIRAS” NAS PÁGINAS DO CORREIO DA MANHÃ..... 144**  
Isadora Luiza Francisca Alves Flores  
Andrea Ciacchi

## **CAPÍTULO 5**

### **AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS..... 178**

Ilídio Macaringue

Maria Elena Pires Santos

## APRESENTAÇÃO

Apresentamos o livro *Integração, Gênero e Instituições na América Latina e na África*, que inaugura a interlocução entre os programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: Programa de Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em Foz do Iguaçu no Estado do Paraná e Programa de Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

O resultado deste *e-book* fortalece os programas interdisciplinares, pois as experiências de pesquisas aqui relatadas são fruto de práticas empíricas e teóricas que tematizam as fronteiras não disciplinares, e ainda evidenciam a crítica que deve ser feita às ciências sociais e humanidades sobre o fazer ciência que vem sendo adensada desde a década de 1970. Dessa forma, promove novas abordagens de pesquisas em que os diálogos entre áreas de conhecimento diversas são bem-vindos e ampliam o escopo das pesquisas. Essa concepção de formação prevê que este pesquisador e esta pesquisadora não são intelectuais técnicos, mas orgânicos, humanos, sociais e políticos. Isso nos permite relativizar tanto os limites disciplinares quanto as oposições entre os saberes, sejam eles científicos ou não (COELI e MORAES, 2016).

Eclode, assim, na ciência, o que se pode denominar de uma maturação qualitativa, como expressa a autora Beatriz Sarlo (2014, s/p.)<sup>1</sup> “*La llegada del milenio invita a hacer un balance*”. A autora elabora seu

---

<sup>1</sup> SARLO, Beatriz. *Tiempo presente*: Notas sobre el cambio de una cultura. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014 (*e-book*).

pensamento em torno da ideia de que a universidade precisa ser aberta ao povo, como um novo cenário que contribui para a política nacional. As pesquisas aqui apresentadas têm como marco axiológico a interdisciplinaridade, no sentido de que, não sendo utilitaristas, contribuam para promoção de alteridades.

Este livro, tecido a muitas mãos, compila pesquisas que constituem ensinamentos teórico-metodológicos para compreender o presente. Michel de Certeau discorre sobre os atributos dos pesquisadores (as) que é localizar de que lugares falam os autores(as) e quais as condições de produção que os levam a refletir tais conjunturas. Logo, com a perspectiva de pensar o tempo presente sem deixar de olhar o passado, como um espaço de experiências em relação ao futuro, nosso horizonte de expectativas, apresentamos os textos que compõem essa obra.

O primeiro artigo, intitulado *Democracia en Ecuador en el siglo XXI: la reforma electoral y las elecciones de los años 2013 y 2014*, de autoria de Wagner Tadeu Iglecias, levanta uma discussão acerca do processo de construção de democracia no Equador no século XXI, considerando, para a análise do referido processo, a reforma eleitoral de 2009 e as eleições dos anos 2013 e 2014. As diversas rupturas da normalidade das instituições equatorianas são apresentadas como um dos motivos de o país não apresentar larga tradição democrática, bem como as regras institucionais que levam à exclusão da maioria da população ao exercício da cidadania e da participação na construção política da nação.

O segundo capítulo traz a pesquisa de Francielli Rubia Poltronieri e Eric Gustavo Cardin intitulada *Relações de Gênero e os Jogos Processuais*. O objetivo desse capítulo foi analisar os conflitos de gênero por meio do estudo de processos criminais, dando ênfase às versões elaboradas por vítimas e réus, além das testemunhas. Para tanto, os autores entendem o



ritual do julgamento como um jogo, onde os diversos sujeitos envolvidos desenvolvem estratégias de atuação. Expressam que as versões apresentadas são aquelas apropriadas pelos jogadores e julgadores e utilizadas na construção do que se compreende como *moralidade jurídica*. Em síntese, analisam que o ritual judiciário dita o comportamento dos jogadores e que este jogo processual é estruturado em três planos paralelos e simultâneos – no caso de processos penais.

O terceiro capítulo, de autoria de Isabela Furegatti Corrêa e Ricardo Luis Chaves Feijó, tem o título *Trajectoria do MERCOSUL: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico*. Trata-se de um ensaio que realiza uma análise da evolução do regionalismo latino-americano. O trabalho demonstra que a evolução do bloco econômico MERCOSUL apresentou mudanças derivadas de influências exógenas e endógenas que refletiram as principais transformações em âmbito político, econômico e social que ocorreram em fins do século XX.

O quarto capítulo, intitulado “*Mulheres-homem*” e “*Valentonas*” de “*Cabelinho nas ventas*”: *As “Desordeiras” nas páginas do Correio da Manhã*, tem por autoras as pesquisadoras Isadora Luiza Francisca Alves Flores e Andrea Ciacchi e traz uma abordagem reflexiva acerca dos discursos representativos sobre mulheres cariocas consideradas desordeiras que foram publicados no jornal Correio da Manhã, da edição 1 até à de número 1000. A robusta pesquisa mostra que as interpretações das ações dessas mulheres que destoavam do esperado para o gênero feminino’ traziam, em seu bojo, um viés interpretativo ‘masculinizante’ ou que denotava a ‘percepção’ de incongruência entre as atitudes das mulheres retratadas no jornal e o que era esperado do chamado ‘sexo frágil’. Como as autoras destacam, sua pesquisa desvela alguns dos sentidos que eram conferidos às atitudes ou ‘vocações’ consideradas masculinas ou

femininas, em fins do século XIX e na entrada do século XX, e se pode observar, na pesquisa feita, as distintas representações que se davam às ações das mulheres, demonstrando a própria dificuldade que havia na definição do lugar social feminino.

No quinto capítulo, Ilídio Macaringue e Maria Elena Pires Santos, apresentam a pesquisa intitulada *Políticas Linguísticas de Moçambique: reflexões e perspectivas*. Os pesquisadores analisam o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico a partir do qual Moçambique adotou as suas políticas linguísticas, no quadro da construção do Estado-Nação, tendo em conta a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e problematizam o fato de o Português Europeu ter sido oficializado sem ser nacionalizado e a nacionalização das línguas autóctones sem serem oficializadas. Além disso, o trabalho tem como objetivo analisar a lógica institucionalizada que foi subvertida pelas práticas consuetudinárias dos usos da linguagem. Com isso, os autores situam a pesquisa como histórica, cultural e pessoal em virtude da indissociabilidade entre os métodos da pesquisa e a ideologia que começa justamente no que pesquisar, que autores a usar, de que lugar se fala, que objetivos se pretende atingir, o que possibilita construir “diálogos contínuos e expandir o domínio da deliberação cívica” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 381).

Assim, este *e-book* sobre *Integração, Gênero e Instituições na América Latina e na África*, da série Diálogos Interdisciplinares, nos permite meditar sobre essas ricas vertentes que trazem reflexões sobre os desafios e as possibilidades de desenvolvimento para a região latino-americana, por meio da apresentação de produções de pesquisa que associam o enfoque teórico a uma vertente mais caleidoscópica, envolvendo aspectos humanos, políticos, sociais e culturais.

Registramos nosso profundo agradecimento aos colegas de pesquisa que nos permitiram editar essa coletânea e esperamos que você se junte a nós para ampliar o escopo de pesquisadores sobre a instigante América Latina, que nos brinda com tanta riqueza de investigação e nos incita a seguir adiante, em que pesem os desafios que circundam o trabalho de investigação no âmbito interdisciplinar.

Júlio César Suzuki<sup>2</sup>

Rita de Cássia Marques Lima de Castro<sup>3</sup>

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi<sup>4</sup>

*organizadores*

---

<sup>2</sup> Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), onde atua, também, como coordenador. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br

<sup>3</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. E-mails: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

<sup>4</sup> Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba, com mestrado interdisciplinar em América Latina, área da Cultura, Sociedade e Política e Doutorado em Sociologia, ambos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de São Paulo no curso de Gestão de Políticas Públicas, áreas de Sociedade, Interculturalidade e Direitos; e nos Programas de Pós-graduação em (a) Estudos Culturais (PEC/USP) e (b) Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: vurquidi@usp.br

## **DEMOCRACIA EN ECUADOR EN EL SIGLO XXI: LA REFORMA ELECTORAL Y LAS ELECCIONES DE LOS AÑOS 2013 Y 2014**

Wagner Tadeu Iglecias <sup>5</sup>

### **INTRODUCCION**

Desde su independencia, a principios del siglo XIX, Ecuador fue uno de los países más pobres y menos desarrollados de América del Sur. Se constituye como una de las muchas naciones de América Latina, parte de la lógica de subordinación de la expansión colonial europea, marcada por una sociedad fracturada entre ricos y pobres y por la dependencia económica excesiva y casi exclusiva de los recursos naturales. Caracterizado por sucesivos gobiernos oligarquicos, Ecuador pasó la mayor parte de su historia como país independiente frente a una gran inestabilidad política. Desde el fin de la dictadura militar hace 40 años, el país tuvo trece presidentes y dos juntas militares.

Si hay algo que se puede decir acerca de la historia política del Ecuador, por lo tanto, es que no está marcada por largos períodos de estabilidad. Nada, sin embargo, tan diferente de muchos otros países de la región. De presidentes muertos por golpes palacianos o revueltas populares hasta líderes populistas con rasgos dictatoriales, el país cuenta con muchas y variadas experiencias políticas a lo largo de su

---

<sup>5</sup> Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor doutor, ms-3, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Contato: wi6@usp.br

existencia. También conoció a las dictaduras militares, como la última de ellas, la del general Guillermo Rodríguez Lara, que comenzó por un golpe de Estado que derrocó al mítico presidente José Manuel Velasco Ibarra en 1972 y duró hasta 1978.

Entre las naciones que vivieron bajo gobiernos militares de ese período en Sudamérica Ecuador fue la primera en recuperar la democracia, a finales de la década de los setentas. La ola de democratización que llegó a la región en aquel período no dio a Ecuador, sin embargo, las condiciones necesarias para construir un buen proceso hacia la estabilidad institucional. El primer presidente postdictadura, de perfil nacionalista, murió en un controvertido accidente aéreo y los presidentes que lo sucedieron tuvieron de enfrentar diversas crisis políticas y económicas que dificultaron enormemente la consolidación de la democracia en el país.

Por otra parte, Ecuador construyó un sistema electoral basado en una legitimidad jurídica por la cual los partidos políticos podrían actuar libremente (incluyendo muchos de los cuales fueron refundados, como lo eran antes del golpe de Estado de 1972), donde hubo elecciones regulares dentro de los plazos establecidos por la ley y la garantía de los derechos políticos básicos a todos los individuos. Como señala Le Quang, “Desde 1979, se instaló un sistema de partidos estable con cuatro partidos políticos que compartieron el poder hasta 1996: tres que estaban situados a la derecha del campo político, el PRE (Partido Roldosista Ecuatoriano), el PSC (Partido Social Cristiano) y la DP (Democracia Popular), y uno de centro-izquierda, la ID (Izquierda

Democrática). Ellos cohabitan con otros pequeños grupos políticos que aspiraban a obtener alguna representación en el Congreso y en las instituciones locales.”<sup>6</sup> Sin embargo, era una democracia que no resultaba en la mejora de las condiciones de vida de la gran mayoría de su población y se reducía, en última instancia, a sus aspectos formales y electorales. Conforme pasaba el tiempo iba perjudicando a ella misma, como resultado de las promesas no realizadas por los gobiernos y las aspiraciones no concretizadas de la gente. La cual se percibían en contra una estructura económica rígida y no distributiva y una dinámica política muy poco permeable a la participación popular. Añadido a las diversas crisis económicas que Ecuador ha pasado por los últimos cuarenta años, se tiene una primera hipótesis explicativa de las muchas dificultades que enfrentó el país hacia la consolidación de sus instituciones.

Sólo en los diez años transcurridos entre 1996 y 2006, por ejemplo, Ecuador tuvo nueve presidentes, ninguno de los cuales logró completar el mandato de cuatro años establecido por la Constitución. El país pasó por turbulentos años marcados por las conspiraciones y pactos de elite por un lado y por una intensa movilización de los movimientos sociales, por otro. Innumerables veces se cambiaron las reglas del juego por motivaciones momentáneas y de coyuntura, con el

---

<sup>6</sup>LE QUANG, Matthieu. La reestructuración de la izquierda en Ecuador. Del movimiento indígena hasta Rafael Correa. In Gaudichaud, Frank (Dir.) *El volcán latino-americano. Izquierdas, movimientos sociales y neoliberalismo al sur del Río Bravo. Balance de una década de luchas: 1999-2009.* Franck Gaudichaud, 2010. En [http://theomai.unq.edu.ar/conflictos\\_sociales/Le-Quang-Matthieu\\_Ecuador\\_movIndigena\\_a\\_Correo\\_.pdf](http://theomai.unq.edu.ar/conflictos_sociales/Le-Quang-Matthieu_Ecuador_movIndigena_a_Correo_.pdf).

objetivo de mantener el poder en pocas manos y excluir la población de las principales decisiones políticas. En comparación con vecinos como Argentina, Brasil, Uruguay y Chile, que también se dirigían hacia la normalización de su vida política, Ecuador estaba bastante retrasado hasta mediados de la primera década de este siglo. De hecho, antes de la llegada de Rafael Correa al poder en 2007, el país experimentó la implosión de su sistema político, con la caída de tres presidentes y el completo descrédito de sus instituciones. Él mismo, Correa, se presentaba a la sociedad en la ocasión como un *outsider*, un candidato antisistema y con una postura marcada por duras críticas a los partidos políticos y a las oligarquías tradicionales.

El propósito de este trabajo, por lo tanto, es abordar las reformas llevadas a cabo desde la llegada de Correa al gobierno, destinadas a la reconstrucción del sistema político ecuatoriano. Aunque abiertas a críticas, las reformas aseguraron que el país tenga vivido un período de estabilidad de casi una década, sin precedentes en su historia reciente. Pero el estilo discursivo de confrontación permanente del presidente, siempre muy crítico respecto las élites tradicionales y la "partidocracia", si por un lado aseguraba popularidad entre los segmentos más pobres de la sociedad por el otro hacia con que las relaciones entre las instituciones políticas ecuatorianas fuesen más difíciles. La salida en los últimos años de muchos seguidores de su partido, la Alianza País, las dificultades crecientes para la aprobación de proyectos del gobierno en la Asamblea Nacional y las varias derrotas del gobierno en las elecciones municipales del 2014 fueron vistos por

sus opositores como consecuencias de un estilo de gobierno autoritario. Por otra parte, sus partidarios entendieron a estos hechos como algo normal en un régimen democrático, que vivía una estabilidad política inédita.

## **2 REFORMAS AL RÉGIMEN DE GOBIERNO**

El régimen de gobierno en Ecuador durante la presidencia de Rafael Correa (2007-2017) intento caracterizarse por un carácter soberano e independiente, democrático, multiétnico, intercultural y plurinacional. El país es una república presidencial, con la existencia de los tres poderes clásicos, y los representantes de los Poderes Ejecutivo y Legislativo son elegidos por sufragio universal. En los últimos años el país ha experimentado un proceso de descentralización con la concesión de un mayor grado de autonomía a las autoridades locales. Además, el país ha creado varios mecanismos para mejorar y desarrollar la participación social en los procesos de toma de decisiones de los gestores públicos, del gobierno central a los gobiernos locales. Además de los tres poderes existen también el Poder Electoral, que es responsable por los procesos electorales, y también el Consejo de Participación Ciudadana y Control Social, destinado a fomentar la participación política y rendición de cuentas a los ciudadanos, por los otros poderes. Estos dos poderes fueron creados por la Constitución promulgada en 2008. Autores como Besabe-Serrano, sin embargo, son críticos del proceso que culminó en una Carta Magna en su visión muy concentradora de poderes: “La nueva Constitución refuerza e



incrementa el predominio del presidente sobre los otros Poderes del Estado. Formalmente se concede al Ejecutivo la capacidad exclusiva para influir sobre la planificación económica (art. 279), elaborar el Presupuesto del Estado (arts. 291 al 293), establecer el régimen tributario (art. 299), determinar la política monetaria, cambiaria y crediticia (art. 300), decidir sobre el control de los sectores estratégicos (arts. 311,314 y 315) y regular las transferencias a los gobiernos subnacionales (art. 157). Estas facultades vienen a complementar las ya existentes para legislar por decreto, convocar consultas populares y vetar legislación.”<sup>7</sup>

Diez años antes de la Constitución de 2008, sin embargo, el país había promulgado otra Carta Magna también con el objetivo de buscar una solución para la crisis crónica de su sistema político y refundar el Estado. Pero, de acuerdo con Santiago Ortiz, a diferencia de lo que ocurrió bajo el gobierno de Correa, la constituyente de 1998 no logró promover un pacto nacional para superar las crisis que el país estaba pasando en aquel periodo. Por el contrario, se limitó a ser un nuevo pacto momentáneo entre élites, una modalidad fugaz de tregua a la luz de la inestabilidad que arrastraba desde los años anteriores. Según el autor, en el proceso constitucional de 2008 ocurrió un amplio pacto social con condiciones reales de poner fin a la inestabilidad y crear un nuevo sistema político, con la participación de nuevos actores sociales, que nunca habían sido protagónicos, y también con la consideración de

---

<sup>7</sup>BESABE-SERRANO, Santiago. Ecuador: reforma constitucional, nuevos actores políticos y viejas prácticas partidistas. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), v.29, n.2, Santiago, 2009

las demandas y proyectos de la sociedad traídos por ellos.<sup>8</sup>

La experiencia de la Constitución de 1998 fue fundamental para el éxito de la Asamblea Constituyente en 2008. Si por un lado la Carta reconocía y garantizaba una amplia gama de derechos civiles, dando visibilidad a las demandas de los sujetos sociales que surgieron entre los años 1980 y 1990, como los movimientos indígenas, los afro-ecuatorianos, los jóvenes y las mujeres, por el otro daba un diseño de molde neoliberal al Estado y no proponía cambios concretos del sistema de partidos y de la representación política. Y, paradójicamente, por una parte, la intensa movilización popular de 1997 que tuvo fuerza para derrocar al entonces presidente Abdalá Bucaram, por la otra no resultó ser suficiente para revertir la reorganización de los partidos de derecha en torno a la redacción de una constitución que mantenía intacta la extrema concentración de poder en el gobierno central, la debilidad de los canales de participación ciudadana y un Estado creado para mantener el modelo de acumulación histórica que hizo del Ecuador uno de los países más pobres y desiguales de nuestro continente. Incluso los artículos de la Carta Magna de 1998 que señalaban el avance hacia una mayor democracia, por pequeños que eran, fueron debilitados en los años siguientes debido a la postergación de la creación de la legislación infra constitucional que los debían regular.

---

<sup>8</sup> Santiago, Ortiz C. *El contexto político de la Asamblea Constituyente em Ecuador*. Institut de Recherche et Débâte sur la Gouvernance. Mars 2008. <http://www.institut-gouvernance.org/fr/analyse/fiche-analyse-450.html>

Las tensiones sociales, como sabemos, se acumularon muchísimo en los años siguientes, no sólo por el mantenimiento de un modelo político democrático formal pero excluyente de hecho, sino también por la exacerbación del deterioro de la economía y de las condiciones de vida de los más pobres bajo medidas neoliberales. En respuesta al empeoramiento de la situación económica y política ocurrió el fortalecimiento de la movilización popular, especialmente de los movimientos indígenas y sectores de la clase obrera.

De hecho, uno de los fenómenos políticos más importantes que se produjeron en Ecuador en las últimas décadas, con claras consecuencias con relación a los cambios recientes en el régimen de gobierno, ha sido lo creciente empoderamiento de esos movimientos. Varios protestas indígenas, campesinos y populares ya ocurrieron en el país desde los años 1980, y su pico no se produjo solo con la caída de Bucaram en 1997, ya que las movilizaciones populares fueron también responsables por el final prematuro del gobierno de Jamil Mahuad en 2000 y incluso del gobierno de Lucio Gutiérrez, líder militar elegido presidente en 2003 con una plataforma originalmente más a la izquierda, pero finalmente también derrocado por las insurgencias populares en el año 2005 debido al abandono de aquél programa y su posterior alianza con los partidos políticos tradicionales y la adopción de medidas económicas neoliberales.

El creciente papel de los movimientos, a través de huelgas, protestas y sucesivas manifestaciones en las zonas rurales y urbanas que se constituyó en aquellos años para combatir tales gobernantes tuvo

como consecuencia una dinámica que resultó, después de todo, no a debilitar las instituciones políticas ecuatorianas, ya tan débiles, pero, al contrario, impulsaron la mayor legitimidad del sistema político y, por extensión, el propio Estado ecuatoriano, históricamente afectado por las sucesivas crisis políticas.

Entre las demandas populares que también fueron fundamentales para los cambios destinados a fortalecer el sistema político ecuatoriano estuvieron siempre la superación de un modelo electoral y partidario elitista, la creación de mecanismos de participación popular y control ciudadano sobre el Estado y el reconocimiento de la autonomía regional en oposición a la centralización tradicional en el gobierno nacional. Y, sobre todo, una democracia de base popular, no capturada por los intereses oligárquicos y ni por las relaciones patrimoniales entre las elites económicas y el aparato estatal.

Los movimientos indígenas de Ecuador, como en otros países sudamericanos como Bolivia, son de carácter étnico, obviamente, y especialmente anti sistémico. Traen a la esfera pública un fuerte cuestionamiento no sólo del modelo de acumulación existente en estos países, pero también el modelo de representación política adoptado por ellos. Cuestionan también el modelo de incorporación a la sociedad bajo la condición de campesinos, como históricamente fueron considerados y tratados por el Estado. En otras palabras, no sólo demandan políticas públicas inclusivas que consideren la deuda social secular de los pueblos nativos, pero también anhelan para su reconocimiento étnico y cultural y su autonomía regional. Y luchan por

la superación de la democracia liberal y la economía de mercado y su cambio en otras formas de organización social y política y de inclusión del país en el concierto internacional. Algunas de estas organizaciones indígenas que jugaron un papel clave en la reorganización de las relaciones entre el Estado y la sociedad civil en el país fueron la Confederación de Nacionalidades Indígenas Ecuatorianas (CONIAE), fundada en 1986, y eje coordinador de numerosas fuerzas populares y de izquierda durante años, y el Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik (PK), el primer partido político indígena creado en el país en 1995. Esto, en especial, por casi tener desplazado totalmente los partidos tradicionales de las administraciones locales en zonas de predominio étnico, abriendo paso a novedosas formas de participación y gestión del poder local.<sup>9</sup>

Aliados a los movimientos indígenas en las movilizaciones estuvieron, en distintos momentos, otros movimientos populares, así como algunas asociaciones de clase media, sectores de las fuerzas armadas y de diversas organizaciones de la sociedad civil, que después de la salida de Gutiérrez continuaron a unir fuerzas en la lucha por la reforma política y la resistencia a las medidas económicas recesivas. Alrededor de este amplio conjunto de actores (dirigentes de izquierda tradicional, intelectuales, activistas de los nuevos movimientos sociales y populares) y demandas se creó el Alianza País, que llegó al gobierno

---

<sup>9</sup>RAMIREZ GALLEGOS, Franklin. Fragmentación, reflujo y desconcierto Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). *Revista OSAL CLACSO*. Vol. 28, Buenos Aires, 2010.

en la figura de Rafael Correa, con su plataforma política antipartidista, que fue heredado de los movimientos sociales, y su muy fuerte crítica a las oligarquías políticas y elites tradicionales. El apoyo de los movimientos indígenas fue fundamental para su victoria, del 23% de los votos en la primera vuelta, en contra 26% del derechista Álvaro Noboa (PRIAN) y solamente 2% de Luis Macas, de Patchakutik (la más baja votación de un candidato desde el inicio de la participación del movimiento en elecciones). En la segunda vuelta Correa tuvo 57 % y ganó la elección.

A pesar del apoyo indígena, tal vez a la ascensión de Correa correspondió una disminución de la fuerza política de los movimientos. Ramirez señala esta contradicción: para él, a pesar de su capacidad de movilización, el movimiento indígena ecuatoriano fue tragado por la misma crisis de legitimidad generalizada de la cual surgió Correa: “El sinuoso desenvolvimiento del campo de los movimientos sociales en el Ecuador del siglo XXI está marcado por dos momentos contradictorios. Por un lado, la incorporación del movimiento indígena ecuatoriano (MIE) en las arenas de la política instituida y su mismo acceso al poder político en 2003 se producen en un momento en que la contundencia de la crisis de legitimidad del sistema de representación, agudizada en 2005, llega al punto de canibalizar a todos los actores que habían orbitado en torno suyo, incluso aquellos que, como el MIE, operaron, desde dentro y desde fuera del sistema, en procura de su transformación radical. La pérdida de la centralidad política que el movimiento indígena conquistara a lo largo de los años noventa y el reflujo de la

movilización social aparecerían como correlatos de este momento.”<sup>10</sup>

El régimen de gobierno ecuatoriano, en su carácter más bien político, comenzó a experimentar cambios significativos desde el desarrollo de su nueva constitución, em 2008. La cual fue un marco de la refundación del Estado, después de la profunda crisis que enfrentó el país durante los veinte años anteriores. En la campaña electoral Correa lanzó la estrategia de apoyar al voto nulo para las elecciones legislativas, con la meta de desacreditar un Parlamento dominado y cooptado por lo que llamó de partidocracia. De acuerdo con Le Quang, “era también una manera de deslegitimarlo (al Parlamento) porque éste, sin duda, iba a estar controlado por la oposición e iba a pronunciarse contra la instalación de una asamblea constituyente que constituía el núcleo principal del programa del gobierno de Correa por el cual había votado la población.”<sup>11</sup> En el año 2007, el entonces recién elegido presidente, sin base parlamentaria en el Congreso (por no tener presentado candidatos a diputados en las elecciones para afirmar su posición anti partido) enfrentó una dura batalla política contra la derecha que dominaba casi totalmente el Parlamento para poder convocar un referéndum destinado a establecer una Asamblea Constituyente. Incluso la crisis llegó a situación extrema de la destitución, por el Tribunal Superior Electoral, de 57 diputados acusados de obstruir ilegalmente la convocatoria de la consulta popular.

A pesar de la enorme oposición de las fuerzas conservadoras, el

---

<sup>10</sup>RAMIREZ GALLEGOS, Franklin. Op. Cit., p. 18

<sup>11</sup>LE QUANG, Matthieu. Op. Cit., p. 117

referéndum fue aprobado por el mismo Tribunal Superior Electoral y en abril de aquel año el 81,5 % de los electores votaron favorablemente a la convocatoria de la Asamblea. El discurso antisistema y anti partido y la estrategia de confrontación directa con la clase política tradicional tuvo éxito y en septiembre fueron elegidos los constituyentes. El Alianza País ganó 80 de 130 escaños, logrando una gran mayoría necesaria para dibujar una Carta Magna sintonizada con las demandas de muchos movimientos populares que llevaron Correa a la presidencia. Finalizada la redacción de la nueva Constitución, un nuevo referéndum em septiembre de 2008 la aprobó por 63%. A pesar de la resistencia inicial, el proceso constitucional logró a Ecuador un nuevo régimen legal de fuerte carácter progresista, marcado por el desarrollo social y económico y la consolidación y profundización de la democracia.

Con la llegada de la izquierda al poder por la primera vez en la historia del Ecuador, se refundó el Estado, a través de un proceso constitucional que aseguraba la expansión de los derechos de sectores más amplios de la población. Como señala Boaventura de Sousa Santos, "el constitucionalismo transformador es uno de los casos (quizá el más decisivos) el uso de contrahegemónico de instrumentos hegemónicos." (Santos, 2010). Se buscó cambiar el modelo de desarrollo, la inserción del país en el escenario mundial y aumentar significativamente los canales de participación política y de diálogo entre el Estado y la sociedad civil. Mas allá, la nueva Carta hacia un importante reordenamiento de las prioridades en el gasto público, con



importantes avances hacia la financiación de políticas sociales dirigidas especialmente a los pobres. En un país que tiene indicadores de desarrollo históricamente muy bajos y una inestabilidad política casi crónica, estos fueron logros muy importantes.

En términos sociales el Estado ecuatoriano, ya bajo la presidencia de Correa, trató de disminuir la deuda social histórica del país con la gran mayoría de su población. Como telón de fondo de la Revolución Ciudadana, estaba el Buen Vivir, que se refiere a la introducción de una nueva agenda de desarrollo, con la base filosófica de los conceptos de las civilizaciones originarias de la región andina. En términos muy generales se puede definir el *Sumak Kawsay* (el Buen Vivir en el idioma kichwa) como la esencia de la cosmovisión de los pueblos indígenas de esa parte de América del Sur. Según esta cosmovisión la vida viene en primer lugar, y hay que vivirla en su plenitud y en armonía y equilibrio.

El término también se refiere a las relaciones de equilibrio y armonía con la Madre Tierra (Pachamama), sobre todo, y de ella con todos los seres vivos, y de los seres vivos entre sí. Es una manera de pensar acerca de la existencia humana muy diferente del paradigma occidental imperante durante al menos cinco siglos, basado en el capitalismo, el consumismo y el individualismo, los cuales estarían llevando el mundo a vivir una intermitente crisis económica, social y política. El *Sumak Kawsay* es una filosofía que intenta rescatar la cooperación, el aspecto comunitario de la sociedad, la comunión entre las personas y de ellas con la naturaleza. Es decir, una utopía que desea

volver a crear la sociedad, o canjear un tipo de sociedad suplantada por la sociedad de consumo, y por extensión, a repensar la esencia misma del Estado.

Además de la compleja discusión sobre la (re)invención de una cosmología de origen indígena, Correa trató de aplicar reformas concretas en el sistema de gobierno, para que fuera más cercano de la gente como lo quiera la coalición de fuerzas políticas que lo apoyó en 2006 y los sectores que lo apoyaron durante años. Como denominaron “el retorno del Estado” Analía Minteguiaga y Gemma Ubasart-González, tres ejes de acción fueron trabajados desde comienzos de aquél gobierno: (a) la (re)apropiación de recursos para el Estado, (b) la recuperación de la autonomía (relativa) del Estado y su capacidad de planificación y (c) la fuerte inversión social y extensión de políticas de bienestar.<sup>12</sup> Por los tres ejes la prioridad fué dar al Estado capacidad fiscal para atender a las demandas de la población. Para esto el gobierno renegoció la deuda externa del país, y la puso con relación a sus acreedores en condiciones mucho menos desfavorables que las vigentes hasta entonces. También se renegociaron los contratos para la explotación de los recursos naturales con empresas multinacionales que desde muchas décadas tenían operaciones en Ecuador. La mejora de las condiciones financieras del gobierno dio al país la capacidad de

---

<sup>12</sup>Minteguiaga, Analía; Ubasart-González, Gemma. Revolución Ciudadana y Regimen de Bien Estar en Ecuador. 1 Programa de Becas CLACSO-ASDI de Promoción de la Investigación Social. Estudios sobre políticas públicas en América Latina y el Caribe. Democracia, ciudadanía y justicia social (2013). En <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9242.dir/informe.pdf>.

promover importantes inversiones en las políticas públicas, especialmente en las áreas sociales, atacando a los principales males que afectaban principalmente a los más pobres. Sin embargo, para mejorar la calidad del gasto público, fue necesario des corporativizar el Estado y recobrar grados de autonomía respecto a poderosos grupos de interés involucrados con el modelo económico anterior.

### **3 LA REFORMA AL RÉGIMEN ELECTORAL**

Consecuencia del proceso que culminó con la promulgación de la nueva Constitución del Ecuador se creó, en abril de 2009, el marco jurídico electoral, denominado “Ley Orgánica Electoral y Organizaciones Políticas de la República del Ecuador”. Sus principales metas eran unir por lo menos tres códigos que hubieron regulado anteriormente el sistema electoral, reglamentar las nuevas reglas electorales, la organización de los partidos políticos y los fondos de las elecciones. A esta ley se le dio el nombre de “Código de la Democracia”. Según Tania Arias, este fue un marco jurídico para el fortalecimiento de las organizaciones partidistas, entendidas como los instrumentos más adecuados para mediar la relación entre el Estado y la sociedad civil: “el Código de la Democracia procura forjar un sistema de organizaciones políticas fuertes y altamente institucionalizadas, que tienda a las alianzas, que evite la atomización del sistema de partidos y que introduzca y profundice los mecanismos de democracia interna de las organizaciones políticas con el propósito principal de cualificar la importante actividad de los partidos y

movimientos políticos en los procesos democráticos, como intermediarios legítimos entre el pueblo y el poder político, catalizadores genuinos de la participación de la ciudadanía y la distribución del poder”.<sup>13</sup>. Aun de acuerdo con ella entre las principales medidas de la reforma política ecuatoriana estuvieron: el fortalecimiento de la Justicia Electoral y su subdivisión en varios órganos, destinados tanto para aplicar la ley electoral como monitorear la actuación de los partidos y las campañas electorales; el fortalecimiento del sistema de partidos; la educación y la formación de los activistas del partido por la creación de un instituto de investigación y formación y la posibilidad de asesorar a los partidos; el desarrollo de un nuevo modelo de comunicación política destinada a definir la relación entre los políticos y los medios de comunicación; la adopción de medidas de democratización interna de los partidos; la combinación de los instrumentos de la democracia representativa con instrumentos de democracia participativa y medidas para la reducción de los costos de la actividad política.

Desde su aprobación, en 2009, hasta los días de hoy el Código de la Democracia ha sido reformado parcialmente en diversas oportunidades. En enero de 2012 el gobierno tuvo aprobada por la Asamblea Nacional un paquete de reformas a las leyes electorales del país. El punto más polémico fué la cláusula que impedía los medios de

---

<sup>13</sup> Tania Arias – Prólogo. In : FREIDENBERG, Flavia. *El Código de la Democracia: una evaluación del proceso de reforma electoral del Ecuador (2008-2009)*. Quito: International IDEA y Netherlands Institute for Multiparty Democracy, 2011.

comunicación de hacer promoción directa o indirecta de candidatos y sus campañas durante noventa días antes de las elecciones. Empresarios dueños de los medios y sus funcionarios acusaron la cláusula de inconstitucional, por constituirse, en su visión, como una censura previa y una amenaza a la libertad de expresión. Simpatizantes de la cláusula acusaron la prensa privada de excluir y discriminar la pluralidad de puntos de vista existente en la sociedad y simplemente producir una sola visión sobre el gobierno, la política y el país.

Una otra cláusula polémica de la reforma de 2012 prohibía organizaciones privadas o no gubernamentales y ciudadanos de financiar publicidad electoral en todos los medios durante noventa días antes de las elecciones. Y otra sobre la necesidad del candidato a reelección tener que licenciarse de su cargo para participar de la campaña electoral. En 2012 se aprobó, también, la adopción del Método D'Hondt como el único método para la asignación de escaños para las elecciones siguientes. El método es considerado más favorable a las grandes organizaciones partidarias, por cuenta de la aplicación de la fórmula matemática de los divisores continuos. Por ella los votos obtenidos por un partido son repartidos para la cantidad de escaños. Y aunque tenga sido aprobada por el Parlamento, el Ejecutivo vetó algunos artículos, como señala Flavia Freidenberg: “El artículo más conflictivo de los vetados fue el 203, en el que se sostiene que 'está prohibido que las instituciones del Estado, en todos los niveles de gobierno, realicen propaganda, publicidad y utilicen bienes y recursos para estos fines'. El veto cambia la redacción del artículo e introduce

una serie de excepciones a esta limitación, lo que faculta de manera específica el uso por parte del Estado de bienes y recursos públicos en época electoral.”<sup>14</sup>

En octubre del 2014 la Corte Constitucional determinó que nuevas propuestas de reforma electoral encabezadas por Alianza País debían ser discutidas por la Asamblea Nacional. Entre dichas propuestas estaba la enmienda constitucional que permitía la reelección indefinida para todos los cargos políticos, incluso para el de presidente de la república. Guillermo Lasso, el candidato derrotado por Correa en la elección presidencial del 2013 inmediatamente organizó, con más de cuarenta organizaciones de la sociedad civil, el movimiento Compromiso Ecuador, con la meta de impedir la aprobación de la reelección infinita a través de una consulta a la sociedad. En febrero del 2015 el Consejo Nacional Electoral rechazó la solicitud del movimiento. La Constitución de 2008 autorizaba, originalmente, la reelección por un solo período. Finalmente, en febrero del 2015 el Consejo Nacional Electoral, entre más de una centena de propuestas de reforma del Código de la Democracia, propuso un cambio a la ley electoral, por lo cual el candidato a la reelección debería solicitar una licencia de su cargo.

#### **4 LA REFORMA DEL RÉGIMEN DE PARTIDOS POLÍTICOS**

Los partidos políticos en Ecuador han sido históricamente

---

<sup>14</sup>FREIDENBERG, Flavia. Ecuador 2011: Revolución Ciudadana, Estabilidad Presidencial y Personalismo Político. *Revista de Ciência Política* (Santiago), Vol.32, no.1, Santiago, 2012.

organizaciones frágiles, con un bajo grado de capilaridad en la sociedad. Durante décadas estuvieron bajo liderazgos personalistas y tuvieron débil grado de democracia interna. La mayoría de ellos nunca lograron establecerse como actores a nivel nacional, limitados a las provincias en las que tenían más votos. Pachano señala que “el clivaje regional no puede ser soslayado en un análisis de la política ecuatoriana. La existencia de espacios en los que se conforman sociedades regionales con fuertes identidades territoriales constituye la base sobre la que se estructuran organizaciones y prácticas de acción política específicas. Como una respuesta a estas condiciones, pero también por cálculos estratégicos, los actores políticos y en particular los partidos tendieron a recluirse en espacios regionales o provinciales, hasta convertirlos en verdaderos bastiones electorales (en el sentido de fortalezas a las que no pueden penetrar los otros, pero también de las que resulta difícil salir). Por ello, los partidos tradicionales que predominaron a lo largo de casi tres décadas fueron perdiendo el carácter nacional para convertirse en organizaciones que obtenían su votación mayoritariamente en una sola provincia o en un conjunto muy restringido de provincias. La crisis en que se sumieron desde el año 2002 se explica en gran medida por esta pérdida de su condición de organizaciones asentadas en una votación distribuida en todo el territorio nacional.”<sup>15</sup>

Con partidos incapaces de construir bases estables mismo en estos

---

<sup>15</sup>Pachano, Simón. El nuevo sistema político em funcionamiento. *Revista de Ciencia Política*, v. 30 n.2 Santiago, 2010

lugares, el sistema político ecuatoriano fue marcado por gran volatilidad electoral en las elecciones celebradas desde el retorno de la democracia. El sistema fue marcado por un fuerte multipartidismo y por gran volatilidad del voto. En el año 2002 incluso algunos de los partidos más tradicionales de Ecuador se han debilitado casi totalmente, como el Partido Social Cristiano (PSC), el Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE) y la Izquierda Democrática (ID). Por otra parte, Pachano muestra que el sistema de partidos ecuatoriano entre 1979 y 2006 fue muy afectado por los cambios legales constantes sobre el régimen político, algunos de ellos incluso en contradicción con la propia Constitución. Como consecuencia hubo la conformación de un sistema caracterizado por un gran número de partidos, la mayoría de los cuales extremadamente pequeños, y dando forma así a un sistema muy fragmentado. El autor apunta que “las normas instauradas en 1979 pretendían propiciar la conformación de un sistema conformado por pocos partidos, con capacidad para representar los intereses ciudadanos y que pudieron cerrar el paso a las tendencias populistas. Sin embargo, las contradicciones de los cuerpos legales (Constitución y leyes de partidos y de elecciones), así como las reformas introducidas a lo largo del período impidieron alcanzar esos fines. Las facilidades de entrada y las amplias posibilidades para obtener puestos con votaciones relativamente bajas fueron determinantes para la multiplicación del número de organizaciones, así como también para la corta vida de muchas de ellas. En efecto, la obtención de un escaño legislativo con un porcentaje ínfimo de votación no estaba asociada a una organización



previamente existente, ni se traducía necesariamente en el inicio de la construcción de una de esta naturaleza. Por lo general se trataba de esfuerzos individuales que no se materializaban en alguna forma organizativa y que no tenían más duración que la que establece el cargo (o incluso menor a ésta, ya que la organización tiende a desaparecer en cuanto se ha realizado la elección).<sup>16</sup>

El rechazo generalizado de la población al sistema político ecuatoriano observado durante las manifestaciones masivas que derrocaron a los presidentes Bucaram, Mahuad y Gutiérrez no era más que un rechazo a las instituciones gubernamentales, como el Congreso Nacional, sino también a los partidos políticos, considerados poco representativos de la mayor parte de la la sociedad. Entre los años 2006 y 2009 se derrocó casi totalmente el sistema partidista del país, incluso con la victoria del voto nulo en 14 provincias en las elecciones de 2006. El enfoque de Rafael Correa en el inicio de su gobierno, de aislar el Parlamento y dar prioridad a la elaboración de una nueva constitución, a través de la convocatoria de una Asamblea Constituyente, se aprovechó de este escenario de gran descrédito.

Frente a aquella crisis generalizada de legitimidad del sistema de partidos que se manifestó en 2006, la Constitución de 2008 y la la reforma política de 2009 tenían como una de sus prioridades para

---

<sup>16</sup>PACHANO, Simón. Calidad de la democracia y colapso del sistema de partidos en Ecuador. Ponencia presentada al seminario *Partidos políticos y calidad de la democracia* México DF, 26-28 de noviembre de 2008. En <http://www.ine.mx/docs/IFE-v2/CDD/CDD-EventosForosAcademicos/EventosForos-2008/PPs-CalidadDemocracia/PPs-CalidadDemocracia-docs/Mesa4-SimonPachano.pdf>.

cambiar esta situación la creación de mecanismos de fortalecimiento de los partidos políticos ecuatorianos. Después de la elección de abril de 2009 todos los partidos fueron formalmente extintos. Para volver a existir y ser capaces de competir en las elecciones generales de 2013 los partidos tenían que cumplir una serie de requisitos, tal como la entiende la ley como esencial para el fortalecimiento del sistema partidista. Los partidos debían crear o volver a crear y enviar a el Poder Electoral sus distintos documentos, como sus programas de gobierno, declaraciones de principios, estatutos y registros de afiliados. Además los partidos debían recoger suficiente apoyo mediante la obtención de al menos el 1,5 % del padrón electoral (157.000 firmas, en el caso del ultimo proceso electoral hasta aquel entonces) y se debían presentar formalmente en al menos doce provincias del país y estar presentes en las cuatro más pobladas.

La reforma política también definió que los partidos debían llevar a cabo elecciones primarias y otros procesos democráticos internos, incluyendo asegurar la equidad entre hombres y mujeres y crear oportunidades para la participación de todos los miembros y simpatizantes. Y concedió al CNE la supervisión de la transparencia y legalidad de los procesos electorales internos a los partidos, así como la entidad obtuvo la autorización para ofrecer ayuda necesaria a los partidos para hacer sus procesos electorales internos. La reforma también estableció que cualquier litigio relacionado con las elecciones internas a los partidos podría ser llevado al Tribunal Contencioso Electoral (TCE).

Otro cambio introducido por la reforma fue la rendición de cuentas obligatoria para los partidos. La cantidad, el origen y el destino de los fondos gastados en las campañas electorales comenzaron a ser publicados por los partidos, hecho que no habia acontecido antes. Las fuentes de financiamiento debian ser los aportes de sus afiliados y las asignaciones del Estado. También fue delegado al Consejo Nacional Electoral supervisar y auditar las cuentas de los partidos.

Las iniciativas de creación y organización de partidos por diferentes grupos de todo el país continuaron después de las elecciones generales de 2013, y participaron de las elecciones municipales de 2014 un total de 109 organizaciones políticas, incluidos el nivel nacional, provincial y local, de acuerdo con el CNE. Otras 180 organizaciones políticas, que no cumplieron con las exigencias legales, como la entrega de 1,5 % de las firmas, del programa de gobierno y otros documentos, no participaron de las elecciones.<sup>17</sup>

La cancelación de los registros de partidos tradicionales, sin embargo, provocó gran controversia en 2014. El CNE canceló el registro del Movimiento Popular Democrático (MPD), del Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), del Partido Renovador Institucional Acción Nacional (PRIAN) y del Ruptura. Las cinco organizaciones apelaron al TCE, como último recurso, y revirtieron la decisión. Opositores del gobierno de Correa argumentaron que el CNE habría sido cooptado por el Ejecutivo, cuyo objetivo sería eliminar el mayor

---

<sup>17</sup>Consejo Nacional Electoral – <http://www.cne.gob.ec>

número posible de partidos, perjudicando así la competencia electoral y la propia democracia ecuatoriana.

Así como los requisitos a los partidos, se crearon con la reforma requisitos para la existencia formal de los movimientos políticos. Un movimiento local, para no ser eliminado, debería alcanzar el 3% de los votos en dos elecciones consecutivas en su jurisdicción, mientras un partido o un movimiento nacional requería al menos el 4% de los votos en dos elecciones consecutivas. Importante señalar que este proceso no estuvo eximido de problemas, y hubo informes de recogida de firmas falsas, así como algunos partidos no fueron capaces de obtener todas las firmas o demostrar su presencia en una cantidad mínima de provincias y eventualmente fueron prohibidos de participar en las elecciones o aún simplemente extintos. En 2013, tuvieron autorización del Consejo Nacional Electoral para competir en el proceso electoral 42 organizaciones políticas legalmente reconocidas, 11 nacionales y 31 locales.<sup>18</sup> El Código de la Democracia señalaba también que un movimiento político que obtuviese, en dos elecciones sucesivas, al menos el 5% de los votos válidos a nivel nacional, adquiriría iguales derechos y obligaciones que los partidos políticos.

## **5 PROCESO ELECTORAL DEL 2013 / 2014**

En 2013 Ecuador votó para presidente y para la composición de la Asamblea Nacional. En 2014 ocurrieron las elecciones locales, para

---

<sup>18</sup>Consejo Nacional Electoral – <http://www.cne.gob.ec>

prefectos provinciales, alcaldes y los órganos legislativos locales. En febrero de 2013, el presidente Rafael Correa fue elegido para un tercer mandato consecutivo en la presidencia del país. Ante siete candidatos de la oposición, obteniendo más del 57% de los votos, mientras que su rival más cercano, el exbanquero y exministro Guillermo Lasso, del movimiento Creando Oportunidades (CREO), alcanzó el 22% de los votos. Para la Asamblea Nacional el Alianza País ganó con muy amplia mayoría, con 137 escaños, contra 11 de CREO, 6 del Partido Social Cristiano (PSC), 5 de Patchakutik, 5 de Partido Sociedad Patriótica 21 de Enero, 5 de Partido Avanza, 1 de los Estados Acción Pero Sociedad (SUMA), 1 Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), 1 Regional de Acción por la Equidad (ARE), uno de la Integración Democrática del Carchi (ADC) y 1 Movimiento Peninsular Creciendo Nuestra Gente (MPCG).

En aquellas elecciones fueron creados distritos en algunas provincias del país para la composición de la Asamblea Nacional. El objetivo fue evitar que elegir, como de costumbre, solamente representantes de la capital o de las ciudades más importantes de cada provincia. De este modo, las tres provincias más pobladas (Guayas, Pichincha y Manabí) fueron divididas en distritos (4 en Guayas, con 45 subdistritos electorales y 20 escaños en el parlamento; 4 en Quito, con 72 sub- distritos y 16 sillas y 2 en Manabí, con 22 sub- distritos y 9 escaños). Sin embargo, para los opositores la creación de estos nuevos distritos fue una manobra del gobierno para garantizar la elección de una mayor cantidad de diputados de Alianza País en la

Asamblea Nacional.

En 2014 se celebraron elecciones locales en todo el país. Los ecuatorianos acudieron a las urnas para elegir a 23 prefectos provinciales, 23 vice prefectos provinciales, 221 alcaldes, 867 concejales urbanos, 438 concejales rurales y 4.079 miembros vocales de las juntas parroquiales, todos con un mandato de cinco años. Para los 5.651 puestos en cuestión eran 27.895 candidatos: 116 candidatos a prefectos provinciales, 1.195 candidatos a alcaldes, 5.619 para concejales urbanas, 2.437 para concejales rurales concejales y 18.528 para vocales parroquiales. Y la cantidad récord de 11,6 millones de electores legalmente habilitados para participar en aquellas elecciones. El costo de la elección se estimó en US\$ 19,5 millones, distribuidos por el Fondo de Promoción Electoral para que los partidos y candidatos que cumplieran con los requisitos legales difundiesen sus mensajes a los ciudadanos.

Los partidos de oposición fueron los ganadores de aquella elección, con victorias en 14 de las 23 provincias, incluyendo a la ciudad de Quito, hasta aquel entonces dominada por aliados del presidente. Allí el joven abogado de origen familiar tradicional Mauricio Rodas, del Movimiento Sociedad Unidas Más Acción (SUMA), obtuvo el 58,6% de los votos, contra el candidato Augusto Barrera, de Alianza País, que obtuvo 38%. En Guayaquil ganó el alcalde Jaime Nobot, reelegido con 60% de los votos, frente 38,1% Vivian Bonilla, candidata del oficialismo. A pesar de los malos resultados, el presidente Rafael Correa culminó el año de 2014 con un

nivel de aprobación de 60%, según encuesta realizada por la empresa Cedatos. Y un 73% de los ciudadanos aprobaban la manera del presidente gobernar, aun de acuerdo con la encuesta.<sup>19</sup> Algunos autores, sin embargo, permanecían muy críticos a los rasgos del gobierno Correa y su postura discursiva respecto a sus adversarios. Para Basabe-Serrano “en términos generales, durante los últimos treinta años la democracia ecuatoriana ha pasado de un extremo de bloqueo institucional a otro de incondicional hegemonía personal, sin haber desarrollado un pluralismo constructivo y equilibrado.”<sup>20</sup> Pero, como una paradoja, la popularidad del presidente permanecía muy alta y así se mantuvo por muchos años. Como destaca Freidenberg, “El apoyo de la ciudadanía se ha mantenido en niveles que fluctúan en términos medios a los 60 puntos porcentuales (CEDATOS), algo sorprendente si se lo compara con el apoyo que tenían los otros presidentes, quienes tenían dificultades para gobernar debido a sus bajos niveles de apoyo ciudadano. La evaluación del nivel de aprobación desde el momento en que asumió Correa en enero de 2007 muestra que el presidente ha sido uno de los que mayor aprobación ha recibido por parte de la ciudadanía desde la transición a la democracia, lo que le convierte en uno de los mandatarios más fuertes del sistema político.”<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup>El Telegrafo. Presidente Correa es para ecuatorianos el personaje del año, según encuesta de Cedatos. En <http://www.telegrafo.com.ec/politica/item/cedatos-la-gestion-de-rafael-correa-tiene-un-nivel-de-aprobacion-del-60.html>

<sup>20</sup> BASABE-SERRANO, Santiago. 2009. "Ecuador: reforma constitucional, nuevos actores políticos y viejas prácticas partidistas". *Revista de Ciencia Política*, Vol. 29 (2): 381-406.

<sup>21</sup>FREIDENBERG, Flavia. Ecuador 2011: Revolución Ciudadana, Estabilidad Presidencial y Personalismo Político. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), Vol.32, no.1, Santiago, 2012.

## CONSIDERACIONES FINALES

La reforma política ecuatoriana fué resultado, por un lado, del empoderamiento de nuevos actores sociales y políticos que jamás estuvieron representados por el antiguo sistema partidario y electoral del país, y por otro por la llegada al poder de una frente política identificada con la necesidad de reformar el sistema para superar los límites estrictos de una estructura de partidos hasta entonces marcada por el tradicionalismo de liderazgos oligárquicos y controlada por élites con un bajo grado de renovación y muy lejanas de las aspiraciones de la población en general. En esto sentido, una reforma política profunda como la que Ecuador logro hacer sólo podría haber ocurrido bajo un gobierno comprometido con los cambios en la estructura política del país en un sentido amplio, como el gobierno de Alianza País.

Pero más que hacer una reforma más, reiterando la tradición ecuatoriana de producir una profusión de leyes electorales que con el tiempo convertíanse en un sistema jurídico inocuo, la reforma del 2009 tuvo como objetivo fortalecer los partidos políticos, los elegir como vehículos clave de la relación entre las instituciones gubernamentales y la sociedad civil, y ampliar los canales de diálogo entre las dos partes. En esto sentido, se puede decir que, más que la aplicación de una reforma para resolver crisis políticas de coyuntura, favoreciendo a grupos específicos en mala situación, o tratar de cambiar por decreto la cultura política del país, cuyo resultado inevitable sólo es producir mayor inestabilidad en el momento siguiente, los reformistas de 2009



trataron de hacer una reforma de carácter estructural, con el objetivo de mejorar el modelo de representación de la voluntad de la mayoría y garantizar, de esta manera, una mayor estabilidad al sistema político.

En este sentido, la amplia reforma hecha por Ecuador tuvo éxito en promover la participación ciudadana, contener la crisis política de la representación y mejorar las condiciones de actuación de los partidos, con la incorporación de crecientes niveles de pluralismo y diversidad a la vida política del país. Los críticos del *correísmo* entendían las reformas como una amenaza a la democracia, por debilitar los partidos de oposición y las pequeñas organizaciones partidarias. Este es un tema controverso, y las muchas propuestas de reforma de la legislación electoral que se han traído al debate en los últimos años constituyen una evidencia de la disputa política misma. Los dos procesos electorales discutidos mostraron un escenario político y electoral bastante competitivo. Si Correa, un año antes, fue elegido por gran mayoría de votos, esto no significó, necesariamente, que el sistema político ecuatoriano no podría sorprender a todos un año después, como se demostró por las victorias de los partidos opositores en las más importantes ciudades del país.

## Referências

BASABE-SERRANO, Santiago. Ecuador: reforma constitucional, nuevos actores políticos y viejas prácticas partidistas. *Revista de Ciencia Política*, Vol. 29, n.2, p.381-406, 2009.

*CONSEJO Nacional Electoral* – <http://www.cne.gob.ec>. (06/02/2015)

Freidenberg, Flavia. Ecuador 2011: Revolución Ciudadana, Estabilidad Presidencial y Personalismo Político. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), Vol.32, no.1, Santiago, 2012.

FREIDENBERG, Flavia. *El Código de la Democracia: una evaluación del proceso de reforma electoral del Ecuador (2008-2009)*. Quito: International IDEA y Netherlands Institute for Multiparty Democracy, 2011. En <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9242.dir/informe.pdf>. (17/01/2015)

EL TELEGRAFO. Presidente Correa es para ecuatorianos el personaje del año, según encuesta de Cedatos En <http://www.telegrafo.com.ec/politica/item/cedatos-la-gestion-de-rafael-correa-tiene-un-nivel-de-aprobacion-del-60.html> (06/02/2015)

LE QUANG, Matthieu. La reestructuración de la izquierda en Ecuador. Del movimiento indígena hasta Rafael Correa. In Gaudichaud, Frank (Dir.) *El volcán latino-americano*. Izquierdas, movimientos sociales y neoliberalismo al sur del Río Bravo. Balance de una década de luchas: 1999-2009. Franck Gaudichaud, 2010. En [http://theomai.unq.edu.ar/conflictos\\_sociales/Le-Quang-Matthieu\\_Ecuador\\_movIndigena\\_a\\_Correo\\_.pdf](http://theomai.unq.edu.ar/conflictos_sociales/Le-Quang-Matthieu_Ecuador_movIndigena_a_Correo_.pdf). (02/02/2015)

MINTEGUIAGA, Analia; UBASART-GONZÁLEZ, Gemma. Revolución Ciudadana y Regimen de Bien Estar en Ecuador. 1 Programa de Becas CLACSO-ASDI de Promoción de la Investigación Social. Estudios sobre políticas públicas en América Latina y el Caribe. Democracia, ciudadanía y justicia social (2013). En <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9242.dir/informe.pdf> (21/01/2015)

PACHANO, Simón. Calidad de la democracia y colapso del sistema de partidos en Ecuador. Ponencia presentada al seminario Partidos políticos y calidad de la democracia México DF, 26-28 de noviembre de 2008. En <http://www.ine.mx/docs/IFE-v2/CDD/CDD-EventosForosAcademicos/EventosForos-2008/PPs-CalidadDemocracia/PPs-CalidadDemocracia-docs/Mesa4-SimonPachano.pdf>. (16/01/2015).

PACHANO, Simón. El nuevo sistema político em funcionamiento. *Revista de Ciência Política*, v. 30, no. 2, Santiago, 2010

RAMIREZ GALLEGOS, Franklin. Fragmentación, reflujo y desconcierto Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). *Revista OSAL CLACSO*. Vol. 28, Buenos Aires, 2010.

SANTIAGO, Ortiz C. *El contexto político de la Asamblea Constituyente em Ecuador*. Institut de Recherche et Débáte sur la Gouvernance. Paris, mars 2008. En <http://www.institut-gouvernance.org/fr/analyse/fiche-analyse-450.html>. (20/01/2015).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

## RELAÇÕES DE GÊNERO E OS JOGOS PROCESSUAIS

Francielli Rubia Poltronieri <sup>22</sup>

Eric Gustavo Cardin <sup>23</sup>

### INTRODUÇÃO

O objetivo do capítulo é analisar os conflitos de gênero por meio do estudo de processos criminais, dando ênfase às versões elaboradas por vítimas e réus, além das testemunhas. Para tanto, entendemos todo o ritual do julgamento como um jogo, onde os diversos sujeitos envolvidos desenvolvem estratégias de atuação. Desta forma, compreende-se que as versões apresentadas são aquelas apropriadas pelos jogadores e julgadores e utilizadas na construção do que se compreende como *moralidade jurídica*. Em síntese, pode-se dizer que o ritual judiciário dita o comportamento dos jogadores e que este jogo processual é estruturado em três planos paralelos e simultâneos – no caso de processos penais. De acordo com Rosa (2015):

- a) O reconhecimento das normas processuais – princípios e regras – lançados processualmente por seus jogadores e julgadores;
- b) da teoria da informação probatória e seus fatores de convencimento, ou seja, seus condicionantes

---

<sup>22</sup> Mestre em Sociedade Cultura e Fronteiras pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Foz do Iguaçu). Professora da disciplina de Sociologia SEED/PR. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero e Poder na América Latina e Caribe – GEPALC. E-mail: franciellirubia@hotmail.com

<sup>23</sup> Doutor em Sociologia (UNESP/Araraquara). Pós-doutor em Antropologia Social (UNAM/Argentina). Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu, Paraná. E-mail: eric.cardin@unioeste.br

internos/externos e, c) da singularidade do processo: os julgadores e jogadores, as táticas e estratégias (ROSA, 2015, p. 29).

A teoria dos jogos foi invocada neste texto como um instrumento de análise ampliado, que deve ser utilizado em cada processo, visto de maneira isolada. Esta, propicia a formulação de “expectativas de comportamento estratégico. Tendo em vista que o objetivo do processo é a decisão favorável e, portanto, essa é a estratégia dos jogadores, as táticas manejadas serão direcionadas à sua otimização” (ROSA, 2015, p. 32). Sabe-se que em todos os jogos processuais a conduta dos jogadores e do julgador tem o poder de modificar o resultado do jogo, por meio de estratégias cooperativas, dessa forma, segundo Rosa (2015):

[...] o processo penal é um jogo mediado pelo Estado Juiz em que a fortaleza da inocência, ponto de partida do jogo, é atacada pelo jogador acusador e defendida pelo jogador defensor, sendo que no decorrer as posturas (ativa e passiva) se alternam reciprocamente, devido ao caráter dinâmico do processo, a cada rodada probatória (subjogos) em face das variáveis cambiante. O jogador acusador pretende romper com a fortaleza da inocência, enquanto a defesa sustenta as muralhas. Rompido ou antevisto ou rompimento, bem assim a impossibilidade, por que não negociar? Constitui-se num jogo de táticas processuais no decorrer do jogo processual guiado por estratégia dos efeitos pretendidos (pena) (ROSA, 2015, p. 45).

A cada intervenção dos jogadores e do julgador o caso narrado ganha novos contrastes, acusação e defesa apropriam-se de partes dos depoimentos, buscando aquilo que pretendem provar. Tanto acusação, quanto defesa, constroem suas argumentações – as teses – a partir das quais “procuram articular os elementos que vão extraindo dos

depoimentos e das provas técnicas” (IZUMINO, 2004, p. 224). Nesse sentido, são produzidas imagens representativas dos envolvidos nos crimes (a vítima e o réu) onde, os discursos produzem efeitos – sobre a imagem dos envolvidos – e não objetos (CERTEAU, 2009). Considerando que as perguntas às vítimas e testemunhas são formuladas pelo Promotor de justiça e pela defesa, cabe ao Juiz estar atento às questões formuladas, tanto em seu formato, como em seu conteúdo, de modo que estas, não possuam conteúdo depreciativo sobre a pessoa da vítima. Caso o julgador perceba excessos, compete ao mesmo coibi-los, indeferindo determinadas perguntas impertinentes ou repetitivas. Durante as oitivas, o juiz deve estar atento a cada uma das versões apresentadas e na forma como cada um dos jogadores primários ou secundários narra os acontecimentos, não permitindo deprecições e estereótipos negativos na busca pela justificação da conduta do acusado.

Por isso é tão importante que os julgadores e jogadores tenham a consciência de que:

Julgar com perspectiva de gênero implica fazer real o direito à igualdade. Responde a uma **obrigação constitucional e convencional de combater a discriminação** por meio da atividade jurisdicional para garantir o acesso à justiça e remediar, em caso concreto, situações assimétricas de poder. Assim, o Direito e suas instituições constituem ferramentas emancipadoras que tornam possível que as pessoas desenhem e executem um projeto de vida digna em condições de autonomia e igualdade (BRASIL, 2015, p. 73, grifos meus).

Logo, incorporar a perspectiva de gênero durante o jogo processual é de suma importância, uma vez que as provas colhidas e as

táticas de acusação e defesa serão direcionadas ao convencimento do julgador, a quem caberá a decisão final, resultando a condenação ou absolvição ao crime imputado ao acusado.

Na pretensão de investigar como são construídas as representações de gênero na sociedade contemporânea, por meio do estudo de processos criminais, foi possível perceber nos locais onde há intervenções dos agentes jurídicos nos fatos, que os discursos e as representações que cada um deles tem sobre as questões de gênero estão presentes na elaboração das próprias peças. Ao observar cada uma das certidões ou petições foi possível analisar as representações jurídicas sobre o gênero feminino, sobretudo, nas descrições dos crimes e nos argumentos que sustentam as decisões tomadas durante o andamento dos processos. Além disso, toda a argumentação de um processo está baseada nos laudos técnicos e testemunhos dos envolvidos.

Entretanto, durante os estudos, ficou claro que não é possível compreender a violência doméstica contra a mulher sem uma análise minuciosa de um elemento normativo extrajurídico – o gênero – até porque, uma análise meramente pontual e superficial não provocaria o reconhecimento das raízes do problema. Compreendido como uma categoria de análise, o gênero é um componente ativo das práticas sociais e, em nossa sociedade, implica em uma hierarquização entre os sexos, ou seja, “no estabelecimento de um lado com poder (homem, forte, racional, ativo) e de outro sem ou com o mínimo desse (mulher, sensível, emotiva, passiva)” (CORTEZ e SOUZA, 2008, p. 172).

O termo gênero é bastante amplo, empregado com diferentes conotações. Pode significar espécie, quando aplicado pelas Ciências Biológicas, por exemplo. Na gramática, gênero é uma categoria que permite flexionar palavras, agrupando-as conforme os sexos. A Sociologia, a Antropologia, entre outras Ciências Humanas e Sociais, “lançaram mão da categoria gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos [...] e criaram polos de dominação e submissão” (TELES e MELO, 2003, p. 16). Além de todos estes usos do dispositivo gênero, como bem observado por Adam (2006), parafraseando Nicholson (1994), existem duas maneiras fundamentais de fazer uso deste. A primeira seria o emprego do gênero como um conjunto de aspectos culturais que se estabelecem em um determinado sexo. Na segunda, o gênero deve ser entendido como um termo que representa as construções sociais envolvidas na relação homem e mulher, incluindo as que se referem à construção dos sujeitos e discursos.

Acredita-se que uma leitura de gênero vista como um *dispositivo de poder*<sup>24</sup>, baseada nas premissas de Michel Foucault, nos permite um uso não reducionista desta categoria e proporciona um grande potencial analítico sobre as situações e processos de dominação das mulheres, assumindo identidades femininas e masculinas e como

---

<sup>24</sup> Foucault (2000), define dispositivo como “um conjunto decididamente heterogêneo que compreende discursos, instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentadoras leves, medias administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas (FOUCAULT, 2000, p.244).



essas são produzidas e regulamentadas social e historicamente. Essa vertente nos permite evitar uma perspectiva essencialista sobre subjetividade e gênero, bem como nos auxilia a levar em consideração a experiência e os efeitos repetidos de dominação, tanto nos níveis macro quanto micro social.

O trabalho de Foucault tem sido um aliado estratégico do Feminismo para a compreensão das relações de poder contemporâneas. Mesmo que consideremos as diferenças dentro do Movimento Feminista, Foucault tornou-se um interlocutor privilegiado dos desenvolvimentos teóricos sobre poder e subjetividade. Desde os anos 1980 e a publicação de livros importantes, como *O Feminismo e Foucault* de Diamond e Quinby, 1988, a teorização feminista tem aprofundado análises que contemplam poder e subjetividade juntos, trazendo importantes apontamentos sobre o corpo como lugar de poder e atendendo nos últimos anos as dimensões emocionais e inconscientes implicadas na incorporação de normas sociais.

Portanto, uma leitura de gênero, visto como um dispositivo de poder e de análise das relações de poder, a nosso entender, parte do que Foucault denominou como uma “ontologia crítica de nós mesmos”, uma análise que problematiza o que somos. Assim, o gênero utilizado como um dispositivo de poder percebe a produção da dicotomia entre os sexos e as subjetividades relacionadas a ela, e por outro lado, a produção e regulamentação das relações de poder entre homens e mulheres.

Segundo Foucault, todos os sujeitos estão “sujeitos” às construções históricas, que não limitam o poder a uma única fonte, mas o colocam em todas as partes. Assim, o dispositivo de gênero opera de modos distintos, em um deles na percepção da subordinação das mulheres nas relações de poder e, em outro, dá conta de explicar que as desigualdades de gênero sempre aparecem interrelacionadas a outras formas de desigualdades e que nessas interações se configuram em experiências específicas, *acontecimentos*, como por exemplo, os casos analisados por meio de processos penais.

O termo gênero deve ser entendido como um instrumento que facilita a percepção das desigualdades sociais entre homens e mulheres e, que se deve, a um histórico de discriminação contra as mulheres. Pois a divisão dos papéis entre o masculino e o feminino está tão arraigada em nossa sociedade que aparenta normalidade, cabe a nós o estranhamento e, nesse sentido o instrumento gênero “oferece possibilidades mais amplas de estudo sobre a mulher, percebendo-a em sua dimensão relacional com os homens e o poder” (TELES e MELO, 2003, p. 17). Além disso, gênero não pode ser confundido com sexo, pois este, aborda, além das diferenças biológicas, anatômicas e fisiológicas, diferenças socioculturais que colocam as mulheres em posição inferior aos homens na sociedade. Este conceito, “foi incisivo na crítica à vitimização, que compreendia as mulheres como vítimas passivas da dominação” (GREGORI e DEBERT, 2008, p. 167).

Dentre a frutífera discussão teórica que engloba o conceito de gênero, foram eleitas autoras como Joan Scott (88/95) e Judith Butler

(90/2003), por estas estudiosas permitirem compreender o gênero de maneira complexa e, principalmente, não limitado à ótica do patriarcado. Entre as autoras feministas brasileiras nos dedicamos a alguns aspectos explicitados por Wânia Pazinato Izumino com relação a violência de gênero contra as mulheres na sociedade brasileira, além de outras pesquisadoras que seguem a linha das autoras destacadas. Segundo Raquel da Silva Silveira e Henrique Caetano Nardi (2014):

O conceito de gênero tem sido utilizado como instrumento de análise para desnaturalizar e deslegitimar as práticas de violência e de opressão que constituíram a vida das mulheres, bem como das pessoas que não se encaixam na norma heterossexual (SILVEIRA e NARDI, 2014, p. 15).

Assim, foram definidos os pressupostos teóricos e metodológicos que associam gênero, subjetividade e violência contra as mulheres. O texto está organizado da seguinte forma: inicia-se com uma apresentação do processo penal como um jogo, destacando as regras e normas relacionadas à construção do mesmo, levando a compreensão do processo criminal como um ritual dotado de regras e procedimentos padrões que devem ser seguidos; e, em um segundo momento, realiza-se a análise dos mecanismos processuais (as peças) com o objetivo de compreender como as representações de gênero são apresentadas nestes processos, por meio dos discursos proferidos pela acusação e pela defesa.

## 2 AS ESTRATÉGIAS DO JOGO

Antes de tudo, acreditamos na necessidade de explicitarmos o que se entende por um jogo processual. Neste trabalho adotamos a perspectiva desenvolvida pelo jurista Alexandre Morais da Rosa. Segundo ele, o jogo processual é uma:

Atividade em contraditório em que há complexa interação entre os jogadores, regulada por lei, na busca do melhor resultado, a ser decidido pelo órgão julgador (singular ou colegiado). Estabelece-se um ambiente de interdependência em que jogadas e atitudes modificam o desenrolar do jogo, o qual conta com destreza, capacidade teórica, sorte e contingência. Há ordem nas jogadas e se pode a cada momento buscar a narrativa do jogo até aquele ponto, alterando, mantendo ou revendo táticas processuais, vinculadas à estratégia (ROSA, 2015, p. 45).

Assim, ele precisa ser entendido como um “mecanismo apto à inserção da informação no campo da decisão judicial. É o regime pelo qual o Estado estipula quais as modalidades e a forma de produção da *informação*” (ROSA, 2015, p. 116, grifos do autor). Para que um *acontecimento* seja transformado em crime, é necessário que este seja ritualizado/padronizado/normatizado, ou seja, os acontecimentos particulares devem ser caracterizados dentro de um saber, neste caso, o saber jurídico. Deste lado do campo, se dá a construção da versão jurídica do fato, a tradução feita pelos jogadores – os agentes jurídicos –, com base no que ouvirem das testemunhas, vítimas e agressores, dessa forma:

[...] no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua

importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um usando a parte do real que melhor reforce seu ponto de vista. Nesse sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se constituirá um modelo de culpa e um modelo de inocência (CORRÊA, 1983, p. 40).

Nesse sentido, um processo penal é uma história construída sobre a verdade em relação a um determinado acontecimento, é a organização e a análise das versões que o constroem e o processo “pode cooperar com o controle social” (ROSA, 2015, p. 40). Nesse sentido, Rosa em seu livro *A teoria dos jogos aplicada ao processo penal*, chama a atenção para a dimensão coletiva de um processo penal, indicando que um processo deve ser um jogo democrático pelo qual, ao fim, pode-se aplicar uma sanção estatal, entretanto, “se e somente se, cumpridas as normas” processuais (ROSA, 2015, p. 41).

Toda partida, independentemente do jogo que está sendo apresentado, segue regras e normas, desse modo, pode-se perceber um jogo como um ritual, dotado de regras e procedimentos padrões, que devem ser seguidos. Sendo que, para Ricardo Henrique Alves Giuliani (2006), os rituais são atos formalizadores, portadores de dimensões simbólicas como a linguagem e comportamentos específicos, por exemplo, entre eles gestos e palavras mais ou menos repetitivos que darão sentido e instrumentalidade técnica entre a causa e o efeito de cada formalidade. Além disso, o rito não se define somente pela repetição, que é um dado da vida social, nem por uma fórmula rígida (DAMATTA, 1987, p. 36). Para se tornar rito, uma ação adquire um alto significado que se destaca em determinado ambiente por meio de

uma sequência de atos com conotação e sentido atribuídos pelos membros que participam do mesmo de forma direta ou indireta.

Apesar de o discurso jurídico se utilizar de uma linguagem neutra, objetiva e universal, suas práticas são construídas por meio de determinadas representações sociais e por valores que induzem a determinadas materialidades. Nesse sentido, o resultado processual não depende da performance, exclusiva, de um dos jogadores, “mas decorre da interação das estratégias e táticas utilizadas no limite temporal do processo, até porque a valoração do desempenho é feita do lugar do órgão julgador” (ROSA, 2015, p. 31). Portanto e desse modo, a sentença não será, em hipótese alguma, a verdade sobre determinado acontecimento, mas sim, o esgotamento do saber jurídico sobre ele. Nesse sentido, Fonseca (2012) explicitando Foucault, demonstra que a pena/sentença é parte de um procedimento criminal e, além disso, o objeto de execução da pena é a lei. “E será justamente em referência à lei que o seu significado político poderá aparecer claramente” (FONSECA, 2012, p. 127).

Um jogo enquanto categoria universal está presente em um processo penal, afirmou Rosa (2015) “daí que a metáfora da teoria dos jogos pode ser invocada para modelar, de alguma maneira, a matriz teórica de como as decisões podem ser tomadas, partindo-se do estudo dos comportamentos dos jogadores, julgadores e suas recompensas” (ROSA, 2015, p. 26). O campo de relações que caracteriza o julgamento como uma formação discursiva é o lugar onde as simbolizações e os efeitos delas podem ser determinados

historicamente, pois o “procedimento penal é a ritualização” (FOUCAULT, 2013, p. 60) da luta entre os envolvidos nos litígios.

Assim,

[...] no cenário do jogo processual o discurso promove o deslizamento do imaginário, com a possível fusão de horizontes. Não raro o sujeito ao ocupar a função de jogador ou julgador assume um papel diferente, como se entre o sujeito do mundo [...] e o participante do jogo houvesse um hiato (ROSA, 2015, p. 28).

Um julgamento pode ser compreendido nas palavras de Michel de Certeau (2009) como uma:

[...] linha divisória, aliás imutável, que continua sendo estratégica nos combates para confirmar ou contestar os poderes das técnicas sobre as práticas sociais. Ela separa as línguas artificiais que articulam os procedimentos de um saber especificado e as línguas naturais que organizam a atividade significativa comum (CERTEAU, 2009, p. 62-63).

Michel de Certeau (2009) realizou análises que podem ser vislumbradas neste estudo, pois cada um dos processos representa uma “sucessão de combinações entre todas aquelas possibilitadas pela organização de um espaço, de regras, de dados” (CERTEAU, 2009, p. 78). Assim, ao mesmo tempo em que é uma estrutura universal, destaca Rosa (2015) “a singularidade de cada caso demanda, no campo penal, a especialidade: cada decisão é uma decisão artesanal, não se podendo julgar *em bloco* no crime” (ROSA, 2015 p. 29 grifos do autor). Ao destacar nos julgamentos, suas formalidades táticas e o propósito das mesmas, cria-se um quadro formal que tem “como objetivo ajustar uma decisão a situações concretas”, em outras palavras, o julgamento é “formado por um esquema de ação entre parceiros” (CERTEAU, 2009,

p. 79) e esse repertório ensina as possíveis táticas de jogo em um determinado sistema social, demonstrando como determinada sociedade compreende determinados fenômenos. Uma nova forma de “economia política” das práticas legais que tem o poder de punir (FONSECA, 2012, p. 129). Portanto, os processos criminais são parte das memórias de uma sociedade em determinada época.

Eles são formas jurídicas de produção e legitimação da verdade judiciária e, “na base dessa forma jurídica há uma *vontade de verdade* (Foucault, 1996)” (FIGUEIRA, 2007, p. 86 grifos do autor). Esta vontade de verdade que seria um *mecanismo de coerção* (FOUCAULT, 1996), nos processos de produção de determinados discursos proferidos pelos sujeitos sociais. Nesse sentido:

[...] numa cultura jurídica marcada pela ideia de busca da “verdade real”, pela crença na possibilidade de realizar uma “reconstrução histórica do acontecimento” (interpretado como crime), a *vontade de verdade* constitui-se num mecanismo estruturante das produções discursivas. As práticas discursivas num **contexto de disputas por atribuições de sentidos – rituais judiciais de construção da verdade** – objetivam produzir um *efeito de poder*, ou seja, essas práticas visam a elaboração de enunciados que possam legitimamente ser interpretados como provas, pelas autoridades interpretativas (FIGUEIRA, 2007, p. 86 grifos do autor).

Do ponto de vista das mulheres vítimas de violência doméstica, na maioria das vezes, o objetivo de um processo judicial é interromper as hostilidades advindas de seu parceiro ou ex parceiro. Deste modo, as relações produzidas dentro de um processo judicial não se interessam apenas na função repressiva do poder, “o que lhe interessa basicamente, não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas



atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações” (MACHADO, 2015, p. 16) e, possivelmente, interromper outros crimes advindos de determinado sujeito, pois, o objetivo de uma sentença é ter impacto sobre a vida dos sujeitos envolvidos nos litígios processuais, tanto vítimas, quanto réus. Portanto, o que se espera de uma sentença, nos casos de violência contra a mulher é que ela, além de punir o agressor, “seja suficiente para desencorajar a possível vontade de malfeitor em recomeçar e desencorajar igualmente os outros a imitá-lo em seu ato considerado nefasto” (FONSECA, 2012, p. 135).

Os processos penais são construídos por vários documentos, as peças judiciais – as táticas do jogo – cujas incorporações, determinam o seu andamento, dentre as táticas de jogo, durante a instrução é possível que aconteça um realinhamento dos objetos. Pois, individualmente, via de regra,

[...] julgador e jogadores tomam decisões maximizadoras de seus interesses a partir da análise de custos e benefícios individuais e não levam em consideração as consequências das consequências, a saber, as externalidades<sup>25</sup> e prejuízos individuais (dos demais jogadores) e à coletividade (ROSA, 2015, p. 40).

Para realizar a desconstrução de um processo é necessário conhecer as etapas de construção do mesmo e os procedimentos técnicos que o norteiam desde o momento do registro do BO e, posteriormente sua passagem para a esfera judicial até a obtenção de um desfecho (a condenação ou absolvição do réu) para que se

---

<sup>25</sup> Embora a noção de externalidade se vincule aos ganhos econômicos, pode-se adotar a compreensão dos efeitos (negativos ou positivos) do jogo processual em relação a terceiros não envolvidos diretamente no processo penal (ROSA, 2015, p. 40)

compreenda como o discurso jurídico é construído e como as versões são desencadeadas pelos sujeitos, para que se chegue àquela considerada a verdadeira versão sobre aquele acontecimento/crime.

A partir dessa ótica, uma sentença proferida por um Juiz, individualmente a cada caso julgado, “não será vista apenas como uma decisão sobre a apuração de responsabilidades [...] cada sentença deve ser analisada como um instrumento de consolidação de um *conjunto de verdades* a respeito de crimes e leis” (IZUMINO, 2004, p. 52 grifos da autora). Além disso, a sentença pode ser compreendida como a consolidação de representações de vítimas e agressores, de homens e de mulheres em cada momento histórico e em cada cultura.

O Estado no exercício de seu poder coercitivo (ou punitivo) se utiliza de práticas judiciárias enquanto mecanismos de apuração da verdade de um crime. Assim, descobrir a verdade do crime ou construir um discurso que seja legitimado como a verdade jurídica do crime – a denominada *verdade processual* – é uma exigência político-ideológica para a aplicação da sanção estatal e de realização da Justiça, segundo o discurso jurídico. Assim, descobrir a verdade é um critério para a realização da Justiça. O que se deve esclarecer é que a verdade, seja jurídica ou não,

[...] não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “*política geral*” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e

outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2015, p.51-52 grifos do autor).

Para a construção de Ações Penais, a base normativa é o Decreto-Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). Assim, a construção de um processo pode ser dividida em duas grandes fases: a policial e a judicial. Sabe-se que em um processo penal, as táticas podem ser modificadas no decorrer do jogo processual, “justamente porque os jogadores e o julgador trabalham com crenças acerca das possíveis decisões dos demais intervenientes, sem que possa, todavia, saber-se [...] da sua ocorrência” (ROSA, 2015, p. 34). Assim, este estudo descreve, a regra universal para a construção de um processo penal que, como já apresentado, deve ser realizada de maneira artesanal – nos esclarece Rosa (2015) – de acordo com a particularidade de cada acontecimento social.

A entrada dos acontecimentos sociais à esfera do direito tem início com a denúncia do crime às autoridades policiais, onde registra-se o BO em formulário padrão que é preenchido por um escrivão de polícia, descrevendo, através das palavras do/a denunciante, informações sobre a vítima e agressor, sobre o local e horário do crime e o relato de quem faz a denúncia. Seguido ao BO, localizamos uma *portaria*, assinada pelo Delegado de polícia e que determina a instauração do Inquérito Policial (IP). O IP é um procedimento preparatório e preventivo de uma ação penal, apresenta-se em caráter administrativo, e é conduzido pela polícia, a fim de colher provas

preliminares sobre o crime, apurando a prática de uma infração penal e sua autoria. Deve ser construído através de documento escrito descrevendo o fato criminoso, as circunstâncias do delito, seus personagens e personagens secundários, as testemunhas. Sua finalidade é a investigação do crime, descobrindo sua autoria e fornecendo elementos para que a ação penal seja promovida.

Dá-se início a investigação do crime, que deve ser realizada, inicialmente dentro do prazo de trinta dias, o delegado responsável deve “ouvir os envolvidos, localizar as possíveis testemunhas, levantar indícios, [...] materialidade do crime” (IZUMINO, 2004, p. 58). São solicitados ainda, exames na vítima (como os de corpo de delito no caso de lesões corporais). Este prazo pode ser prorrogado, desde que autorizado pela autoridade judicial responsável.

O acusado, uma vez identificado, passa por um ritual, onde é *qualificado, interrogado e pregressado*, além de ser inquirido sobre seu envolvimento no crime, ou seja, o indivíduo é normatizado, inserido dentro de uma norma. Um documento importante sobre a vida do acusado é o formulário de Vida Progressa, onde são registradas informações sobre sua situação familiar, situação econômica e aspectos psicológicos (como o uso de drogas ou álcool).

Todos os sujeitos ouvidos assinam os Termos de Depoimento e os Autos de Qualificação e Interrogatório que são preenchidos pelo escrivão de forma padronizada. Posteriormente, o IP é concluído com um Relatório do Delegado, onde este descreve as etapas realizadas e apresenta uma primeira versão sobre o crime, transcrito de acordo com

as normas linguísticas do Direito. Após a conclusão do IP, o mesmo é enviado ao Fórum e seu respectivo juizado especializado, para que seja instaurada a Ação Penal.

Com a remessa do IP para o Fórum tem início o processo de construção do(s) acusado(s). Esses procedimentos de fase policial são os mesmos para todos os tipos de crimes. Já quando chegam à esfera judicial os casos recebem um tratamento diferenciado. Uma primeira separação ocorre entre os crimes que serão de competência do Tribunal do Júri, que são os casos de homicídio/feminicídio ou tentativa de homicídio/feminicídio, aborto e infanticídio. E aqueles crimes que são enviados para Varas Singulares, são eles: lesões corporais, crimes contra a honra, contra o patrimônio ou crimes descritos na Lei de Contravenções Penais.

Durante a etapa judicial a primeira autoridade a analisar o IP é o Promotor de Justiça – designado por um juiz responsável – para acompanhar o caso. Após essa análise, o promotor pode adotar um destes três procedimentos: I - solicitar a devolução do IP à polícia, por considerar que não existem provas suficientes para embasar a denúncia; II - solicitar o arquivamento do IP, por falta de provas; III - encaminhar a denúncia ao juiz responsável pelo juizado para o qual o IP foi enviado. Em tese, é o juiz quem dá início aos trâmites judiciais, quando dá deferimento à denúncia.

Conforme estabelece o artigo 394, §1º, inciso II, do CPP:

Um procedimento sumário será adotado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade. O § 5º deste

mesmo artigo prevê que aplicam-se subsidiariamente a este procedimento as disposições do procedimento comuns<sup>26</sup> que podem ser, ordinário, sumário ou sumaríssimo (BRASIL, 1941).

A denúncia construída pelo Promotor dá início ao Processo Penal. Oferecida denúncia ou a queixa, o Juiz poderá recebê-la ou rejeitá-la liminarmente. Para rejeitá-la deverá verificar um dos quesitos exigidos nos incisos do Artigo 395 do Código de Processo Penal (CPP), sendo: “a) ser a denúncia manifestamente inepta; b) faltar algum pressuposto processual ou condição para exercício da ação penal; ou c) faltar justa causa para o exercício da ação penal” (BRASIL, 1941).

Recebendo a denúncia ou queixa, o Juiz deverá ordenar a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias. Sendo a citação realizada por edital, o prazo começará a fluir a partir do comparecimento do acusado ou do defensor constituído ao Juizado. Na resposta, a defesa arguirá preliminares e alegar tudo que interessar à defesa do acusado, assim como oferecerá documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, sendo no máximo cinco, quando necessário. Não apresentando a resposta no prazo, o Juiz deverá constituir um defensor para que a ofereça em seu lugar e conceder vista dos autos por dez dias. Após a primeira audiência é sempre o advogado que intercede pelo réu, assinando documentos, realizando petições etc. Nos casos julgados pelas Varas Criminais, os

---

<sup>26</sup> Procedimentos comum e especial: o comum é utilizado, como regra, para a maioria das infrações penais, subdividido, conforme o rito (mais ou menos célebre) onde o **procedimento ordinário**: é o mais completo e demorado entre todas as formas de processo, neste tipo de procedimento, se busca descobrir se alguém tem ou não determinado direito, se uma cláusula é válida ou não. No procedimento Ordinário não se tem certeza de nada, ao início, assim, é o procedimento que possibilita o maior contraditório, ou seja, a mais ampla discussão. (NUCCI, 2014, p. 816).

réus podem ser julgados à revelia, isto quer dizer que, em casos de acusados foragidos, o processo pode ser julgado sem a presença desses réus.

Segundo Roberto Kant de Lima (1989, p. 68), até o momento em que é interrogado pelo juiz o sujeito acusado de um crime é denominado *indiciado*, após o interrogatório este passa a ser chamado *réu*. Marca-se dessa forma, a passagem de procedimentos inquisitoriais para os procedimentos acusatórios, que são característicos da justiça. Durante essa fase do processo, denominada Instrução, tanto acusação quanto defesa pode produzir novas provas (materiais ou testemunhais), anexando-as ao processo.

Finalizados interrogatórios e depoimentos, anexação de provas e documentos, a acusação e a defesa são convocadas para apresentar suas Alegações Finais, momento em que constroem suas versões. Estas, são utilizadas pelo juiz para embasar a sentença de pronúncia, onde o magistrado decide se o réu será ou não submetido ao Tribunal do Júri. Nos processos analisados, nenhum dos réus foi submetido ao tribunal do júri, ou júri popular, pois “nos casos de lesão corporal, cujo julgamento é de competência dos juízes das Varas Criminais, o encaminhamento dos processos segue um ritual diferente” (IZUMINO, 2004, p. 64).

O ritual dos processos em questão realizou-se da seguinte forma: após ouvir o indiciado, o Juiz responsável marcou audiência de instrução, “uma instrução processual, por seus significantes, sempre autoriza diversas narrativas” (ROSA, 2015, p. 137), entre elas

narrativas das testemunhas e dos jogadores (acusação e defesa) que apresentam alegações finais, oralmente e, após, o Juiz julga o acontecido proferindo a sentença e estabelecendo a pena. Michel de Certeau (2009, p. 92) analisa que uma sentença não afirma um princípio, mas ela constata um fato, ela é um saber ajustado a um objeto em particular. Portanto, ela é um ato de “compreensão, em que os jogadores da partida, no evento semântico denominado sentença, realizam uma fusão de horizontes”, além disso, “a legitimidade dessa decisão decorre [...] de sua conformidade com o devido processo legal substancial<sup>27</sup>” (ROSA, 2015, p. 137). Após o anúncio da sentença pode haver apelação, de ambas as partes.

Uma audiência de instrução abrange todas as etapas para a realização completa da fase de instrução de um processo, nela deve ser realizada a tomada de declarações do/a ofendido/a, se possível, deve haver inquirição de testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, com exceção das testemunhas que morarem fora da jurisdição do juiz que deverão ser inquiridas pelo magistrado do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória com prazo razoável. Essa carta precatória não suspenderá a instrução criminal. Findo o prazo estabelecido para o cumprimento da carta precatória pode ser procedido o julgamento.

---

<sup>27</sup> O **devido processo legal substancial** ou **material** é uma forma de controle de conteúdo das decisões. Se o processo tem seu trâmite garantido por impulso oficial até o provimento final com uma sentença ou acórdão, daí é de se concluir que há devido processo legal se esta decisão é devida/adequada, leia-se: proporcional e razoável. (Luiz Flavio Gomes – Jurista e professor)



Nessa audiência (o julgamento) os peritos devem esclarecer os fatos. Todas as provas deverão ser produzidas nessa audiência, desde que o juiz as considere relevantes, pertinentes e não protelatórias. Nenhum ato deverá ser adiado, salvo quando imprescindível a prova faltante, determinando o Juiz a *condução coercitiva* de quem deva comparecer. Havendo ou não a suspensão da audiência, a testemunha que comparecer será inquirida. No debate serão oferecidas as alegações finais orais por vinte minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais dez minutos. Se houver mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será individual. E o assistente do MP, por sua vez, terá direito à manifestação por dez minutos, após a manifestação do primeiro, prorrogando-se por igual período o tempo da manifestação da defesa. Logo após os debates o juiz proferirá sentença. O juiz terá trinta dias para concluir o processo, independentemente de o réu estar solto ou preso.

Todo o ocorrido nessa audiência deve ser lavrado em termo e livro próprio, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes nela apresentados. Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será feito pelos meios ou recursos de gravação audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações. No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, sem necessidade de transcrição.

Para a análise dos discursos, tornou-se necessário “distinguir as relações secundárias que podem estar formuladas dentro dos próprios

discursos” (FOUCAULT, 1987, p. 52), com o intuito de compreender como o poder judiciário constrói suas representações de gênero e violência, atualmente. Nesse sentido, após a descrição e a desconstrução das peças realizada, espera-se, nesse momento, evidenciar a amplitude do contexto social que o sistema jurídico e, conseqüentemente, as instituições sociais adotam perante o gênero feminino. Através do discurso dos promotores, juízes e advogados, é possível vislumbrar os padrões de comportamentos que caracterizam a contemporaneidade e suas instituições. O saber é uma produção da sociedade, é ela quem o determina. Nesse seguimento, o que move a construção de um jogo processual é o instinto da mulher em sobreviver enquanto sujeito de direitos, contra a violência empregada contra ela, a busca de um saber institucional que resolva seus problemas privados. Assim, pode-se compreender que não é o saber quem determina os acontecimentos, mas a intempestividade dos sujeitos envolvidos em cada um deles.

### **3 AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS PENAIIS**

Tratando-se especificamente dos processos analisados, o termo utilizado para os crimes de violência de gênero é o de “violência doméstica”. É por meio dessa categoria que os agentes jurídicos procuram intervir de maneira diferenciada nesse tipo de situação, buscando a promoção da Lei Maria da Penha (LMP) e aumentando o grau de segurança das vítimas.

Ao realizar uma ligação entre o Direito e o conceito de gênero entende-se que o conceito desenvolvido teoricamente por Joan Scott (1995) foi apropriado pelo Estado que, de certa forma, o inseriu na norma jurídica entre as leis Maria da Penha e do Feminicídio. Nesse contexto é possível compreender que na realização de cada jogo processual gênero é uma categoria intrínseca à utilização da LMP. Logo, a construção da denúncia, parte da qualificação dos crimes enquanto crimes de violência doméstica, subentendidos como violência de gênero:

O MP, por intermédio de seu representante legal, ofereceu denúncia, em face de [...], já qualificado como incurso nas disposições do artigo 147 e 129 ambos do CP, observadas as disposições da Lei Maria da Penha [...] pela prática dos seguintes fatos [...] (PROCESSO PENAL 1847, Relatório e sentença, p. 01).

Agindo assim, incorreu o denunciado nas sanções dos artigos 129 e 147 (duas vezes), c/c os artigos 69 e 71, todos do CP, conjugados com os artigos 33 e 41 da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) (PROCESSO PENAL 1853, Relatório de sentença, p. 03).

Joan Scott (1995) utiliza-se do método *desconstrutivista* para demonstrar os pressupostos que nortearam os estudos sobre gênero, destacando, para tanto, a existência de três formas de abordagem histórica do conceito e apontando ser o gênero o primeiro exercício de poder sobre os corpos. A primeira, caracterizada por um esforço inteiramente feminista, na busca das origens do patriarcado; a segunda, baseada nos pressupostos da tradição marxista e, a terceira abordagem que se divide entre o pós-estruturalismo francês e a teoria de relação do

objeto, inspirada nas várias escolas de psicanálise, preocupando-se em explicar a produção e a reprodução das identidades de gênero.

As críticas empreendidas por Scott à teoria do patriarcado se concentram em quatro argumentos: a) a subordinação da mulher estaria associada à *necessidade natural* masculina de dominação sobre as mulheres; b) as abordagens não exploraram outras formas de desigualdades; c) são análises que se basearam na diferença física e naturais e, d) essa diferença se expressaria de forma universal e imutável. Segundo a concepção da autora, como se pode observar na citação abaixo, a desigualdade de gênero da teoria do patriarcado se constitui como algo a-histórico,

Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as): elas pressupõem um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sócio-cultural – e portanto, a não historicidade do gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa (SCOTT, 1995, p. 78).

A segunda abordagem utilizou como referência os pressupostos marxistas buscando “um compromisso com as críticas feministas” (SCOTT, 1995, p.77), a autora critica esta abordagem pautada na “exigência auto imposta de que haja uma explicação “material” para o gênero”, (SCOTT, 1995, p. 78) afirmando que essa imposição retarda o desenvolvimento de outras linhas analíticas. A terceira abordagem preocupou-se em explicar a produção e a reprodução das identidades de gênero inspirada nas várias escolas da psicanálise, explicando a “produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito” (SCOTT,

1995, p.77). Passível de críticas, segundo as palavras da autora “minha reserva para com teoria de relações de objeto concentra-se em seu liberalismo, no fato de basear a produção de identidade de gênero e a gênese da transformação em estruturas de interação relativamente pequenas” (SCOTT, 1995, p.81), como a família.

Scott constrói sua concepção de gênero como categoria útil de análise a partir de pressupostos teóricos e metodológico interligados, a saber:

[...] o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder. [...] os conceitos normativos que põe em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos em doutrinas religiosas, educativas, científica ou jurídicas e tornam a forma típica de oposição binária, que afirma de uma maneira categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. (SCOTT, 1995, p.86).

Estudos realizados nas mais diversas áreas foram capazes de detectar a dimensão sócio-política da violência doméstica praticada em desfavor mulher, destacando uma origem histórica para a ocorrência deste evento que não se limita ao ato de violência, alcançado subjetividades intrínsecas ao próprio fenômeno.

Judith Butler (2003) em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* desconstruiu o conceito de gênero no qual está baseada grande parte da teoria feminista. A divisão entre sexo e gênero vista como um pilar da fundamental da política feminista é parte da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. Entretanto, é importante salientar que a desconstrução proposta por

Butler não pode ser considerada uma destruição do conceito de gênero. O principal embate da autora está na premissa que origina a distinção sexo/gênero, onde: sexo é natural e gênero é construído, Butler afirmou que, “nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2003, p. 26). Para a contestação dessas características ditas naturalmente femininas, o par sexo/gênero serviu às teorias feministas até meados da década de 1980, quando começou a ser questionado. Quando Judith Butler (2003) discute a questão da produção de uma representação de mulher, a filósofa afirma que o sujeito que o feminismo defende “não pode ser compreendido em termos estáveis ou permanentes” (BUTLER, 2003, p. 18).

Pode-se identificar, segundo as premissas propostas por Butler, que o sexo não é natural, como apresentado pelo feminismo até 1980, mas que ele é uma construção cultural e discursiva assim como o gênero, nas palavras da autora: “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25). Para ela, a posição feminista humanista entende gênero como um atributo essencial de uma pessoa, “caracterizada essencialmente como uma substância ou um ‘núcleo’ de gênero preestabelecido, denominado pessoa” (BUTLER, 2003, p. 29 grifos da autora). O que a autora argumentou foi que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos

específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29).

Assemelhando-se à **Joan Scott, Butler pretende historicizar o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia sexo/gênero**, que fornece possibilidades limitadas de problematização da natureza biológica de homens e de mulheres. Para ela, a sociedade está diante de uma ordem compulsória que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. **Assim, para a autora, ao conceito de gênero cabe uma legitimação desta ordem imposta, na medida em que seria um instrumento exposto, principalmente, pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo social, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”** defende (BUTLER, 2003 p. 25).

Por meio da análise das produções de Michel Foucault, Butler afirma que o “a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o “sujeito” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva” (BUTLER, 2003, p. 18-19), ou seja, uma representação política do que é ser mulher.

Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos e subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida [...] por meio de imitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” (BUTLER, 2003, p. 18).

Elaborando essa discussão sobre a representação universal da mulher ou do sujeito do feminismo, Butler propõem uma crítica a questão do patriarcado em relação a submissão das mulheres, pois se não existe uma identidade de mulher “padrão”, a forma de opressão que elas sofrem também não é padrão. Nesse sentido, percebe-se mais claramente a aproximação entre Butler e Scott, pois ambas criticam a teoria do patriarcalismo como a única explicação para a opressão feminina.

Uma das principais áreas dos estudos feministas no Brasil tem suas origens no início dos anos 1980 por meio da literatura sobre a violência contra as mulheres. Para Santos e Izumino (2005)

Entre os trabalhos que vieram a se constituir como referências a estes estudos, identificamos três correntes teóricas: a primeira, que denominamos de *dominação masculina* define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cumplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de *dominação patriarcal*, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo a violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de *relacional*, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cumplice”. (SANTOS e IZUMINO, 2005, p. 2 grifos das autoras).

Wânia Pazinato Izumino (2003), parte da perspectiva de gênero como uma relação de poder e propõe análises sobre o papel das mulheres na condução de suas queixas nas delegacias e durante o



desenvolvimento dos processos penais. A autora aponta que o paradigma do patriarcado deve ser abandonado, visto que é insuficiente para explicar as mudanças no comportamento e papéis sociais das mulheres que sofreram ou sofrem violência. Assim, adotando o conceito de gênero de Joan Scott e o de poder proposto por Michel Foucault, Izumino (2003), argumenta:

[...] pensar as relações de gênero como uma das formas de circulação de poder na sociedade significa alterar os termos em que se baseiam as relações entre homens e mulheres nas sociedades, implica em considerar essas relações como dinâmicas de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática e polarizada. (IZUMINO, 2003, p. 90).

Podemos compreender a definição da autora, demonstrada na descrição dos crimes contra as mulheres, dentro dos processos analisados:

*[...] o denunciado, agindo dolosamente e prevalecendo-se das relações domésticas, ofendeu a integridade corporal de sua ex-companheira (PROCESSO PENAL, 1853, p. 05).*

*[...] o denunciado, dolosamente e prevalecendo-se das relações domésticas, ameaçou causar mal injusto e grave à vítima [...] sua companheira, afirmando que iria matá-la e colocar fogo na casa. Ao continuo, o denunciado ofendeu a integridade corporal da supramencionada (PROCESSO PENAL, 1847, p. 75).*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que é possível entender as relações de poder impostas às mulheres, por meio dos discursos proferidos durante a construção das denúncias dos crimes. Como se pode visualizar nos documentos, companheiros ou ex-companheiros das vítimas prevaleceram-se das

relações domésticas ou afetivas que compartilhavam com elas para demonstrar que são superiores hierarquicamente a elas, ou que detém o poder sobre as vítimas.

Por meio dessas discussões é perceptível que a categoria gênero “abre caminho para um novo paradigma no estudo das relações relativas às mulheres. [...] a perspectiva de gênero enfatiza a diferença entre o social e o biológico” e serve para a investigação sobre a construção social de feminino e masculino (SANTOS e IZUMINO, 2005, p. 11).

A preocupação do Direito Penal, historicamente, em relação as mulheres, foi apenas em classificá-las enquanto um sujeito passivo dos crimes sexuais, como “virgem” ou “honesta”. Com a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no ano de 1995, o Estado procurava facilitar o acesso à justiça, bem como, diminuir a quantidade de delitos de menor potencial ofensivo do Judiciário, passando a receber os casos de violência doméstica contra as mulheres como lesões corporais e ameaças.

Com relação ao funcionamento do sistema penal, social e político, a categoria gênero “desvela a aparência de neutralidade e de imparcialidade (asessia jurídica) e o tecnicismo dogmatizante com o qual se formulam os discursos jurídicos e cujo resultado é ofuscar e legitimar a visão predominantemente masculina” (CAMPOS e CARVALHO, 2006, p. 413).

Diante dessa realidade o conceito de gênero, entendido como uma construção social de homem e mulher e como categoria de análise das

relações entre eles, pode ser utilizado para que se compreenda a complexidade das queixas sobre a violência sofrida pelas mulheres. Alda Facio Montejo (1996) afirma que é necessário partir do conhecimento de que o homem é tão diferente da mulher, como a mulher é do homem, portanto não basta estabelecer igualdade formal entre dois seres que estão em condições desiguais. Assim, nenhum dos gêneros, jurídica ou socialmente falando, deve ser tomado como paradigma único do ser humano, pois ambos somos igualmente humanos, mas com interesses e necessidades distintas mas, igualmente válidos. Portanto, a categoria gênero torna-se fundamental para a compressão da construção político-jurídica da violência contra mulher a partir do ideário feminista que sustenta suas reivindicações com base em direitos universais e em um padrão global de justiça.

Quando analisados os processos da Comarca de Foz do Iguaçu, percebe-se que os conflitos e gênero aparecem em segundo plano nos casos de violência doméstica, e que a justiça continua a tratar esses crimes com enfoque no sistema repressivo da lei. Em nenhum dos processos, foi possível visualizar a relevância de um olhar que perceba a necessidade de apoio a vítima ou ao agressor. Via de regra as penas aplicadas nos processos foram restritivas de direitos, e podem ser vistas como ausência de punição efetiva nesses casos, o que conseqüentemente coage as vítimas, tornando-as encarceradas, enquanto os agressores continuam livres.

## REFERÊNCIAS

ADAN, Carmen. Feminismo y conocimiento. De la experiencia de las mujeres al Cyborg. In: *Spiralia*, La Coruña: 2006.

BRASIL. *Decreto-Lei 3.689 de 03 de outubro de 1941*: Código de Processo Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 out. 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm) Acesso em: 13 mar.2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Relatório Central de Atendimento Ligue 180 – 2015*. Centro cultural Banco do Brasil (CCBB) – SCES. 2015. Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/SPM\\_Ligue180\\_Balanco2015.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/SPM_Ligue180_Balanco2015.pdf). Acesso: 05/09/2016.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein; CARVALHO, Salo de. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. Maio/agosto 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a05v14n2.pdf>. Acesso em: 15/03/2017.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORTEZ, Mirian Beccheri; SOUZA, Lidio de. Mulheres (in)Subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 24, n. 2. p. 171-180, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/05.pdf>. Acesso em: 20 mar.2017.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FACIO MONTEJO, Alda. *Cuando el género suena, cambios trae* (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal). 2 ed. San José: ILANUD, 1996.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos. *O Ritual judiciário do Tribunal do Júri: o caso do ônibus 174*. 2007. 238f. Dissertação. (Doutorado em Antropologia) UFF, Niterói, 2007.

FONSECA, Marcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

\_\_\_\_\_, Michel. *Microfísica do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. *Processo penal militar: uma análise do ritual judiciário, disciplina e Hierarquia*. 2006. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – PUC, Porto Alegre, 2006.

GREGORI, Maria Filomena de. DEBERT, Guita Grin; *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fevereiro 2008.

IZUMINO, Wânia Pazinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do judiciário na solução dos conflitos de gênero*. 2 ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.

---

\_\_\_\_\_, Wânia Pazinato. *Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a Violência de Gênero*. 2003. 389f. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2003.

LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 65-84, junho. 1989.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 07-23.

NICHOLSON, Linda. Interpreting Gender. *Journal of Women in Culture and Society*, v. 20, n. 1, p. 79-105. Chicago, 1994.

NUCCI, Guilherme de S. *Código de processo penal comentado*. 13 ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense, 2014

ROSA, Alexandre Moraes da. *A teoria dos jogos aplicada ao Processo Penal*. 2ª Ed. Empório do Direito e Rei dos Livros, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell. IZUMINO, Wânia Pazinato. Violência contra as mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista E.I.A.I Estudos Interdisciplinarios de America Latina y Caribe*. Universidade Tel Aviv: 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Raquel da Silva. NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e étnica e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, v. 26 (n, spe.) ABRAPSO, p. 14-24, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica de. *O Que É Violência contra a Mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos).

## TRAJETÓRIA DO MERCOSUL: DO REGIONALISMO ABERTO AO REGIONALISMO PÓS-HEGEMÔNICO

Isabela Furegatti Corrêa <sup>28</sup>

Ricardo Luis Chaves Feijó <sup>29</sup>

### INTRODUÇÃO

O regionalismo surge como um mecanismo de extrema relevância internacional, agregando fatores contundentes para análises dos processos de integração econômicos, políticos, comerciais e sociais de uma região. O regionalismo se contextualiza *a priori* pelas proximidades geográficas, mas as diferenças e, sobretudo, as similaridades entre os países que o compõe provêm diversas formas de conceber-se a vida em sociedade e as dinâmicas que caracterizaram a integração de uma região.

Estudos acerca do regionalismo e de suas variações, sobretudo a partir do final dos anos 1980, quando do surgimento e da intensificação de várias formas de regionalismo, atraíram a atenção dos especialistas pelo elevado número de esquemas regionais que se expandiram ou se

---

<sup>28</sup> Doutoranda e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Relações Internacionais com Especialização em Negociações Econômicas Internacionais pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) e em Gestão de Projetos Culturais pelo SENAC São Paulo. E-mail: isabelafuregatti@gmail.com

<sup>29</sup> Licenciado em Física, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Economia, todos pela USP. Professor Associado, desde 2003, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, FEA-RP / USP professor Associado da FEA-RP/USP. E-mail: riccfeij@usp.br

conformaram na década seguinte. Em conjunção com as dinâmicas que caracterizaram a integração da região, o debate acerca do regionalismo na América Latina não se fez menos expressivo. Além de ser um continente com especificidades culturais únicas, a América Latina ainda apresenta peculiaridades políticas e ideológicas que culminaram em modelos econômicos, de políticas e sociais.

De início, a partir dos anos 1950, as análises dos processos do denominado regionalismo contemporâneo, que se iniciavam na Europa, disseminaram-se aos demais continentes, alinhando-se a projetos já desenvolvidos localmente, como os promovidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Na América Latina, o regionalismo desenvolveu-se, destacando-se por dois grandes períodos: o regionalismo velho, dos anos 1950 até os anos 1980, e o novo regionalismo, dos primórdios dos anos 1990 até a atualidade, o qual, por sua vez, também se define em outras duas subdivisões: os regionalismos aberto e pós-hegemônico. Durante o regionalismo contemporâneo latino-americano, blocos de integração regionais expandiram-se na América Latina, como também o desenvolvimento de redes e organizações no âmbito internacional, governamental e não governamental. Tais blocos influenciaram na dinâmica do sistema internacional e propiciaram o multilateralismo das relações entre os países.

Foi quando do desenrolar do regionalismo aberto que foi criado um desses blocos de integração regional, o mais exitoso da América do Sul: o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Com o intuito de



facilitar os impactos do mundo globalizado que se vislumbrava e com a lógica de viabilizar-se a abertura e a adaptação dos mercados domésticos dos países sul-americanos membros de uma forma que gere segurança interna e externa, o MERCOSUL busca criar parcerias que viabilizem o desenvolvimento comercial e econômico das nações após o período de recessão vivenciado na década anterior, principalmente pelos Estados mais fortes do continente, a Argentina e o Brasil.

O multilateralismo, de maneira tangencial, embasou as transformações regionais, bem como as questões políticas, econômicas e, eventualmente, ideológicas entre diversos Estados e atores não estatais, sobretudo no que tange a negociações econômicas de caráter global da última década do século XX aos primórdios do século XXI. Nesse âmbito, em meio ao desenvolvimento regional, com as organizações e os espaços multilaterais que tomavam forma, a confrontação entre Estado e sociedade civil propiciou a perspectiva de novos enfoques que viabilizem uma maior articulação dos interesses nacionais na esfera regional. A ascensão de movimentos de cunho esquerdista nos anos 2000, e sua defesa de um Estado nacionalista e forte, propicia a alternância do regionalismo no continente, emergindo-o a um período pós-hegemônico.

Em meio ao mundo globalizado, o fomento e a participação da sociedade civil, e a preocupação com a integração produtiva dos países membros do MERCOSUL, passaram a ser o principal argumento nos discursos dos representantes dos novos governos eleitos. A integração regional, neste contexto, e em contrapartida ao Estado nacional forte,

seria um meio pelo qual os países latino-americanos passariam a interagir de outras maneiras além das comerciais, cooperando entre si em busca do fomento da “agenda do desenvolvimento”.

Assim como as características que conformaram ambos os regionalismos, o MERCOSUL também se modificou ao longo dos anos, adotando uma caracterização híbrida. De um modelo substancialmente estratégico e econômico, o denominado ‘novo MERCOSUL’ emerge a partir de 2003 como um modelo de integração que busca desenvolver-se também no setor social, através da promoção da cooperação entre os Estados e da participação da sociedade civil de maneira mais ativa e deliberativa. O escopo institucional do MERCOSUL e as novas conformações do bloco são o objeto deste ensaio. São examinadas as transformações apresentadas do regionalismo aberto ao pós-hegemônico. Como veremos, a desestabilização política e econômica do Pós-Guerra Fria, o processo de redemocratização do continente, o fomento da “agenda do desenvolvimento”, a disseminação de políticas liberais e a posterior difusão da globalização e intensificação do multilateralismo não somente delinearão estes dois momentos da integração regional latino-americana, como também propiciam o campo de análise de demais temas e atores envolvidos nesses processos.

Assim sendo, buscar-se-á demonstrar que o MERCOSUL reflete as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas ao longo do século XX. Em reforço a essa tese, o ensaio estrutura-se em três seções, além de outra conclusiva. A primeira fornecerá uma discussão

teórica e empírica acerca dos dois momentos relevantes neste contexto, o ‘regionalismo aberto’ e o ‘regionalismo pós-hegemônico’, provendo embasamento teórico e histórico dos conceitos que concernem os estudos do regionalismo, bem como os fatos relevantes que permeiam as décadas em questão. Visa trazer à tona um panorama do regionalismo no continente latino-americano e as transformações decorrentes dos processos regionais e mundiais que culminaram na criação e no desenvolvimento do MERCOSUL. A segunda seção explicitará, com maior detalhamento, os motivadores da criação do MERCOSUL e como, institucionalmente, este desenvolveu-se ao longo dos anos, perpassando pelo regionalismo aberto até emergir no regionalismo pós-hegemônico. De maneira geral, buscar-se-á precisar quais foram as mudanças e os aspectos contundentes no escopo do bloco regional que impactaram as transformações ocorridas em seus países membros, sobretudo no que concerne ao regionalismo estratégico e à incitação aos modelos de regionalismos social e produtivo. Na terceira parte, por sua vez, serão retomadas as principais questões analisadas, conjuntando as principais transformações ocorridas no escopo do MERCOSUL e comparando-as, de maneira a confrontar-se e chegar-se a um quadro de como aspectos políticos, sociais e produtivos evoluíram ao longo do regionalismo aberto e conformaram o modelo denominado como pós-hegemônico. Buscar-se-á analisar se houve uma alteração de paradigma associada às diferentes expectativas ou se os discursos e iniciativas propostos, de fato, não passaram de retórica crescente ao longo dos anos.

## 2 REGIONALISMOS ABERTO E PÓS-HEGEMÔNICO

Ao longo do século XX, diversas iniciativas regionais emergiram, mas foi nos primórdios dos anos 1990 que a América Latina ingressou em um novo cenário, posterior ao período de recessão que assolou os países da região, quando concomitantemente ocorria o fim da Guerra Fria e se intensificavam os processos de globalização. Nos anos 2000, uma série de influências políticas globais e regionais incitou a reformulação do regionalismo latino-americano, o que demandou uma crescente capacidade de respostas coletivas frente aos novos desafios, acrescidos da maior participação e surgimento de outros atores, os quais viriam a dinamizar as estratégias de desenvolvimento e modalidades de inserção internacional da região até os dias atuais.

A etapa denominada de “novo regionalismo” assiste ao ressurgimento de debates teóricos acerca da revitalização e da expansão de diversas dinâmicas regionais, como também o surgimento de novos atores participantes, não somente na América Latina, como também em escala global (LOMBAERDE, SÖDERBAUM, VAN LANGENHOVE, BAERT, 2010, p. 732). O pluralismo e a multidimensionalidade do regionalismo contemporâneo deram origem a uma série de novos desafios.

Ainda que os estudos atinentes ao regionalismo e às fases que o compõe remontem ao modelo europeu de integração e às diversas regiões do mundo, a América Latina, em especial, foi favorecida por mudanças estruturais globais, *inter alia* devido às variações domésticas e características intrínsecas regionais dos países envolvidos na

integração, sobretudo culturais e históricas. Variáveis importantes como economia, sociedade e política exerceram forças diferentes nos principais atores que coordenam a integração e isso torna o regionalismo latino-americano tão ricos e distintos dos regionalismos de outras regiões (HAAS, 1967, p. 315). Para melhor compreender-se tais processos e a relevância de cada qual, nesta seção busca-se abordar o regionalismo e os demais conceitos que contemplam o seu estudo, e, a partir disso, analisar suas características e variações nas fases que compõe o regionalismo contemporâneo, do qual o novo regionalismo faz parte.

Os diferentes atores e processos envolvidos em seus vários níveis de integração têm relevâncias distintas de acordo com o tempo e o espaço nos quais se contextualizam, sejam em âmbito global, regional ou nacional. É justamente a interação de todos esses fatores que conceitua o regionalismo como fenômeno em estudo, pelo qual pode ser analisado um determinado sistema, criado e liderado por Estados nacionais, contando com a participação fundamental de demais atores, estatais e não estatais, na cooperação e configuração de estratégias de uma determinada região (Hettne, Söderbaum, 1999, p. 4).

Os processos de construção das relações de interdependência entre os atores envolvidos são caracterizados no conceito de regionalização; que “designa o processo (empírico) que leva aos padrões de cooperação, integração, complementaridade e convergência dentro de um espaço geográfico nacional em particular” (idem, p. 4). Logo, são os diferentes tipos de projetos e atividades regionais, como

as integrações econômicas, políticas e sociais, que definem os tipos de interação e as maneiras como os processos de regionalização são construídos. Para Haas (1970), essas integrações regionais propiciam um laboratório vivo, no qual é possível vislumbrar-se o surgimento de novos tipos de relações humanas, no âmbito econômico, político ou social, propiciando o esboço de processos de adaptação e de aprendizagem, abrangendo-se uma esfera que transcende as delimitações regionais.

Contudo, é importante diferenciar regionalismo de regionalização. Enquanto o regionalismo pode ser caracterizado, sob uma perspectiva analítica e operacional, como uma ideologia, a qual coordenada pelos Estados se conforma por meio de estratégias; regionalização é o processo que gera a interdependência entre os atores envolvidos, podendo ser intencional ou não intencional (HETTNE, SÖDERBAUM, 1999, p. 5). O conceito de região, nesse contexto, não se faz menos relevante, sendo fundamental aos estudos do regionalismo. Quando diferentes processos de regionalização, em diferentes áreas, convergem em uma mesma delimitação geográfica, já podemos caracterizá-la como uma região. Do mesmo modo, um grupo de países localizados em um mesmo espaço geográfico, ou simplesmente um âmbito espacial caracterizado pela intensidade de seus processos produtivos e comerciais, também podem definir regiões. O conceito de região afigura-se polissêmico (idem, p. 12).

A definição de uma região a partir da interação de manifestações e práticas identitárias, intrínsecas de uma comunidade regional, auxilia

no entendimento dos mecanismos que promovem a cooperação regional (RIGGIROZZI, 2010, p. 4). Não há região natural, mas regiões criadas e recriadas por processos de transformação global (HETTNE, SÖDERBAUM, 1999, p. 12).

Essas alterações por meio das transformações globais refletem-se em teorias contemporâneas, como a “*new regionalism theory*” (NRT)<sup>30</sup>. Sob a perspectiva da NRT, os processos de regionalização são descritos pelos autores por meio dos níveis de “*regionness*”, conceito criado no início dos anos 1990 para definir o grau de interações econômicas, políticas e sociais em uma determinada região, e o que a distingue das demais (RIGGIROZZI, 2010, p. 4). Ou seja, a ideia de região pode ser definida pelos níveis de “*regionness*”, determinando seu grau de organização social, política e relações econômicas transfronteiriças.<sup>31</sup>

Nas palavras de Diana Tussie e Pía Riggiozzi (2012, p. 5), “*regionness*” denota dois tipos de dinâmicas. A primeira é referente ao senso de identidade e de pertencimento do Estado ou atores não estatais a uma determinada região, devido a valores, normas e instituições compartilhadas. A segunda dinâmica, por sua vez, denota a ação coesa para o reconhecimento do outro. Ambas as dinâmicas, para Hettne e Söderbaum (1999, p. 2), são esmiuçadas e mais bem interpretadas por meio dos níveis ou fases de ‘*regionness*’, como processo de construção de uma região, os quais seriam: espaço regional, complexo regional,

---

<sup>30</sup> A “*new regionalism theory*” (NRT), desenvolvida por Björn Hettne e Fredrik Söderbaum, busca explicar a ordem mundial que torna possíveis os processos de regionalização (Hettne, Söderbaum, 1999, p. 5).

<sup>31</sup> Sobre o conceito de “*regionness*”, vide (Hettne, Söderbaum, 1999, p. 2).

sociedade regional, comunidade regional e Estado regional. Como reiterado por Pía Riggirozzi, “o que essas categorias trazem é uma compreensão do regionalismo como uma complexa estrutura de ideias, atores e instituições na formação da política social” (RIGGIROZZI, 2010, p. 4). A abordagem acerca dos níveis de ‘*regionness*’, portanto, demonstra que a estrutura complexa que conforma o regionalismo pode ser vista como uma estratégia de governança, com mecanismos de resposta pragmática a fatores exógenos, aos desafios da economia política global e ao desenvolvimento da região, abarcando inúmeros processos de regionalização. Esses conceitos foram, na prática, utilizados para repensar as transformações mundiais e regionais ao longo das últimas décadas.

Estudos acerca do regionalismo e de suas variações, sobretudo a partir do final dos anos 1980 quando do surgimento e intensificação de várias formas de regionalismo, atraíram a atenção dos estudiosos do tema pelo elevado número de esquemas regionais que se expandiram ou se conformaram na década seguinte (Boas, Marchand, Shaw, 1999, p. 897). O regionalismo e suas fases, ou ‘ondas’, trata-se de um fenômeno global, tendo as especificidades locais, sejam estas econômicas, políticas, sociais ou culturais, efeitos diretos sobre a concepção dos processos de regionalização. Logo, comparar-se os diferentes regionalismos pode resultar em debates teóricos que muitas vezes apresentam problemas conceituais e metodológicos de difícil solução. Esses diferentes casos e entendimentos sobre a construção regional e os regionalismos criaram um campo no qual as principais



teorias que os estudam, a neofuncionalista e a intergovernamentalista, predominaram perante as demais teorias (TUSSIE, RIGGIROZZI, 2012, p. 187).

Ainda que estudiosos neofuncionalistas busquem aprimorar os métodos comparativos em seus estudos regionais desde os anos 1960, tais estudos limitam-se a comparações com o modelo referência de projeto regional que culminou na União Europeia. De fato, as pesquisas na área comprovam que “... os desafios e as fraquezas no estudo do regionalismo são, a nosso ver, principalmente relacionados à natureza fragmentada deste campo de pesquisa, em particular às deficiências do debate sobre análise comparativa. Em que pese um número crescente de comparações específicas de aspectos selecionados do regionalismo (especialmente no que diz respeito a instituições regionais e o papel dos poderes) em determinadas regiões, não há um debate sistemático sobre os fundamentos da comparação” (LOMBAERDE, SÖDERBAUM, VAN LANGENHOVE, BAERT, 2010, p. 732).

A principal motivação do estudo do regionalismo é não somente melhor entender a sociedade de uma maneira geral, mas principalmente compreender-se uma região e suas características intrínsecas, muitas vezes enriquecidas com fatores *sui generes*, que a tornam única e inestimável aos estudos acadêmicos (HETTNE, SÖDERBAUM, 1999, p. 461).

O regionalismo de hoje é caracterizado pelo envolvimento de quase todos os governos do mundo, mas também envolve uma variedade de atores não-estatais, resultando em multiplicidade de

governanças regionais, formais e informais, e redes regionais na maioria das áreas em questão. Como tal, o regionalismo está intimamente ligado à natureza cambiante da política global e à intensificação da globalização (LOMBAREDE, SÖDERBAUM, LANGENHOVE, BAERT, 2010, p. 732).

De início, o debate sobre o tema atinha-se aos conceitos de integração regional, política e econômica, bem como os de cooperação e organizações internacionais. Bela Belassa e Ernest Haas foram alguns dos pesquisadores que os definiram e que enriqueceram os estudos regionais com seus trabalhos (LOMBAREDE *et al.*, 2010, p. 733).<sup>32</sup> No mundo e sobretudo na América Latina, o “novo regionalismo” representou um momento de transição por meio da combinação de política em nível nacional com a reformulação das economias políticas regionais (TUSSIE, RIGGIROZZI, 2012, p. 17). As rápidas transformações em diferentes regiões à época, cujas circunstâncias políticas e econômicas expressaram a redefinição da ideia de regionalismo com um caráter mais social, econômico, planejado e de cooperação financeira, ao mesmo tempo em que estimularam a formação de novas coesões políticas e sociais, incitaram a conformação de uma comunidade regional, cuja ideia se pode embasar no conceito de ‘*regionness*’ e de suas etapas de desenvolvimento (HETTNE, SÖDERBAUM, 1999, p. 30).

---

<sup>32</sup> A nomenclatura do período denominado de “regionalismo pós-hegemônico” pode ser encontrada na literatura como “regionalismo pós-liberal” (Riggiozzi, 2010).

As duas ‘ondas’ do regionalismo contemporâneo, o ‘regionalismo velho’ e o ‘novo regionalismo’, devem ser analisadas através dos respectivos momentos históricos; em outras palavras, precisam ser compreendidas concomitantemente à transformação estrutural do mundo à época, uma vez que tais mudanças e resultados subsequentes são os fatores que as caracterizam. A primeira delas, denominada ‘regionalismo velho’, deu início ao regionalismo contemporâneo, principiando-se quando da criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1958, e com os processos de descolonização contemporâneos que estimularam a formação de organizações regionais no auxílio de países recém-descolonizados em suas respectivas regulamentações financeiras e comerciais (BRESLIN, HIGGOTT, 2000, p. 334).<sup>33</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, a “onda” do regionalismo se embasou na lógica do protecionismo e do estado de bem-estar (*welfare state*) assistencialista. Tal ‘onda’ inicia-se na Europa Ocidental e se dissemina nos demais continentes, como forma de regulamentação do comércio econômico global (RIGGIROZZI, 2010, p. 3). Na América Latina, já em meados dos anos 1950 apresentaram-se projetos de desenvolvimento regional. A Comissão Econômica para a América

---

<sup>33</sup> O “regionalismo velho” é também mencionado por outros autores, como José Antonio Sanahuja (2009), como “regionalismo intervencionista” ou “regionalismo fechado”, considerando-se a combinação de liberalismo político e intervencionismo econômico à época, tendo-se em vista que os estados de bem-estar buscavam a combinação de democracia, relativa abertura econômica e regulação. De maneira a não estigmatizar o momento histórico, utilizar-se-á a nomenclatura “regionalismo velho” para determinar o período do pós-Segunda Guerra Mundial até os primórdios dos anos 1990, quando do início do “*new regionalism*”.

Latina e Caribe (CEPAL) exercera forte influência sobre a conformação da integração no continente (BIELSCHOESKY, 2009, p. 175). Dos anos 1950 até os anos 1990, a CEPAL proveu o arcabouço teórico fundamentando a necessidade da industrialização na América Latina, para o desenvolvimento a médio e longo prazo, com o fechamento das economias dos países do continente por meio de medida protecionistas de estímulo à indústria nacional, possibilitando um desenvolvimento autárquico em busca da autossuficiência, a chamada “substituição de importações” (TEIXEIRA, DESIDERÁ NETO, 2012, p. 10). A CEPAL propunha um modelo de integração econômica que crie condições para a mudança estrutural em economias periféricas, com a busca do aumento da produtividade, bem como pela criação do mercado comum regional visando uma abertura gradual e aplicada aos novos setores industriais a serem implantados, em especial aqueles que traziam mais problemas para o balanço de pagamentos pela dependência importações (BIELSCHOESKY, 2009).

A busca pelo desenvolvimento nacional e as tentativas para a construção de uma autonomia regional desenhavam-se concomitantemente. Esse momento do regionalismo foi caracterizado de ‘grande *design*’, em que a integração regional é redesenhada como um compromisso entre a política de desenvolvimento predominante de industrialização por substituição de importações e o concomitante novo paradigma de integração na economia mundial (BOUZAS; KNNACK, 2009, p. 29). Como reflexo das mudanças, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) é criada em 1960,

objetivando-se implementar um modelo de integração comercial entre seus membros, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, e Uruguai. Tal associação expandiu-se na década de 1970 com a adesão de novos membros (Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela). Visava a eliminação de todas as barreiras comerciais intrarregionais. Em adição e em conformidade ao também progressivo desenvolvimento regional europeu, em 1967 é criada a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), e em 1969, por sua vez, outros países latinos estabeleceram o denominado Pacto Andino, cuja ambição era a de criar uma base executiva supranacional. Conformava-se, assim, o denominado ‘grande design’ de Bouzas e Knack.

Nos anos 1980, a crise das dívidas externas dos países latino-americanos culminou na redução da importância relativa de temas como desenvolvimento produtivo e igualdade regional, sendo o debate redirecionado para análises de estabilidade macroeconômica (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 177). A situação precária desses países periféricos resultou na piora financeira deles (TUSSIE, RIGGIROZZI, 2012). À época, inúmeras ditaduras militares começaram a ruir sob pressão do mau desempenho econômico de seus países e o conseqüente agravamento das tensões sociais. Com isso, e como parte das inúmeras transformações globais do período, o denominado regionalismo velho esmaeceu-se nos primórdios dos anos 1980, quando de todos esses problemas, mas sobretudo pelo advento da globalização e do novo sistema que se conformava (RIGGIROZZI, 2010).

Nessa mesma época, o ‘neofuncionalismo’ busca melhor compreender como essa cooperação se dá em âmbito regional, considerando-se novos fatores tidos como fundamentais na análise da integração regional, como processos nacionais não somente regionais mas também domésticos, valorizando-se a atuação dos governos nacionais, de partidos políticos, de grupos de interesses, das elites e das organizações sociais. Ademais, levam-se em consideração os processos de regionalização e a importâncias da ideia de região, de senso de comunidade e das proximidades geográficas nos estudos de caso (BRESLIN; HIGGOTT, 2000). Ou seja, consideram-se todas as interações que desencadeiam a integração regional.

Outra teoria utilizada para o melhor entendimento do regionalismo foi a teoria intergovernamentalista cujo maior precursor talvez seja o pesquisador Stanley Hoffmann. Com foco no argumento da necessidade de coordenação política, tendo-se em vista a maximização dos lucros e a redução dos custos no processo de integração, para os intergovernamentalistas é fundamental entender as negociações e as barganhas que acontecem entre os Estados no processo de coordenação política, uma vez que são as pressões domésticas e externas que determinam as preferências dos Estados. Quanto mais acordos de integração existirem entre os países, menores serão os custos das transações. Por este motivo, é mais importante cooperar do que não o fazer, sendo os Estados os atores racionais e centrais do processo. Nota-se que a integração em si não acarreta

mudanças dos interesses, mas sim o fortalecimento do interesse individual dos Estados (MORAVCSIK, 2002).

Tais teorias ascenderam as análises regionais para além do entendimento realista das relações entre Estados, teorizando-se o modo como essas relações formavam-se em nível regional e quais suas implicações para as relações e a economia política internacionais de uma maneira geral. Das duas vertentes explicativas, apenas o neofuncionalismo focaliza adequadamente outros atores além dos Estados, foco central do intergovernamentalismo. De fato, os demais atores são fundamentais nos processos regionais. Com a transição do “velho” para o ‘novo regionalismo’, a diferenciação entre ambos os momentos teóricos vai além da dicotomia entre os períodos, porque reflete uma mudança estrutural do mundo.

A segunda ‘onda’ do regionalismo levou ao ressurgimento do regionalismo nos estudos acadêmicos, sendo extremamente relevante para as relações internacionais, desde seu aparecimento até a atualidade (SCHULZ, SÖDERBAUM, OJENDAL, 2010, p. 430). O novo regionalismo não somente recupera a notoriedade dos estudos do regionalismo, como também contempla novos fatores que não mais poderiam ser explicados sob a égide do velho regionalismo. Por essa razão que (nos primórdios dos anos 1990) região, regionalismo e regionalização tornaram-se proeminentes nos estudos de política internacional de uma maneira inovadora. Hettne e Söderbaum (1999, p. 3) elencam, como principais fatores desencadeantes dos estudos regionais, a transformação da estrutura mundial de bipolar para

multipolar, a ascensão dos Estados Unidos como potência única no sistema mundial com o término da Guerra Fria, ainda que acompanhada do surgimento de inúmeros outros atores com papéis fundamentais no novo sistema internacional que se formava; a erosão do estado de bem-estar e o crescimento da interdependência e da globalização; e o comportamento diferenciado dos países em desenvolvimento e pós-comunistas acerca do sistema econômico e político globalizado. Enquanto o velho regionalismo entre 1950 e meados dos anos 1980 representou uma manifestação de formas regionais de regulamentação de mercados e tarifas elevadas, em meio a regimes ditatoriais, o novo regionalismo emergira diante de novas formações regionais vinculadas à transnacionalização do comércio e da produção, bem como em face da liberalização progressiva dos mercados, sobretudo latino-americanos (HETTNE, SÖDERBAUM 1999, p. 7).

Uma das questões principais para o melhor entendimento do conceito seria a das razões de ele ter emergido tão rapidamente, tornando-se fundamental nos estudos regionais (ETHIER, 1998, p. 1149). De acordo com os fatores e os acontecimentos históricos que propiciaram o novo regionalismo e auxiliaram em sua transição desde o velho regionalismo, Ethier expõe três principais diferenças entre ambos os momentos, as quais seriam: o aumento da liberalização multilateral do comércio de bens manufaturados em países industrializados; o fato de que dezenas de países economicamente menos avançados abandonaram as políticas econômicas anteriores, aderindo ao sistema de comércio multilateral; e o aumento da



importância do investimento direto. Certamente que essas três diferenças fundamentais advêm como efeito de importantes transformações na economia e nos quadros institucionais e tecnológicos mundiais.

Ethie (1998, p. 1150) mensura seis pontos principais que caracterizaram o novo momento histórico. Estes seriam: a maior proximidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (integração norte-sul); a autonomia de Estados menores no estabelecimento de reformas unilaterais; a liberalização econômica efetuada de maneira cautelosa; a liberalização alcançada principalmente pelos países pequenos, e não pelos grandes, graças a acordos unilaterais; os acordos regionais, que geralmente envolveram uma integração profunda; e o fato de que os acordos regionais são geográficos, no sentido de que os participantes são vizinhos.

A nova percepção da melhor estratégia de desenvolvimento estimulou a formalização de acordos bilaterais de livre comércio entre países latino-americanos, nos moldes das grandes iniciativas de integração ocorrida em outros lugares do planeta (SERBIN, 2011), como a União Europeia, bem como sob o influxo de ações integradoras dos Estados Unidos.

Foi frente a este contexto que a teoria do “novo regionalismo”, ainda que prematuramente, surge enquanto uma análise mais profunda do que a já decantada pelo neofuncionalismo, a qual relaciona o Estado com fatores domésticos e suas interdependências. Em vista do alto número de regionalismos que se conformaram à época, a ótica do novo

regionalismo acrescenta agora a emergência das regiões nas negociações internacionais e nos processos de regionalização (HETTNE, SÖDERBAUM, 1999, p. 5).

Nos anos 1990, a primeira fase do novo regionalismo defendia a conformação de integrações regionais, sob o viés de aberturas comerciais unilaterais dentre os países latino-americanos, bem como com o restante do mundo, de maneira que o livre mercado fosse mais bem viabilizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento alcançado. De maneira geral, o intuito da integração entre os países à época era o de propor alianças que viabilizem, de maneira mais satisfatória, os processos comerciais que se apresentam, propiciados pelas condutas políticas e econômicas então disseminadas.

Contudo, a criação de inúmeras iniciativas regionais resultara em fragilidade do sistema no final dos anos 1980, por não promoverem a autoridade delas em nível regional para a tomada de decisões (MALAMUD, 2010, p. 641). Por essa razão que a institucionalização promovida no início dos anos 1990 sofreria uma reconfiguração. Foi através do Consenso de Washington, em 1989, que estratégias de cunho liberal, visando melhorar a inserção internacional dos atores estatais e não estatais, incluindo-se empresas privadas e multinacionais, foram disseminadas. Tal fato ocorrera em um mundo multipolar, livre dos delineamentos estratégicos do bipolarismo, e voltado para as três regiões econômicas dominantes à época: Europa, América do Norte e Ásia Oriental (Boas, Marchand, Shaw, 1999, p. 897). Os processos de reativação de parcerias centro-americanas, andinas e caribenhas

passaram a receber maior atenção por parte dos países do continente, concomitantemente às novas políticas econômicas, comerciais e sociais adotadas (SANAHUJA, 2009, p. 64). O contexto de globalização trouxe à tona processos de regionalização, que se conectaram com mudanças estruturais do mundo, emergindo em um novo momento, repleto de características únicas (BOAS, MARCHAND, SHAW, 1999, p. 898).

Nesse âmbito, o regionalismo aberto visava combinar a abertura econômica com o elemento preferencial dos países membros dos grupos regionais, promovendo-se melhorias na competitividade e na eficiência econômica. No âmbito político, por sua vez, buscou-se fortalecer a capacidade dos estados membros de cada grupo regional na gestão das interdependências regionais, além de assegurar as governabilidades internas (CIENFUEGOS, SANAJUHA, 2009, p. 16). Mas era um regionalismo fragmentado, composto por Estados que em parceria buscavam maximizar seus benefícios, mas sem desconsiderarem seus interesses nacionais (SERBIN, 2011).

Partindo-se dessa visão macro, em convergência com o que ocorria nos demais continentes, na América Latina cria-se a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), de cunho intergovernamental, que visava contribuir com a promoção da integração da região latino-americana, garantindo seu desenvolvimento econômico e social. Modificou-se a Comunidade Andina das Nações (CAN), criada em 1969, e criou-se o MERCOSUL (ou *Mercosur*), em 1991, quando da assinatura do Tratado de Assunção, ainda que

negociações bilaterais entre Brasil e Argentina já estivessem em transcurso desde 1986, quando do programa de Integração e Cooperação econômica (PICE). Tais iniciativas promotoras do desenvolvimento regional visavam facilitar os impactos do mundo globalizado que se vislumbrava, com a lógica de viabilizar-se a abertura e a adaptação dos mercados domésticos dos países sul-americanos, de uma forma que gerasse segurança interna e externa, refletindo um novo formato regional que se propagava pelo mundo (SANAHUJA, 2009, p. 64).

O chamado “regionalismo aberto” visava facilitar os impactos do mundo globalizado que se vislumbrava, com a lógica de viabilizar-se a abertura e a adaptação dos mercados domésticos dos países sul-americanos, sendo as organizações regionais meios de promoção desse ideal. Além do MERCOSUL e ALADI, no continente Latino-Americano também se instaurou o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), entre 1991 e 1993, e se reativou o Pacto Andino, também em 1991, para a construção de uma zona aduaneira. Essa aproximação entre os países resultou em inúmeros trabalhos conjuntos, gerando-se regras e estabelecendo-se acordos, como também uma dinâmica de interesses recíprocos e percepções sincronizadas dos desafios externos (SANAHUJA, 2009).

Para alcançar os objetivos conjuntos e individuais, a integração se atinha também aos investimentos externos estrangeiros e empresas transnacionais. Devido ao enfoque liberal, tais iniciativas, em comunhão com os grupos regionais criados, favoreceriam o

intercâmbio produtivo na região (Braga, 2001, p. 19). Inclusive, o próprio MERCOSUL, no Tratado de Assunção, expõe seu grande interesse na integração produtiva de seus países membros.

A abertura a terceiros não impediria a existência de um componente preferencial regional. Logo, havendo essa preferência, regras comuns passariam a ser adotadas com relação a origem, serviços, invenções, salvaguardas, propriedades intelectuais, dentre outras, sendo coordenada por uma política comercial comum (SANAJUHA, 2009, p.66).

Ainda que estratégias e organizações regionais fossem criadas, a região recebeu mais atenção no que Jan Jinbergen, economista holandês, chama como “integração negativa”. Ou seja, foi dada mais relevância às liberalizações comerciais intragrupos do que às políticas comuns e na construção de instituições (“integração positiva”) (SANAHUJA, 2009, p. 67). Logo, ainda que as negociações fossem realizadas, algumas barreiras persistiam, tornando as transações comerciais desiguais. O intergovernamentalismo explica também outro fator que resultou em dificuldades durante o regionalismo aberto. Na época, na visão dos críticos, a liberalização comercial foi considerada mais importante do que políticas de desenvolvimento. Por esse motivo, não se explorou o potencial que a integração poderia ter resultado, como nas áreas de infraestrutura, políticas de ciência e tecnologia, de inovação e desenvolvimento produtivo, política regional e de energia.

Ainda que o objetivo das iniciativas regionais na América Latina, quando do regionalismo aberto, fosse a maior eficiência produtiva,

melhores expectativas dos agentes, maiores possibilidades de investimentos e maior difusão tecnológica entre os países do bloco econômico, Sanahuja (2009) explica que o comércio inter-regional não alcançou, em sua totalidade, os objetivos pretendidos. Os índices de exportações na região foram baixos de maneira geral, sendo que a maior parte das exportações regionais se concentrou em produtos primários, com menor valor agregado e, no comércio inter-regional, a maior parte das exportações fora de manufaturados, com maior valor agregado; gerando-se cadeias produtivas, bem como pequenas e médias empresas (SANAJUHA, 2009, p. 67).

Frente a isso, alguns dos fatores, que também podem ter contribuído para o baixo rendimento dos blocos, foram o crescimento das exportações aos mercados asiáticos e em particular à China, que se tornaram presentes nas exportações de todos os grupos regionais, sobretudo no MERCOSUL e na CAN. O fato de as exportações serem embasadas em produtos primários, e ainda a escassa complementaridade das economias latino-americanas, o menor peso do comércio intrafirma e intraindustrial, os elevados custos das transações de derivados, as persistentes barreiras administrativas, a instabilidade econômica e os elevados custos de transporte derivados da baixa qualidade da infraestrutura física entre os países foram alguns dos fatores que auxiliaram nos problemas decorrentes do regionalismo aberto (idem, p. 69).

No que tange ao âmbito social, os números também foram pouco expressivos. Apesar de melhorias, os problemas macroeconômicos

advindos dos anos anteriores agravaram o quadro de pobreza e as disparidades sociais. A criação do bloco econômico não impulsionou reformas estruturais no campo social (CERVO, 2000; CASTAÑEDA, 1994, p. 19). Contudo, a conformação das iniciativas regionais e o estabelecimento de parcerias comerciais criaram um elevado número de intercâmbios. Houve o favorecimento da internacionalização das empresas latino-americanas, seja com capital nacional ou subsidiadas por empresas estrangeiras. O setor automotivo brasileiro, por exemplo, foi extremamente favorecido no âmbito do MERCOSUL (SANAHUJA, 2009, p. 69). Contudo, o regionalismo rápido e caracterizado pelo intergovernamentalismo, prevalecendo muitas vezes a ideia de soberania nacional, em detrimento de delinear competências a órgãos comuns, acabou por privar aos processos de integração regional adequados mecanismos decisórios, de legitimidade e de controles. A integração se tornou vulnerável (idem, p. 70).

Quando das sucessivas crises financeiras asiática (1997), brasileira (1998) e argentina (2001), o declínio do regionalismo aberto torna-se eminente. Por outro lado, houve nos anos 2000 o retorno da vertente desenvolvimentista, fortalecida pela crise econômica nas economias latino-americanas (Smith, 2005). Teve-se a conformação de um regionalismo pós-hegemônico cujas agendas oscilam entre temas integracionistas, condutas claramente antiliberais e coalizões de países ideologicamente afins (VEIGA, RÍOS, 2007). Em meados dos anos 2000, o modelo do regionalismo aberto passa por uma redefinição. As crises ocorridas no final da década de 1990 e no início do novo século

resultaram em mudanças contextuais nas integrações regionais, com enfoques distintos dos anos anteriores, que caracterizaram outro momento do novo regionalismo: o denominado “regionalismo pós-hegemônico” (SANAHUJA, 2009, p. 74).

Logo de início, esta nova fase do regionalismo representou o palco de negociações multilaterais no âmbito comercial, por meio da reconfiguração política que ocorria à quase todos os países da região (SERBIN, MARTÍNEZ, RAMANZINI JÚNIOR, 2012), havendo uma politização da agenda regional, de maneira a incitar o surgimento de temas sociais ao lado de interesses comerciais. O fomento à integração regional transcendera então o escopo comercial nos discursos diplomáticos desses países, abordando questões políticas e sociais. Dessa forma, manteve-se e aprimorou-se o MERCOSUL, dando lugar à adoção de estratégias diversas de inserção internacional.

Contudo, o regionalismo pós-hegemônico não pode ser entendido da mesma forma que o regionalismo aberto. Aquele, de fato, representa uma nova etapa da integração regional. O regionalismo pós-hegemônico considera-se como um período de transição, sem um modelo regional claro, mas com um alto grau de politização e agendas diversificadas. Tal complexidade, na prática, dificultou o processo de negociação e a tomada de decisões consensuais dos países participantes (SANAHUJA, 2009, p. 76).

Esse novo momento abarca um número elevado de iniciativas e de processos que caracterizam o novo regionalismo. O novo modelo de integração, com sua dimensão de reestruturação global e regional,



constituída de diversos atores estatais e não estatais, dava primazia às questões sociais, mas era pluridimensional, pois mesclava, nas agendas regionais, as dimensões econômica, política, de segurança, de meio-ambiente e, sobretudo, de temas da sociedade civil. A redemocratização sul-americana e a insurgência do chamado “neopopulismo”, por meio dos novos representantes de esquerda que ascendiam nos governos dos principais países do continente, em especial nos países membros do MERCOSUL, incitaram transformações internas nos acordos de integração, particularmente neste bloco. O reforço da existência de um Estado forte representaria a instauração de uma integração regional a favor dele, que protegesse os países dos reflexos negativos da globalização, e não como uma gestora de seus processos (SANAHUJA, 2009, p. 75).

Os países do MERCOSUL, longe de abandonarem a disciplina defendida no modelo anterior, continuaram com esforços no sentido de delinear os procedimentos para a transição ao regime de convergência macroeconômica. Para tanto, anunciaram conjuntamente seus objetivos específicos de inflação e de variação da dívida fiscal líquida do setor público. Sem dúvida, a organização dos interesses e da composição dos *win-sets* dos principais países membros (Argentina e Brasil) ocorreu pelas articulações políticas domésticas, que se refletiram regionalmente (Oliveira, 2003). Muitos dos governos passaram a demonstrar um renovado interesse pela integração e expuseram seu compromisso com o regionalismo como uma obrigação constitucional dos Estados. Os acordos adquiriram um caráter

intergovernamental específico, e cada vez mais divergente do modelo europeu. Com efeito, o regionalismo estratégico latino-americano passou a abranger diversos temas definidos pelos representantes políticos dos países, visando características mais nacionais do que integracionistas, diferentemente do caso europeu (SANAHUJA, 2009).

Alguns estudos sugerem que o impacto da mudança do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico, particularmente na América do Sul, vai além das mudanças políticas nacionais. Criou-se todo um conceito de soberania na região, que ultrapassa o âmbito nacional, abrangendo políticas regionais, encabeçadas não somente pelos representantes políticos dos países, como também de organizações intergovernamentais, sociedade civil e cidadãos (LEGLER, 2013, p. 327). Nesse contexto, a integração regional se redefine em termos de soberania nacional, ou como instrumento para fomentar a governabilidade dos países participantes na região. A criação do Fundo de Convergência Econômico do MERCOSUL (FOCEM), em 2004, demonstra um novo momento, no qual infraestrutura, geração de empregos e integração produtiva passam a vigorar com maior assiduidade nas agendas do bloco. Também com a criação do Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL (PIP), em 2007 e, mais recentemente, do Plano Estratégico de Integração Social (PEAS), em 2011, fica demonstrado que o MERCOSUL, que se configura, tem agora um caráter mais híbrido do que o vislumbrado durante o regionalismo aberto. Nesse tipo de regionalismo, a ação é mais estratégica, enviesada para os chamados regionalismo social e

regionalismo produtivo (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 25). De maneira a melhor se compreender as mudanças ocorridas no continente quando dessa transição, Sanahuja (2009, p. 74) elenca as principais características, que representam de maneira sucinta essa nova proposta regional:

- i. Primazia da agenda política, em comparação às agendas econômica e comercial;
- ii. O enfoque na “agenda do desenvolvimento”, buscando-se desvincular das estratégias do regionalismo aberto, centralizadas na liberalização comercial;
- iii. Busca-se enfatizar o papel dos atores estatais frente ao protagonismo dos atores privados e das forças de mercado favorecidas na década anterior;
- iv. Maior ênfase na criação de instituições e políticas comuns, que favoreçam o comércio entre os países da região, implicando em uma maior cooperação sul-sul e em agendas de paz e segurança;
- v. Maior preocupação no âmbito social, vinculando-se a integração regional com a redução da pobreza e da desigualdade;
- vi. Maior preocupação com os problemas infraestruturais da região, que dificultam a expansão do mercado entre os países;
- vii. Maior ênfase na segurança energética; e

- viii. Busca por modos de promoção da participação social nos processos de integração.

Em outras palavras, a nova fase do regionalismo representa o novo palco de negociações multilaterais no âmbito comercial, por meio da reconfiguração política que ocorrera à quase todos os países da região, havendo uma politização da agenda regional, de maneira a incitar o surgimento de temas de desenvolvimento, além de interesses comerciais (SERBIN, MARTINEZ; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). A agenda de desenvolvimento passa a ser encabeçada principalmente pelos países mais ricos do continente, reiterando-a em fóruns sociais e em rodadas comerciais internacionais, dando-se primazia ao discurso de fortalecimento dos países em desenvolvimento, diplomaticamente frente aos países desenvolvidos e aos seus blocos econômicos. No regionalismo pós-hegemônico, a maior participação da sociedade civil na integração regional deu-se por mecanismos de consulta instaurados e cúpulas sociais criadas, de maneira que questões sociais pudessem ser deliberadas.

O regionalismo pós-hegemônico, portanto, emerge como uma reconstrução do novo regionalismo, reflexo das transformações sofridas por um espaço regional que se modifica de acordo com os interesses e motivações dos atores estatais e não estatais envolvidos (TUSSIE RIGGIROZZI, 2012, p.2). O MERCOSUL, como órgão referência de integração regional na América Latina, composto pelos principais Estados sul-americanos, perpassara por ambos os períodos refletindo as ideologias, práticas políticas e econômicas e níveis de

integração regionais que se fizeram necessários em cada momento. Com a crise financeira de 2008, transformações governamentais regionais demandaram uma reanálise do regionalismo instaurado nos anos anteriores. Os processos de regionalismo e regionalização no mundo, mais especificamente na América Latina, não somente se reinventaram como também emergiram o continente à contemporaneidade. Na próxima seção, veremos como o MERCOSUL se transformou frente à essas alternâncias, tornando-se o que hoje é.

### **3 O MERCOSUL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Criado em 26 de março de 1991, o processo de regionalização denominado Mercado Comum do Sul se converteria, ao longo dos anos, no projeto de integração regional mais ambicioso da América Latina. Tal processo contribuiu, e muito, para a conformação do regionalismo latino-americano (BRICEÑO RUIZ, 2011, p. 9). Originalmente criado como um bloco econômico, em meio ao denominado “regionalismo aberto”, cujo intuito principal era o de promover o livre comércio e a inserção de seus membros na economia mundial, de maneira que pudessem competir e se alinhar aos demais países no ambiente de abertura de mercados pelo Consenso de Washington, o MERCOSUL notabilizou-se, de início, por seu enfoque estratégico.

Coordenado pelos Estados envolvidos e afetado pelas vicissitudes regionais e mundiais, os processos de regionalização geraram diferentes interlocuções com atores estatais e privados, sendo que

quando do regionalismo pós-hegemônico, o MERCOSUL caracterizou-se também pela dimensão social (idem, p. 9). Foram as alternâncias, regionais e mundiais, que conformaram o MERCOSUL recente como um modelo de integração híbrido, caracterizado por três diferentes regionalismos: o estratégico, delineado desde o Tratado de Assunção; e os regionalismos social e o produtivo, estes dois últimos mais notórios no período do regionalismo pós-hegemônico.

Por “novo regionalismo”, estuda-se a nova fase histórica do regionalismo contemporâneo, no início dos anos 1990. Por essa época, mudanças iminentes auxiliaram a conformar o cenário de integração regional que marcou a América do Sul e que, por conseguinte, delinearam o MERCOSUL (HETTNE, SÖDERBAUM, 1999, p. 3). Como uma das características do novo regionalismo em sua fase inicial, Ethie menciona a aproximação de países menores que, por meio de parcerias comerciais com países economicamente mais fortes, buscam se fortalecer regionalmente, visando sobremaneira e, principalmente, o seu próprio desenvolvimento unilateral. Essa estratégia fez com que houvesse um grande fomento de cooperações regionais à época (ETHIE, 1998, p. 1217). Ademais, além das cooperações regionais, questões atinentes à democracia, nos planos cultural e social, mesmo que renegados a um segundo plano, também se fizeram presentes nos estudos do regionalismo do continente e muito agregaram ao então regionalismo aberto.

O MERCOSUL nasce de um processo econômico de regionalização, que espelhará certo ideal de cooperação regional

desenhado como uma simples organização intergovernamental, sem instituições supranacionais (CORRANZA, 2011, p. 29); contudo, outras dimensões dos processos de regionalização, culturais e sociais, também compuseram o regionalismo sul-americano na conformação dos alicerces de criação e de desenvolvimento do bloco regional. A cooperação entre os países envolvidos, galgada ano a ano, fora relevante para o processo regional, sendo o período entre 1979 e 1991 crucial para o fomento dessas dinâmicas (Gardini, 2010, p.3). Os processos de globalização financeira e de reestruturação produtiva que se instauraram, no início dos anos 1980, nos principais *players* do sistema econômico internacional, assim como o aprofundamento da integração europeia, vieram apenas a complementar as mudanças iminentes do continente latino-americano (OLIVEIRA, 2003, p. 54).

Aos poucos a cooperação bilateral Brasil-Argentina começa a sofrer mudanças significativas no que tange ao seu desenvolvimento estrutural. Após cerca de dois anos de sua assinatura, o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) passa por alterações como, por exemplo, pela assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento pela Argentina e pelo Brasil, em 1988 e ratificado em 1989, o qual tinha como objetivo fixar uma área de livre comércio entre os países em um prazo de dez anos. Foi nessa oportunidade que, de 12 protocolos iniciais, foram assinados outros 24, que abrangem diferentes temas, tais como bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, transporte marítimo e transporte terrestre. O auge

do processo foi atingido em julho de 1990, com a assinatura da “Ata de Buenos Aires”. Na ocasião, sendo efetivamente anunciada em 1990, os governos de Menem e Collor, ambos favoráveis às políticas do Consenso de Washington que se disseminavam desde 1989, assinaram-na com dois propósitos: primeiramente, a redução a quatro anos e meio para o estabelecimento de uma integração entre os países; segundo, que o passo inicial se desse na forma de um mercado comum, para posteriormente ser precedido pelo aperfeiçoamento de uma zona de livre comércio, mediante uma redução geral, linear e automática das tarifas aduaneiras, para então culminar na criação de uma união aduaneira (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 18).

Os estudos citados sobre o desenvolvimento do MERCOSUL permitem a diferenciação de quatro etapas específicas, com enfoques e perfis distintos. Estas seriam:

i. 1991-1994: à criação por meio do Tratado de Assunção seguiriam-se iniciativas de desenvolvimento e de transição com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto no final do período;

ii. 1995-1998: reforço e continuidade das metas estabelecidas no primeiro período;

iii. 1999-2003: período de crise do MERCOSUL, marcado por alternâncias políticas e oscilações econômicas; e

iv. A partir de 2003: o “novo MERCOSUL”.

Desde seu início, sobretudo na década dos anos 1990, o MERCOSUL apresentou um perfil estratégico que caracterizara sua conformação e desenvolvimento em meio ao regionalismo aberto,



conceito este elaborado pela CEPAL no decorrer da década de 1990, para representar a inserção da América Latina no processo de globalização da economia mundial (CORRAZA, 2006, p.136). Esta onda de integração é impulsionada pela insatisfação dos países envolvidos com o progresso realizado no plano multilateral, nas negociações do GATT etc. Também galvanizou o interesse pela integração a afinidade dos novos representantes civis eleitos, que viam na união da região um meio de promover uma melhor inserção de seus países no comércio internacional.

Vejamos o “regionalismo estratégico”: além de representar um modelo econômico, tal regionalismo se oporia ao regionalismo aberto, uma vez que o primeiro fomentaria políticas protecionistas, enquanto o segundo busca reduzi-las em prol da abertura comercial. Contudo, pode-se pensar que um modelo complementa o outro (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 15). Tendo um viés particularmente ‘comercial’, voltado para a economia, e cujo objetivo principal é a da promoção da liberalização comercial e a integração à economia mundial dos países que fazem parte do processo de integração, o regionalismo estratégico visa apenas a proteção de setores considerados ‘estratégicos’. Ainda que aparentem dicotômicos, no regionalismo aberto, os Estados puderam excluir alguns setores considerados estratégicos, adequando mesmo que parcialmente, a realidade nacional à REGIONAL (GARDINI, 2010).

Assim, o modelo estratégico somado ao ideal de fomento dos fluxos comerciais e expansão das parcerias internacionais, se

complementou no panorama conformado à época. A integração passou a ser vista como uma etapa do processo de liberação e política comercial estratégica que emergiria os países latino-americanos da crise da década anterior (GARDINI, 2010, p. 143). Outra característica do regionalismo estratégico é a existência de um país líder, que encabeça grande parte das negociações regionais, promovendo condições favoráveis para a expansão da integração, criando mecanismos favoráveis para o fomento das atividades das empresas multinacionais. No caso latino-americano, a Argentina e o Brasil, como principais atores políticos e econômicos sul-americanos, lideraram a integração regional, tendo o Brasil maior destaque com o passar dos anos.

Ainda que considerado como a fase inicial de integração econômica, pode-se dizer que os objetivos do Tratado de Assunção já eram extremamente similares aos do processo bilateral de cooperação e de integração, iniciado em 1986 por Brasil e Argentina (ALMEIDA, 2011, p.1). Como reflexo, foi assinado acordo em 26 de março de 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em meio a um momento histórico de definição mundial com a disseminação do Consenso de Washington após o esfacelamento do mundo bipolar. O Tratado de Assunção, assim, dá nome e forma legal ao denominado Mercado Comum do Sul, criado em um panorama de consenso entre os governos quanto à aplicação de políticas de livre comércio e de abertura comercial.

As disposições do Tratado de Assunção, além de concernentes às questões econômicas, também era definitivamente embasada na ótica do chamado “neoliberalismo”, ainda que abrangessem as estratégias adotadas pelo PICE durante os anos 1980, reforçando-se a afirmação de Ethie de que o “novo regionalismo” viria a reforçar as alianças de países menores com países mais relevantes ao contexto internacional. A estrutura institucional inicial do MERCOSUL, para administração e execução de propósitos, instrumentos e princípios que regeriam o bloco, foi conformada por três órgãos de suma relevância, com atribuições específicas, embasadas no intergovernamentalismo.

Constantes no Capítulo II do Tratado de Assunção (1991), tais instâncias decisórias criadas, foram o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM). As demais instâncias institucionais seriam, por sua vez, estipuladas quando da assinatura, em dezembro de 1994, do “*Protocolo Adicional al Tratado de Asunción sobre la estructura Institucional del Mercosur*”, o Protocolo de Ouro Preto - conforme previsto no Tratado de Assunção, complementando sua base organizacional. Este “*estableció la estructura institucional de la organización planteando mecanismos bastante flexibles de coordinación y ningún cuerpo supranacional*” (Gardini, 2011, p. 72), além de conceder “personalidade de direito internacional ao MERCOSUL, o que o teria habilitado a negociar conjuntamente acordos comerciais com parceiros individuais, na região ou fora dela, ou com outros blocos” (ALMEIDA, 2011, p. 6).

Os órgãos criados à ocasião, foram a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM). O MERCOSUL emerge então como um projeto que visava a criação de uma união aduaneira entre os seus membros. Devido ao seu caráter intergovernamental, é possível analisar sua criação como um modo de adequar-se às complexidades e incertezas da nova ordem internacional, de maneira a mais beneficiarem seus Estados membros, do que os prejudicarem frente ao mundo que se instaurava (AMARAL JÚNIOR, 1994, p. 23). O MERCOSUL pode ser definido como uma representação de regionalismo estratégico, mas sul-sul. Moldado sob a égide do chamado neoliberalismo, visou o estabelecimento de uma integração profunda, ou seja, uma integração entre os países da região que, estrategicamente, se favoreceriam comercialmente por meio de um mercado comum.

Ainda que a utilização da integração regional para o desenvolvimento autônomo dos Estados possa ser vista como uma maneira individualista dos membros em desenvolverem-se de maneira autônoma, em detrimento do crescimento conjunto da região, também é possível analisá-la de outra forma. Porquanto ainda embasada na lógica intergovernamentalista, uma vez que o processo de integração começa a gerar seus efeitos têm-se consequências previstas ou imprevistas, que podem ser explicadas também sob a ótica do neofuncionalismo. Mesmo que as tomadas de decisões estivessem de posse dos Estados, ainda que influenciados fortemente pelos fluxos

comerciais neoliberais, a integração recebia fortemente a influência ou pressão das demandas de seus atores, regionais ou domésticos, os quais produziram avanços ou retrocessos para a sua evolução. Logo, as tomadas de decisões do bloco regional acabaram por ficar suscetíveis às alternâncias ideológicas políticas que podem ocorrer nacionalmente em seus países membros.

Deve-se, então, considerar as pressões de pequenos grupos sociais, dentro do mundo globalizado que emergia e que conseqüentemente propiciava a disseminação de informações. O mesmo mundo que servia como instrumento para angariar parcerias comerciais e políticas também propiciara maior mobilização de grupos organizados, como partidos políticos, e fortalecera grupos de pressão em meio às dinâmicas oferecidas pelo bloco, ainda que estes não tivessem, de fato, papel dogmático nas tomadas de decisão.

A primeira fase do MERCOSUL, a qual abrange o período de 1991 a 1994, teve um perfil majoritariamente estratégico, ainda que tenha precisado adequar-se, de maneira pouco enfática, às pressões sociais. Para tanto, surgiram canais de participação de setores não-governamentais no processo de integração regional. De maneira a amenizar a lacuna existente entre a sociedade civil e os grupos e comitês estatutários do MERCOSUL, atuou-se por meio da criação de escopos nos quais temas fossem debatidos, ainda que preteridos frente ao reforço das práticas econômicas pelos países membros, ressaltadas na reunião de Las Neñas, em 1992.

A segunda fase do MERCOSUL, de 1995 até 1998, reforça de maneira mais consistente os ideais estabelecidos na primeira etapa, definindo-se como um momento decisivo para a história do bloco, iniciado a partir do estabelecimento do Protocolo de Ouro Preto. A importância do primeiro período, iniciado com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, perdurando até o final do ano de 1994, foi cingida pelas iniciativas governamentais de implementação de decisões conjuntas e das medidas de aprimoramento institucional do órgão de integração criado pelo Tratado, o qual definiu o “mapa” histórico da integração no continente (SANAHUJA, 2009, p. 64). O bloco já havia se aproximado dos Estados Unidos com a criação do Conselho Consultivo sobre Comércio e Investimentos (no formato “4+1”), em junho de 1991. Isso não impediu a diversificação de contatos e as negociações com a Europa comunitária, o que resultou, no final de 1994, na assinatura de protocolo de intenções, no qual as partes comprometeram-se a aprofundar a cooperação durante o processo de consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL.

Com iniciativas de conformação institucional e diplomacia presidencial, liberalização gradual das barreiras tarifárias e instituição de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no Protocolo de Ouro Preto, nova fase se inicia abarcada de expectativas, as quais incitaram a reformulação das metas e dos prazos estabelecidos em 1991 (CORRANZA, 2011, p. 38).

Houve também certo dinamismo na atuação do setor privado no decorrer do período. Associações empresariais e de cooperação setorial

foram criadas por diversas categorias, destacando-se o setor industrial cuja ação levou à criação, em 17/12/1991, do Conselho Industrial do MERCOSUL. Em dezembro de 1991, havia sido instituído o Subgrupo de Trabalho n.º 11, para ocupar-se das questões relativas à esfera social e do trabalho e, em agosto de 1994 foi criada a Comissão de Comércio do MERCOSUL. A abertura e ampliação desses espaços resultaram na articulação e na mobilização dos respectivos segmentos (CORRANZA, 2011, p. 38).

No plano interno ao bloco, o período não esteve isento de atritos entre as partes, provocados por pressões de segmentos que se sentiam lesados pelo ritmo e a intensidade do processo de relaxamento das barreiras tarifárias. Tais desavenças adquiriram maior intensidade na fase subsequente, de consolidação da união aduaneira, quando barreiras não-tarifárias se somaram às anteriormente existentes. Tais fatos demonstram que a livre circulação de bens prevista no Tratado de Assunção, aditadas do elevado número de investimentos externos diretos que o MERCOSUL atraiu aos seus países membros, estavam apresentando resultados extremamente positivos (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 219). Oliveira refere-se ao “discurso”, à retórica, por um lado, e ao projeto posto em prática no escopo do MERCOSUL (OLIVEIRA, 2003, p. 72-73).

Como reflexo desse período de transição da primeira para a segunda fase, o MERCOSUL estabeleceu uma Tarifa Externa Comum (TEC), a qual o definiu como uma união aduaneira, objetivo este previsto desde sua criação. Contudo, o número de produtos que não

faziam parte da nomenclatura aduaneira comum era elevado, o que tornava o bloco regional uma união aduaneira imperfeita. Ao ser notado que a consolidação de uma união aduaneira ainda não seria possível, em 1º de janeiro de 1995, em reunião na cidade de Buenos Aires, foi estabelecido que tal objetivo deveria ser alcançado até 2001 e que, para tanto, os membros deveriam se empenhar de forma mais incisiva, assim como estipulado no Protocolo de Ouro Preto.

A partir de então, com a TEC estabelecida e objetivos definidos para os próximos anos, a união aduaneira imperfeita do bloco e os resultados positivos apresentados nos seus primeiros anos, acabaram por conferir grande notoriedade ao MERCOSUL, como modelo de integração regional. Comparado aos demais esquemas regionais iniciados no continente, o modelo que se configurava registrou resultados extremamente significativos no que tange à adequação da realidade do continente à liberalização comercial e o fomento da interdependência econômica.

Aparentemente viáveis, as políticas adotadas não pressupunham uma das principais características do regionalismo aberto: a interdependência. Ou seja, apesar da real necessidade de ajustes serem efetuados, a economia nacional e, conseqüentemente regional, ficava suscetível às vicissitudes do sistema econômico internacional, além de reforçar a interdependência financeira (GILPIN, 2002).

Apesar de não alcançar os resultados financeiros esperados, pois fora embasada no propósito comercial, acrescido do viés social, o qual, mesmo que tímido de início, inseriu-se de maneira permanente na pauta



do bloco, essa segunda fase do MERCOSUL teve um perfil mais político. Neste âmbito, destacam-se a assinatura do Protocolo de Ushuaia, em 1998, no qual o compromisso democrático no MERCOSUL foi regulamentado; e a expansão da agenda externa comum, ampliando as negociações internacionais com os demais blocos regionais, como a União Europeia, Área de livre comércio das Américas (ALCA), dentre outros.

Todos esses acontecimentos auxiliaram na conformação do MERCOSUL que emergiria anos depois. Retomando a questão econômica e a estratégia regional na qual o MERCOSUL era utilizado como um mecanismo para cada país resolver problemas internos. Faltou a participação mais incisiva dos Estados, da sociedade civil e dos demais setores no desenvolvimento de projetos de fortalecimento regional, os quais poderiam, inclusive, reduzir a fragilidade dos países frente às dinâmicas internacionais. O modelo do MERCOSUL, majoritariamente intergovernamental, seja na sua estrutura institucional (diplomacia presidencialista, produção de normas e solução de conflitos), seja na competição entre seus membros, reforçara sua fragilidade.

Assim, as iniciativas dos países para manterem a imagem positiva do bloco, posto que dessa forma os investimentos externos se manteriam, sobretudo no Brasil, visto que seu desenvolvimento, por conseguinte, resultaria em benefícios para todos os demais partícipes, não foram suficientes para reerguerem a situação que os permeava. O final dessa segunda fase é marcado não pela crise interna do bloco, mas

por crises internacionais que acabaram por afetar às economias da região.

A coordenação governamental dos países membros do MERCOSUL em prol da integração e cooperação regional, antes já instável, sofreu mais impactos após inúmeras crises que se desencadearam (MALAMUD, 2004, p. 38). As principais delas foram a crise Mexicana, de 1994, asiática, em 1997 e a da Rússia, em 1998, as quais influíram fortemente nas crises econômicas dos dois principais *players* do MERCOSUL. A do Brasil em 1998 e 1999, quando do anúncio pelo governo brasileiro da desvalorização do Real, e a da Argentina, de 2000 à 2002, quando violações da TEC foram promovidas pelo governo argentino de maneira a fomentar a economia nacional, culminaram na diminuição do comércio intrarregional e enfraquecimento das relações políticas do MERCOSUL (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 23). Ambas as crises foram o gatilho para o período assim caracterizado como “anos de crise do MERCOSUL”, os quais conduzem sobremaneira à alteração do paradigma regional, à transição do modelo de regionalismo e ao delineamento do “novo MERCOSUL”, como será exposto na próxima seção.

#### **4 O NOVO MERCOSUL**

O regionalismo latino-americano a partir dos anos 2000 mostrou uma complexidade maior frente ao de outras regiões. De um modelo estratégico com fortes tendências de liberação comercial e enfoque preponderante em temas econômicos, neste século emerge com

dimensões diversas que se refletiram substancialmente no escopo do MERCOSUL (VIGEVANI, MARIANO, OLIVEIRA, 2001). Tal perfil não se desenvolvera por acaso, mas devido a todas as influências e alternâncias sofridas pela região ao longo das últimas décadas. Afinal, o regionalismo se transmuta por meio das integrações econômicas, políticas e sociais que, por conseguinte, definem os tipos de interação e as maneiras como os processos de regionalização são construídos.

Dessa maneira, o MERCOSUL também se modifica ao longo dos anos, adotando uma caracterização híbrida, posto que se adequara à nova realidade da América do Sul, quando da transição do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemonico (TUSSIE, RIGGIROZZI, 2012, p. 25). Seu modelo institucional intergovernamental, tendo os Estados membros, sobretudo os maiores e mais fortes economicamente, como os principais articuladores nas negociações intra e extra bloco, foi de suma relevância na definição dessa nova fase do MERCOSUL. Afinal, a cooperação entre os Estados é fundamental, em vista de realizarem a coordenação política intrabloco, cujas preferências são determinadas por pressões domésticas e externas (MORAVCSIK, 2002). A mudança do modelo regional não é uma característica única do novo regionalismo latino-americano. De fato, os últimos cinquenta anos de regionalismo no continente podem ser caracterizados pelos seguintes paradoxos: consistência, apesar da instabilidade, e resiliência, apesar das crises (TUSSIE, RIGGIROZZI, 2012). As tentativas de fortalecimento e de desenvolvimento regional foram inúmeras.

As primeiras fases, com enfoques majoritariamente estratégicos, definiram, concretizaram, desenvolveram e reforçaram o perfil comercial delineado pelos Estados membros do MERCOSUL, o qual teve forte influências das condutas “neoliberais” disseminadas pelo Consenso de Washington. O liberalismo auxiliou, e muito, na conformação das iniciativas regionais e no estabelecimento de parcerias comerciais, que criaram um elevado número de intercâmbios, promovendo-se a convergência entre os grupos e o fomento da integração regional (ETHIE, 1998). Apesar dos benefícios, ao final dos anos 1990 a fragilidade do modelo começara a transparecer. Apesar de inúmeros projetos embrionários e objetivos alcançados, a nova etapa de desenvolvimento do MERCOSUL é caracterizada pelos seus “anos de crise”, em vista das crises que se suscitaram principalmente nos dois principais *players* do bloco, Argentina e Brasil, afetando em cadeia o desenvolvimento da integração regional como um todo. Os problemas econômicos, a insatisfação social e a fragilidade do bloco regional serviriam como incentivo para o novo momento histórico que emergia. Não somente delinear a transição do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico latino-americano, como também impulsionaria a revisão institucional do principal bloco regional sul-americano. Com todas as experiências adquiridas e no novo contexto global e regional, deu-se a transição, com novos projetos promovidos no escopo do chamado “novo MERCOSUL”.

Em 2000, os países do bloco assinam à Declaração do Milênio que derivou nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, o qual

significou o compromisso conjunto na consecução dos objetivos de crescimento, diretamente vinculados com aos de inclusão e coesão social, que dão fundamento à preocupação social no âmbito do MERCOSUL que se remodelava. Contudo, tal iniciativa não conteve a insatisfação da sociedade civil (SERBIN, 2012). O retorno da vertente desenvolvimentista deu-se por meio da ascensão de representantes políticos de ideologias e de condutas divergentes das então praticadas.

O período de “anos de crise do MERCOSUL”, que culminaram na transição do regionalismo aberto ao pós-hegemônico, e no surgimento de um MERCOSUL com dimensões além da comercial, são caracterizados pelos seguintes aspectos:

- i. Falta de complementaridade econômica intrabloco;
- ii. A deficiência na infraestrutura de transportes e na integração física, que impossibilitavam o fomento comercial a curto e médio prazo;
- iii. A tomada de medidas unilaterais, principalmente por Brasil e Argentina, em vista das crises financeiras internas;
- iv. A instabilidade macroeconômica e o impacto das crises financeiras externas; e
- v. O fato de os países, mesmo industrializados, ainda dependerem da exportação de matérias-primas (SANAHUJA, 2012).

A desconfiança entre os países à época, a disputa comercial e política entre os dois principais países do bloco, e a desconfiança da sociedade civil contribuíram fortemente para a vulnerabilidade do MERCOSUL (Oliveira, 2003, p. 53). A fase posterior ao modelo

integracionista do regionalismo aberto apresentou-se tão complexa e sem credibilidade, minimizando o galgado até então, que suscitou alteração de paradigma: a integração regional, fomentada nos anos 1990, mas preterida frente aos fatores supramencionados, precisou ser reformulada. Com isso, esse período de transição propicia que a América Latina reinvente suas agendas regionais. Da mesma maneira, o modelo regional altera-se, novamente, como ocorrera da transição do regionalismo velho ao novo regionalismo no final dos anos 1980. Como resultado, tais mudanças em muitos destes países culminaram no ressurgimento do nacionalismo econômico e na conformação de um regionalismo diferenciado, cujas agendas oscilariam entre temas integracionistas, condutas claramente antiliberais e coalizões de países afins ideologicamente (VEIGA, RÍOS, 2007).

Na primeira década dos anos 2000, a nova fase do regionalismo representa o palco de negociações multilaterais no âmbito comercial, por meio da reconfiguração política que ocorria à quase todos os países da região, havendo o retorno do Estado forte e de agendas políticas e de desenvolvimento regionais, conseqüentemente uma politização da agenda regional, de maneira a estimular-se o surgimento de mais temas políticos e de desenvolvimento regional, sobrepondo-se a interesses comerciais indissociáveis, ainda que eles ainda estivessem presentes (SERBIN, MARTÍNEZ, RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Este contexto histórico resultou em novo ciclo, no qual se dá o embate entre os modelos antigos e as novas ideias; entre a regressão dos modelos políticos até então vigentes e o fortalecimento da democracia (Cardoso,

2007), havendo uma maior cautela quanto às liberalizações unilaterais. É nesse cenário que o regionalismo aberto se adapta às transformações econômicas e políticas ocasionadas pela transição, a princípio ideológica, tornando-se, em comunhão com as vicissitudes atinentes às necessidades sociais e ao embasamento institucional dos países, o regionalismo pós-hegemônico, posto que as novas lideranças sul-americanas tinham como discurso superar a etapa “neoliberal”, empregando-se um enfoque anti-hegemônico, consolidando a democracia e o estado de direito, caracterizados como inclusão e de defesa dos direitos humanos (SERBIN, 2012, p. 81).

Frente a isto e ao reformulado regionalismo que emergia, o MERCOSUL também se transmutara, tornando-se o “novo MERCOSUL”. O pluralismo e a multidimensionalidade do regionalismo contemporâneo, de fato, deram origem a uma série de novos desafios. A nova expressão do MERCOSUL conforma-se a três regionalismos diferentes: o estratégico, explanado na seção anterior, que consta nos objetivos de criação do bloco no início dos anos 1990; e os regionalismos social e produtivo, embriões já existentes na década anterior, mas que agora farão parte constante dos discursos dos novos líderes dos países que compõe o bloco. Com efeito, a partir de 2002 a cooperação regional se fez de suma relevância para o desenvolvimento unilateral e, em especial, para a melhoria dos países que compõe o MERCOSUL (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 10). Como exemplo dessa motivação intrabloco, neste mesmo 2002 é assinado o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, o qual criou

o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) como autoridade permanente destinada a garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais no processo de integração, sobretudo para minimizar por meio da regulamentação, disputas comerciais entre a Argentina e o Brasil (CORRANZA, 2013).

Com isso, no novo momento do regionalismo, o retorno do Estado e a eleição de representantes políticos eleitos democraticamente e, em sua maioria, de cunho esquerdista, conformaram a chamada “agenda de desenvolvimento”, a qual implica em uma maior abertura à participação social. Como reforço a essas mudanças, em 2000 o programa de relançamento do bloco regional foi anunciado durante a XVII Cúpula do MERCOSUL (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 144). Nesse contexto, consolida-se a dimensão social do bloco, por meio do novo discurso integracionista, que busca igualar ou até mesmo superar a dimensão comercial. Como contribuidores dessa fase de transição na América do Sul, a eleição dos presidentes de cunhos esquerdistas no Brasil e na Argentina, Lula e Kirchner, respectivamente, colocaram fim a terceira etapa de desenvolvimento do MERCOSUL, nos primórdios de 2003. Com discursos contrários e críticos ao neoliberalismo, ambos reforçaram a necessidade de se retomar questões sociais e de se estabelecer uma “agenda de desenvolvimento” comum aos países membros do MERCOSUL, com participação mais ativa da sociedade civil. O marco da transição à quarta etapa se deu quando esses presidentes assinam, em 2003, o Consenso de Buenos Aires, que de fato promulgou o surgimento do “novo MERCOSUL” (BRICEÑO



RUIZ, 2013, p. 153). Nessa nova fase do regionalismo no continente, o enfoque social e de desenvolvimento igualitário e conjunto, promulgado por tais representantes políticos, bem como por demais grupos de pressão, estiveram mais presentes nos discursos do que em resultados práticos.

O “novo MERCOSUL”, como argumentado, propôs, desde o início, dar uma atenção maior às demandas dos grupos que compõe a sociedade civil, e de fato o fez. Contudo, o mecanismo institucional de tomada de decisões do bloco continuou sendo intergovernamental, sendo a participação da sociedade civil apenas paralela. Os governos, a partir de 2003, fomentaram alianças políticas para o desenvolvimento de projetos sociais e produtivos de interesse da sociedade organizada, mas sem que os atores desta fizessem parte das negociações e da instituição MERCOSUL em si (SERBIN, 2012, p. 81).

Adentrando sua quarta fase de desenvolvimento, o MERCOSUL assiste à ascensão do regionalismo pós-hegemônico latino-americano. Durante o período de crise nos países sul-americanos, sobretudo nos dois principais países membros do MERCOSUL, Argentina e Brasil, que conseqüentemente afetaram as dinâmicas econômicas do bloco, novas propostas de revisão do modelo de integração instaurado desde o Tratado de Assunção foram postas em pauta. Logo, os “anos de crise do MERCOSUL refletiram um divisor de águas do regionalismo latino-americano, que teve o bloco como palco para análises dessas mudanças políticas, econômicas e ideológicas (GARDINI, 2011, p. 72).

A terceira e quarta fases de desenvolvimento do MERCOSUL se finalizam e se iniciam, respectivamente, com o retorno do Estado e a ascensão de representantes políticos eleitos e, em sua maioria, de cunho esquerdistas nos países membros do MERCOSUL, tendo como sua principal representação simbólica a assinatura, em 2003, do Consenso de Buenos Aires. O modelo de aliança estratégica que o referido Consenso representa propôs:

- i. O incremento do acordo e da cooperação política para impulsionar o projeto regional;
- ii. A inclusão de uma agenda social no MERCOSUL;
- iii. A implementação de uma união aduaneira (posto que até aquele momento o modelo econômico do MERCOSUL ainda era considerado uma “união aduaneira imperfeita”) e a conformação de um mercado comum;
- iv. O fortalecimento da coordenação nas negociações internacionais; e
- v. A promoção da cooperação para garantir um espaço de segurança comum e de vigilância dos ilícitos na região (BIZZOZERO, 2004, p. 134 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2007, p. 195).

Tal momento definiu não somente uma nova retomada das diretrizes do MERCOSUL, estimulando-o para que os objetivos propostos em 1991 fossem alcançados - antes apenas feito em 1994, quando da assinatura do Protocolo de Ouro Preto - como também representou um histórico marco político no continente latino-americano, não somente pela reaproximação da Argentina e do Brasil,

após as crises econômicas que os assolaram, como também pela nova ênfase ao enfoque da integração regional (CORRANZA, 2013, p. 39).

Conforme defendido pelos neofuncionalistas na década de 1960, além dos Estados, foco central do intergovernamentalismo, os demais atores são vistos como fundamentais nos processos regionais. É sob a égide deste contexto, que emerge o cenário do regionalismo latino-americano pós-hegemônico, sobretudo dos países do MERCOSUL a partir dos anos 2000 (TUSSIE, RIGGIROZZI, 2012, p.41).

O “novo MERCOSUL”, então, se conforma por três regionalismos diferentes: o estratégico, explanado na seção anterior, e que define com precisão os objetivos de criação do bloco no início dos anos 1990; e os aqui abordados regionalismos social e produtivo. Estes dois outros regionalismos, ainda que mais presentes após 2003, já faziam parte do MERCOSUL na década anterior. Ademais, mesmo sendo fortemente abordado por representantes políticos de esquerda, tal mudança de condução não influíra no escopo institucional do bloco que é, e sempre foi, fundamentalmente comercial (MALAMUD, 2004, p. 423-424).

O “novo MERCOSUL” veio a contemplar temas contemporâneos que cingem a nova agenda regional da primeira década do século XXI, a qual demonstra uma preocupação pela criação de instituições e de políticas comuns, havendo a cooperação em questões comerciais, mas dando ênfase às questões sociais, ainda que estas estejam intrinsecamente envolvidas no desenvolvimento nacional (SERBIN, 2011). Em meio ao desenvolvimento regional, com as organizações e

espaços multilaterais que tomavam forma, a confrontação entre Estado e sociedade civil propicia a perspectiva de novos enfoques que viabilizem uma maior articulação dos interesses nacionais na esfera regional, ainda que estes se omitam frente a interesses específicos de grupos nacionais (SANAHUJA, 2009).

Nesse escopo, o modelo revisionista do MERCOSUL emerge, proclamando a realização de diversos programas sociais e produtivos construídos levando-se em consideração a opinião e os anseios de todos os envolvidos (BRICEÑO RUIZ, 2013). Para tanto, mecanismos de consulta se fazem necessários, de maneira que as demandas sejam ouvidas, compartilhadas e desenvolvidas conjuntamente.

A terceira fase de desenvolvimento do bloco encerrou-se com o regionalismo social como um embrião no MERCOSUL, como assinalado no Consenso de Buenos Aires, em 2003. Nesta quarta fase, questões sociais foram colocadas em pauta em seu escopo de uma maneira sem precedentes, como a criação do Instituto Social do MERCOSUL e a Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego, em 2007, a assinatura do Estatuto de Cidadania do MERCOSUL em 2010, e tendo seu marco nos anos 2011, com o estabelecimento do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS). (MERCOSUL, 2015)

Na linha da escola estruturalista cepalista e do estruturalismo francês, o qual afirma que a integração regional tem como principal objetivo unificar as economias participantes por meio de uma união progressiva, criando-se uma nova entidade econômica e política

caracterizada pela solidariedade entre seus membros - a chamada integração solidária - o regionalismo produtivo propõe que a integração seja um mecanismo de transformação produtiva.

Ou seja, por meio do desenvolvimento industrial, que fortemente nos remete ao modelo cepalino, e sob a égide do princípio da solidariedade, os países membros utilizariam suas características e recursos próprios na promoção e na diversificação produtiva regional, considerando-se ou não a atração de investimentos estrangeiros e a conquista de mercados mundiais (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 17). Devido a sua clássica especialização produtiva centrada na exportação de *commodities* e no baixo grau de industrialização, os países do MERCOSUL acabaram por não acompanharem os fluxos de exportações mundiais (MEDEIROS, 2009, p. 22)

Com as crises do final da década e certos objetivos não alcançados, alguns projetos de fomento à questão produtiva passam a ser realizados. Em 2002 é criado o Subgrupo de Trabalho 07 - Indústria (SGT7) e Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL, o qual propôs a criação de instrumento para avançar na busca da integração intrazona e da melhoria da competitividade industrial do bloco, resultando na criação do Programa de Foros de Competitividade pelo Conselho de Ministros do MERCOSUL (CMC). Após o Consenso de Buenos Aires assinado em 2003, na Cúpula do MERCOSUL realizada em Assunção, em 2003, foi criado o “Programa para a Consolidação da União Aduaneira Objetivo 2006”, cujo intuito era o de desenvolver uma agenda regional mais ampla, acoplando temas sociais e

produtivos. Ainda em 2003, implantou-se o Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004 – 2006 e, no ano seguinte, o Fundo de Convergência Econômico do MERCOSUL (FOCEM) (BIZZOZERO, 2004, p. 18).

O FOCEM destina-se a “financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas” e foi um importante contribuinte para o fomento da integração regional. Ainda, foi estabelecido em 2004 os “Mecanismos de Adaptação Competitiva, Integração da Produção e Expansão Equilibrada do Comércio” e o principal marco de programas produtivos do bloco, o qual veio a ocorrer em 2008 com o estabelecimento do Programa de Integração Produtiva (PIP) (MERCOSUL, 2015).

Para que a participação da sociedade civil, os blocos regionais são de expressiva importância na interação de atores, quando espaços deliberativos, abertos à sociedade. Não obstante, a diversificação apresentada nas agendas regionais torna a institucionalização do bloco difícil, sendo que muitas resoluções que fortaleceriam o continente internacionalmente, acabam por serem postergadas, e os mecanismos de consulta abertos à sociedade civil, atenuados (Lima, 2013). A participação social nas chamadas “Cúpulas Sociais”, sejam individuais ou por meio de demais organizações de promoção social, como o Somos MERCOSUL, que viabilizam aos cidadãos terem acesso ao MERCOSUL, além de reforçarem essa nova fase do bloco, de abertura social no período do regionalismo pós-hegemônico, auxilia no processo

democrático sul-americano e promove a institucionalização do bloco regional (BELL, O'ROURKE, 2007, p. 295). Em que pesem os discursos, na prática as ações não apresentaram resultados significativos. A inclusão de objetivos sociais e produtivos implicou em uma reforma do modelo de regionalismo estratégico dos anos 1990, contudo sem excluí-lo do bloco. De qualquer maneira, conforme abordado ao longo desse ensaio, questões sociais e produtivas moldaram o novo regionalismo latino-americano e estiveram sim presentes no âmbito do MERCOSUL, por meio de suas representações políticas e projetos instaurados, provendo ao 'novo MERCOSUL' uma caracterização híbrida.

Os mecanismos de participação da sociedade civil viabilizados no MERCOSUL são meios encontrados pelos representantes políticos para alicerçarem seu posicionamento político, muitas vezes econômico, e ideológico. Do ponto de vista da sociedade, quando da criação de tais mecanismos, os representantes civis vislumbraram nessas interações meios pelos quais poderiam, de maneira geral, manter-se a par das dinâmicas intergovernamentais e dos assuntos abordados nas negociações regionais. Ademais, poderiam opinar, ainda que de forma genérica e não incisiva, na resolução de questões que interferem na economia, na política e no comércio dos países sul-americanos, dando a estes um caráter e viés mais social, direcionando as soluções em benefício das respectivas sociedades civis envolvidas.

Ainda que a supranacionalidade seja a solução para o avanço do bloco e a consecução dos projetos elaborados de maneira mais

assertivas (CORRANZA, 2013, p.55), nota-se que mudanças nos discursos e em algumas ações têm ocorrido, mas a função do MERCOSUL permanece sendo a mesma, mutável apenas de acordo com os interesses dos países mais relevantes econômica e comercialmente do bloco, sofrendo por esta dentre outras razões, um forte retrocesso comercial. Problemas no que tange a emprego, às assimetrias entre setores produtivos de diferentes países e à formação de cadeias produtivas são apontados como algozes do projeto regional. Os problemas se dão pelo fato de que a adoção de uma estratégia comum nesses assuntos precisa de forte vontade política dos Estados e de um compromisso dos atores produtivos. Não se trata tão só de assinar acordos, mas também de ter sucesso na construção de alianças entre os operadores econômicos e de persuadi-los a respeito da conveniência de promover a integração entre empresas.

Tanto no âmbito das execuções quanto na estrutura dos projetos elaborados pelo MERCOSUL, chegar a um forte consenso regional sobre a ampliação da integração talvez seja o principal problema da não concretização dos objetivos do novo MERCOSUL. A atual situação do bloco, sendo considerado um modelo institucional democrático e regional, mas não supranacional, tem galgado na interlocução entre os Estados e a sociedade civil, mas os avanços são considerados irrisórios frente ao inicialmente proposto (SERBIN, 2012).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o conceito de regionalismo estudado e sua relevância nos estudos regionais, os países que compõe o MERCOSUL passaram por inúmeras mudanças e influências, internas e externas, as quais incitaram processos de regionalização que, dadas as características da região, conformaram um regionalismo latino-americano atual de grande complexidade.

Ainda que tal característica infira em uma trajetória futura incerta, parece também haver uma série de fatores que apontam para uma maior racionalização, consolidação e aprofundamento do regionalismo em médio e longo prazo. O bloco econômico, buscando o desenvolvimento, atentou-se às transformações do mundo perante a globalização e transmutação do sistema internacional, bem como aos interesses regionais, adequando-se aos períodos neste escopo estudado, do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico, na América Latina.

Assim, com as alternâncias políticas na região e o fortalecimento da agenda do desenvolvimento sob a égide da sociedade civil participativa, dando continuidade ao iniciado no regionalismo aberto, o recente novo MERCOSUL pode ser definido como híbrido, porque acopla o regionalismo estratégico, vigente desde sua criação, quando do estabelecimento do Tratado de Assunção. É justo dizer que a conformação do atual MERCOSUL é a resultante de um processo de adaptação do bloco aos três processos de regionalismo supracitados, e

que sua evolução afetou de maneira importante as demais iniciativas de integração na América do Sul.

Em constante desenvolvimento, o objetivo de fomento à comercialização não deixou de ser alcançado, uma vez que as exportações dos Estados membros entre si, regionalmente, e internacionalmente, cresceram, ainda que não exponencialmente. A explicação para ausência de crescimento ainda maior aponta para o predomínio de parcerias unilaterais, como com os mercados asiáticos, em particular a China, que impulsionaram as suas exportações em vários grupos regionais, sobretudo ao MERCOSUL e a CAN, afetando as cifras relativas do comércio intrarregional (SANAHUJA, 2009). Logo, do ponto de vista econômico, o MERCOSUL desenvolveu o comércio intrarregional de maneira significativa durante ambas as décadas, sendo capaz de elevar a região ao perfil internacional, atuando como um bloco de referência nas relações internacionais.

No que tange às questões sociais e produtivas, enaltecidas sobretudo após 2003, com a assinatura do Consenso de Buenos Aires pelos dois principais *players* do bloco, Argentina e Brasil, além de politicamente consolidarem a democracia nos seus países membros e enaltecerem a importância da participação de diferentes grupos da sociedade civil nas tomadas de decisões do bloco, buscaram revisar as possíveis falhas ocorridas durante o regionalismo aberto.

Assim, o novo MERCOSUL visou promulgar e enaltecer o incremento do acordo e a cooperação política para impulsionar o projeto regional, a inclusão de uma agenda social, a implementação de

uma união aduaneira e conformar o mercado comum, o fortalecimento da coordenação nas negociações internacionais e a promoção da cooperação para garantir um espaço de segurança comum e de vigilância dos ilícitos na região (BIZZOZERO, 2004).

Desde o regionalismo aberto, a liberalização comercial foi considerada mais importante do que as políticas de desenvolvimento. Por esse motivo, não se tem explorado o potencial que a integração poderia ter resultado, como nas áreas de infraestrutura, políticas de ciência e tecnologia, de inovação e desenvolvimento produtivo, política regional e de energia. Assim como quando do regionalismo aberto, não somente frente às crises econômicas, países como a Argentina e o Brasil muitas vezes fizeram prevalecer parcerias unilaterais externas ao bloco.

O presente ensaio objetivou analisar a evolução do regionalismo latino-americano, sobretudo confrontando-se as principais características dos modelos de regionalismos no continente, demonstrando que ambos os regionalismos demarcam os períodos de criação e desenvolvimento do principal bloco econômico da América do Sul e como determinaram suas transformações e seu desempenho. Com isso, buscou-se demonstrar que o MERCOSUL refletiu as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas ao final do século XX, culminando em sua criação, e transformando-o substancialmente na primeira década do século XXI. Os processos de regionalização fizeram-se presentes, tornando o regionalismo sul-americano rico e único nos estudos regionais.

---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. de. O desenvolvimento do MERCOSUL: progressos e limitações. *Revista Espaço da Sophia*, n. 43, 2011.

AMARAL JÚNIOR, A. MERCOSUL: questões políticas e institucionais. *In: MERCOSUL: desafios a vencer*. São Paulo: Conselho Brasileiro de Relações Internacionais, 1994.

BELL, C. e O'ROURKE, C. The People's Peace? Peace Agreements, Civil Society, and Participatory Democracy. *International Political Science Review*, v.28, n. 3, p. 293-324, 2007.

BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista CEPAL* 97, 2009.

BIZZOZERO, L. El advenimiento de un gobierno de izquierda em Uruguay y las relaciones externas: un análisis desde la perspectiva cambio/continuidad. *IN: Iberoamericana Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, Institute of Latin American Studies, n. 1-2, p. 303-322, 2004.

BOAS, M.; MARCHAND, M. H. e SHAW, T. H. The political economy of new regionalisms. *Third World Quarterly*, v. 20, n. 5, 1999.

BRAGA, M. B. Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, PROLAM-USP, v. 1, 2001.

BOUZAS, R. El Mercosur diez años después. ¿Proceso de aprendizaje o deja vu?. Buenos Aires: *Desarrollo Económico*, v. 51, n. 162, p. 179-200, 2001.

BOUZAS, R. e KINNACK, P. The IDB and Half a Century of Regional Integration in Latin America and the Caribbean. *Integration and Trade Journal*, v.13, n. 29, 2009.

BRESLIN, S. e HIGGOTT, R. Studying Regions: Learning from the Old, Constructing the New. *New Political Economy*, v. 5, n. 3, 2000.

BRICEÑO RUIZ, J. O MERCOSUL: Reflexões sobre a Crise de seu Modelo de Integração e seu Relançamento. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, PROLAM-USP, V. 1, p. 187-209, 2007.

\_\_\_\_\_. Del regionalismo estratégico al regionalismo social y productivo. Las transformaciones del modelo de integración del Mercosur. In: BRICEÑO RUIZ, J. *El Mercosur y las complejidades de la integración regional*. Buenos Aires: Editorial Teseo, p. 121-165, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre o voluntarismo e o realismo: o processo de revisão de modelo econômico do MERCOSUL. *Revista Século XXI*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2013.

CARDOSO, F. H. La democracia en el centro de la agenda. IN: SORJ, Bernardo; OLIVEIRA, Miguel Darcy de (Org.). *Sociedad Civil y Democracia en América Latina: crisis y reinención de la política*. São Paulo: Ediciones iFHC, p. 7-12., 2007.

CASTAÑEDA, J. G. *Utopia Desarmada: Intrigas, Dilemas e Promessas da Esquerda Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERVO, A. L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais na América Latina. *Revista Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, 2000.

CIENFUEGOS, M.; SANAHUJA, J. A. *Una región en construcción: Unasur y la integración en América del Sur*. Barcelona: CIDOB/Bellaterra, 2009.

CORRANZA, M. E. La institucionalidad ligera del Mercosur y sus perspectivas de sobrevivencia en la segunda década del siglo XXI. IN: *El Mercosur y las complejidades de la integración regional*. Buenos Aires: Editorial Teseo, p. 27-62, 2011.

ETHIER, W. J. The New Regionalism. *Economic Journal*, v. 108, 1998.

GARDINI, G. L. *The origins of Mercosur: democracy and regionalization in South America*. New York: Macmillan, 2010.

\_\_\_\_\_. “Sur-realismo” o “surrealism”? 20 años del Mercosur. In: *El Mercosur y las complejidades de la integración regional*. Buenos Aires: Editorial Teseo, p. 63-104, 2011.

GILPIN, R. *A economia política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

HAAS, E. B. The Uniting of Europe and the “Uniting of Latin America”. *Journal of Common Market Studies*, v. 5, n. 4, 1967.

\_\_\_\_\_. The study of regional integration: Reflections on the joy and anguish of pretheorizing. *Regional Integration: Theory and Research*, v. 24, n. 4, 1970.

HETTNE, B. e SODERBAUM, F. Theorising the Rise of Regionness. *Journal of New Political Economy*, v. 5, n. 3, 1999.

LEGLER, T. Post-Hegemonic Regionalism and Sovereignty in Latin America: Optimism, Skeptics, and an Emerging Research Agenda. *Contexto Internacional*, v.35, n. 2. Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, M. C. Democratizar para integrar: las dificultades y las posibilidades de participación social en el Mercosur. In: BRICEÑO-RUIZ, José. *El Mercosur y las complejidades de la integración regional*. Buenos Aires: Editorial Teseo, p. 225-270, 2013.

LOMBAERDE, P. de; SODERBAUM, L. F; VAN LANGENHOVE, L. e BAERT, F. The Problem of Comparison in Comparative Regionalism. *Review of International Studies*, v. 36, n. 3, 2010.

MALAMUD, A. *Regional integration in Latin America: comparative theories and institutions*. Lisboa: Sociologia, Problemas e Práticas, n. 44, p. 135-154, 2004.

\_\_\_\_\_. Latin American Regionalism and EU Studies. *Journal of European Integration*, v. 32, n. 6, 2010.

MERCOSUR. 2015. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/>>. Acessado em 14/07/2015.

MEDEIROS, C. A. *Integração Produtiva: A Experiência Asiática e Algumas Referências para o MERCOSUL*. Cepal, 2009.

MORAVCSIK, A. Defense of the Democratic Deficit: Reassessing Legitimacy in the European Union. *Journal of Common Market Studies*, v.40, n.4, p. 603-24. 2002.

OLIVEIRA, A. C. de. Do velho ao novo regionalismo: evolução das políticas conjuntas para o desenvolvimento planejado da América Latina. CEPAL – Coleção Documentos de projeto, 2014.

OLIVEIRA, M. F. *MERCOSUL: atores políticos e grupos de interesses brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

RIGGIROZZI, P. *Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis*. Buenos Aires: FLACSO, 2010.

SANAHUJA, J. A. Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal. Crisis y cambio en La integración regional em América Latina. *Anuario de La Integración regional de América Latina y el Gran Caribe*, 2009.

\_\_\_\_\_. Regionalismo post-liberal y multilateralismo em Sudamérica: El caso de Unasur. IN: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi e RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (Org.). El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. *Anuario de Integración - CRIES*, n. 9, 2012.

SERBIN, A. Los nuevos escenarios de la regionalización: Déficit democrático y participación de la sociedad civil en el marco del regionalismo suramericano. *Documento CRIES*, N.17, 2011.

SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L. e RAMANZINI J. H. (Org.). El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. *Anuario de Integración - CRIES*, n. 9, 2012.

SCHULZ, M.; SÖDERBAUM, F. e ÖJENDAL, J. Introduction: A framework for understanding regionalization. In. SCHULZ, M.; SODERBAUM, F., ÖJENDAL, J. (edt.) *Regionalization in a Globalizing World: A Comparative Perspective on Forms, Actors and Processes*. London: Zed Books, 2010.

SMITH, P. H. *Democracy in Latin America: Political change in comparative perspective*. New York: Oxford University Press, 2005.

TEIXEIRA, R. A. e DESIDERÁ NETO, V. A. A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano. *1790 Texto para discussão*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Avançada, 2012.

TUSSIE, D. e RIGGIROZZI, P. *The Rise of Post-hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. New York: Springer, 2012.

VEIGA, P. de M. e RÍOS, S. P. O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. *CEPAL – SERIE Comercio Internacional*, n. 82, 2007.

VIGEVANI, T.; MARIANO, K. P. e OLIVEIRA, M. F. *MERCOSUL: a emergência de uma nova sociedade*, Centro de Estudos e Cultura contemporânea, 2001.



## “MULHERES-HOMEM” E “VALENTONAS” DE “CABELINHO NAS VENTAS”: AS “DESORDEIRAS” NAS PÁGINAS DO CORREIO DA MANHÃ

Isadora Luiza Francisca Alves Flores <sup>34</sup>

Andrea Ciacchi <sup>35</sup>

### INTRODUÇÃO

Em julho de 1901, aproximadamente um mês depois do lançamento da primeira edição do diário carioca *Correio da Manhã*, a imagem do seu fundador e editor chefe, Edmundo Bittencourt (1866-1843) já se tornara elemento de disputa simbólica nas páginas de outros periódicos. Os artigos provocadores desse advogado gaúcho, até então pouco conhecido na cidade, agitaram o mercado editorial da época, rendendo-lhe elogios, mas também tornando Bittencourt objeto da caneta afiada dos cartunistas do *Cidade do Rio* e alvo de indignação, em especial na sessão de “Apedidos”, do *Jornal do Commercio* (GARZONI, 2011, p.158-159).

---

<sup>34</sup> Mestre em Estudos Latino Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos (PPG-IELA) pela UNILA e Bacharel em História pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Colonialidade, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Email: Isadora94flores@gmail.com

<sup>35</sup> Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Formado em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza", Mestrado em Letras na UFPB, Doutorado em Estudos Ibéricos na Universidade de Bolonha, Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia da UNICAMP e Pós-Doutorado também em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza". Email: andrea.ciacchi@unila.edu.br

Tendo comprado os espólios da folha de seu “mestre” Rui Barbosa, *A Imprensa*, Bittencourt montou um periódico que já nas primeiras décadas do século XX consolidar-se-ia como um sucesso de público, a despeito de sua declarada e virulenta oposição à administração do então Presidente da República Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913) (EDMUNDO, 2003, p.246; SODRÉ, 1998 p.286; MARTINS & LUCA, 2006, p.50). Nada obstante, os empreendimentos editoriais do *Correio* pela cativação de leitores não se restringiram aos seus afiados artigos de honra, ou mesmo às combativas e um tanto folhetinescas campanhas assinadas por seu editor chefe. Conforme verificamos ao longo da pesquisa que originou a dissertação “*Faits Divers: Narrativas de Transgressão e Crime no Rio de Janeiro do Início do Século XX (1901-1904)*” outro importante artifício empregado para a manutenção do apelo popular do *Correio da Manhã* pode ser localizado na presença nas suas páginas de relatos fortemente melodramáticos, os chamados *faits divers*<sup>36</sup>, cobrindo a delinquência carioca.

Ao longo da citada pesquisa, privilegiamos tais reportagens de maneira a tê-las como aliadas para interrogar aspectos da conjuntura histórica e social da primeira República. Empreendemos a análise das representações de mulheres envolvidas em episódios de transgressão, seja como perpetuadoras ou mesmo vítimas. Apesar do intuito de seus

---

<sup>36</sup> Gênero Jornalístico que visa mobilizar emocionalmente seus leitores por meio do relato melodramático de episódios de natureza anormal, seja em relação à transgressão de normas sociais e ou naturais (GUIMARÃES, 2004a, 2004b, 2007, 2008, 2009a, 2009b).

autores em mobilizarem emocionalmente seus leitores, entretê-los seja pela comoção ou mesmo pelo humor, essas breves reportagens se concentraram em significar, categorizar e, portanto, também construir a realidade que os cercava. Dessa forma, a partir do estudo e levantamentos de narrativas dessa natureza nas primeiras mil edições do *Correio*, publicadas entre o 15 de junho de 1901 e 9 de março de 1904, percebemos alguns dos sentidos conferidos ao feminino e, em certa medida, também ao masculino, no contexto da virada do século XIX para o XX.

Trata-se de uma conjuntura histórica que percebemos condicionada, também, por uma ampla produção intelectual, que destinava vocações distintas para homens e mulheres no que tange tanto a vida pública, quanto privada, a partir da interpretação e essencialização de supostas características atávicas dos seus sexos biológicos (ENGEL, 2006, p.333; ESTEVES, 1989, p.27-43; MARTINS, 2004, p.41-177; SOIHET, 1989, p.114). Esse tipo de abordagem já conta com uma ampla literatura relativa à experiência das mulheres no período (ARAUJO, 1995; ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989; CHALHOUB 2001) e por estudos que percebem o gênero como uma ferramenta analítica de suma importância para o estudo das relações sociais (SCOTT, 1994, 1995; LAQUEAR, 1990; MARTINS, 2004).

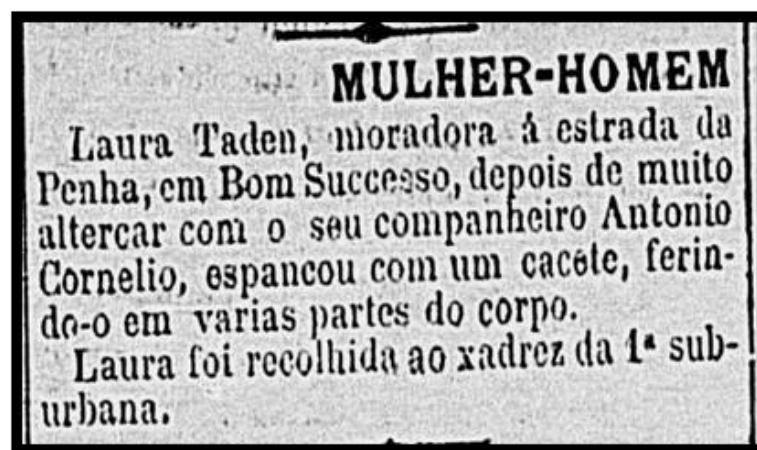
Dessa forma, apresentamos aqui algumas das considerações propostas no capítulo *Os Contextos do Feminino: 'Maria' e 'Eva' Revisitadas por Juristas, Médicos e Jornalistas* da referida dissertação. Retomamos, portanto, algumas de nossas proposições a respeito dos

retratos que o *Correio* apresentava das feminilidades “desordeiras”, das mulheres cariocas de “cabelinho nas ventas”, cujos episódios de “valentia” desafiavam algumas concepções amplamente divulgadas a respeito do tido “sexo frágil”.

## 2 VALENTONAS: DESORDENANDO CONCEPÇÕES A RESPEITO DO “SEXO FRÁGIL”

No dia 27 de agosto de 1902, na edição de número 439 do diário carioca *Correio da Manhã*, sob a epígrafe “Na Polícia e nas Ruas”, foi disposta a seguinte reportagem, referente a um suposto espancamento perpetrado por Laura Taden:

Figura 1 – Mulher- Homem



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 439, p.2. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1902

Segundo a reportagem, “depois de muito altercar” e armando-se com um cacete, a mulher teria ferido o seu companheiro, Antonio de Cornélio, “em várias partes do corpo”. Embora breve, a abordagem

jornalística do ocorrido interpreta a suposta agressão de uma maneira bastante peculiar: investindo caráter masculino na atitude de Laura. Nesse sentido, a agressividade por ela desprendida é subentendida como um elemento transgressor de sua condição feminina, a tal ponto que essa categoria passa a ser acrescida de um hífen, seguido da palavra “homem” no título da reportagem.

Com efeito, para apreendermos a leitura proposta pelo *Correio* da transgressão de Laura, consideramos primeiramente a própria predominância numérica de reportagens veiculadas pelo jornal, centradas em episódios de violência perpetuados contra mulheres por seus companheiros, sejam eles maridos, amásios ou amantes. O que por sua vez, também poderia sustentar a inversão de papéis narrativamente subentendida em “Mulher-Homem”. Como podemos observar a partir de dados colhidos a partir das primeiras 1000 edições do diário, homens figuraram majoritariamente como agressores (95,31% em um total de 256 reportagens) em episódios de violência doméstica entre os sexos por motivos relacionados a questões amorosas e passionais.

Embora tal incidência não deva ser tomada pura e simplesmente como um reflexo da realidade, quando analisado à luz de levantamentos de outras pesquisas centradas nesse contexto histórico, esse dado nos leva à percepção de uma maior ocorrência de casos de violência doméstica perpetuados por homens. Corroborando-nos essa hipótese, Chalhoub (2001) em sua análise de 140 processos criminais de homicídios datados de 1890 a 1911 também constataria mais comum a

violência direta<sup>37</sup> de homens contra suas companheiras (CHALHOUB, 2001, p.227). O fenômeno é também verificado por Magali Gouveia Engel (2000), em seu artigo “Paixão, Crime e Relações de Gênero”, a partir do exame de 63 processos de homicídio, tentativa de homicídio e de lesões corporais envolvendo questões passionais. Casos estes julgados na cidade do Rio de Janeiro entre meados da década de 1890 e início da de 1930, e nos quais a autora detectou que um total de 82,53% dos acusados eram homens e apenas 17,46% mulheres (ENGEL, 2000, p.154). Atendo-se ao mesmo recorte temporal, a autora também levantou reportagens sobre conflitos envolvendo relações amorosas e/ou sexuais publicadas no *Jornal do Commercio*, *n’A Noite* e em *O Paiz*, verificando novamente os homens como a maioria absoluta entre os supostos agressores (ENGEL, 2000, p.152).

Segundo relata Susan K. Besse (1989) em “Crimes Passionais: A Campanha Contra os Assassinatos de Mulheres no Brasil: 1910-1940”, ainda na década de 1910, constatar-se-ia uma crescente “preocupação social” com os crimes da paixão perpetrados por homens contra suas companheiras. Isso teria desencadeado, dentre outras manifestações, na “campanha moral” contra *uxoricidas*, os tidos “assassinos de mulheres”, organizada pelo Conselho Brasileiro de Hygiene Social, organização essa fundada na capital, em 25 de fevereiro de 1925, por

---

<sup>37</sup> O autor refere-se à “violência direta” pois mediante o número de casos por ele analisados referentes à violência entre homens por motivações passionais Chalhoub (2001 p.230-231) concluiria que a mulher pobre poderia reagir aos maus-tratos do companheiro mudando de amásio e que essa "rotatividade" “atirava os homens uns contra os outros”, o que para o autor transformaria as mulheres de vítimas da violência machista em “manipuladoras indiretas, conscientes ou não”.

quatro promotores públicos proeminentes: Roberto Lyra, Carlos Sussekind de Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges (BESSE, 1989, p.182).

Nada obstante, no que diz respeito ao conteúdo dessa campanha, Besse (1989) ressalva que implícitas no posicionamento de seus idealizadores contra o problema manifesto do assassinato de mulheres desvelam-se aspirações pela consolidação de uma ordem social burguesa, estável e moderna. O que por sua vez, requeria a imposição de padrões modernos da vida sexual e familiar. Nas palavras da pesquisadora:

O objetivo da campanha era moralizar a sociedade, disciplinar as paixões e racionalizar o amor, a fim de torná-lo socialmente útil como base de relações familiares estáveis. Era a "defesa" e a "evolução" da comunidade ("ordem e progresso") que estava em jogo, não a elevação da condição social das mulheres (BESSE, 1989, p.195).

A partir dessa análise, reiteramos a conflituosa construção social, política e cultural dos gêneros, verificar-se-ia significada também, em função de projetos que ambicionavam o progresso da nação. Com efeito, outro elemento histórico a que recorreremos para apreender a composição de “Mulher-Homem” diz respeito justamente às já referidas idealizações a respeito das supostas disposições naturais dos sexos. Nesse sentido, reiterando as concepções de outros estudos (ESTEVES, 1989, SOIHET, 1969 e MARTINS, 2004), Chalhoub (2001) também identifica, nesse contexto histórico, a profusão de empreendimentos intelectuais, sobretudo na área da medicina, que objetivavam captar possíveis “diferenças de natureza” entre homens e

mulheres. Segundo o autor, tais produções “de maneira bastante característica para a época”, interpretariam a origem de tais diferenças

[...] em última análise, nas características anatômicas dos sexos. Estabelece-se, assim, uma correspondência direta entre "faculdades afetivas" e formas anatômicas que dá legitimidade científica ao discurso. Um dos nossos outros postula desta forma o pressuposto científico da natureza intrinsecamente afetiva da mulher (CHALHOUB, 2001, p. 177).

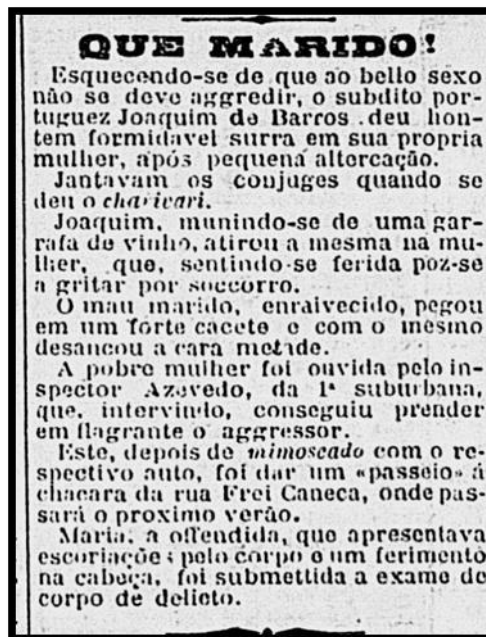
Ainda segundo Chalhoub (2001), divulgada essa “verdade científica”, desenrolou-se então um “processo de caracterização sentimental, construindo-se verdadeiros "catálogos de especificação sócio-sexual". Inventariações nas quais a mulher figuraria como uma:

Criatura fraca por natureza, as principais virtudes femininas passam a ser a sensibilidade, a doçura, a passividade e a submissão. A mulher, então, deve ser posta sob a proteção do homem, empenhando-se em cuidar do lar e dos filhos. Ela devia estar ligada ao homem como a "trepadeira a um tronco" e sua vida devia se resumir "em amar e ser amada". O homem, ao contrário, caracterizava-se pelo vigor físico e pela força moral. Dominado pela sua virilidade, o homem amava menos que a mulher e seu interesse estava mais voltado para o gozo puramente sensual. O homem era mais seco, racional, autoritário e duro (CHALHOUB, 2001, p. 178).

Trata-se de idealizações implicadas também na representação do *Correio* de supostos episódios de violência doméstica perpetrados por homens, como podemos observar na composição dos *faits divers* a seguir. Contrariando ideais referentes ao casamento, que estipulavam como o esposo deveria proteger e tutelar sua esposa (CHALHOUB, 2001, p. 178), o “mau marido” Joaquim Barros teria agredido seu cônjuge e por isso desqualificado por “esquecer-se” da vulnerabilidade do “bello sexo”:



Figura 2 – Que Marido!



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.28, p.2. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1901

Desafiando essa imagem macia, e carente de proteção, então idealizada para as integrantes do “bello sexo”, nossa “mulher-homem” Laura Taden, uma amasiada da zona norte, demonstrou-se mais agressiva e potencialmente mais desordeira que seu companheiro. Deste modo, a abnormalidade que sustenta narrativamente o caráter sensacional do breve *faits divers* “Mulher-homem”, mais até do que a infração da lei por si só, nos parece pautada também em virtude da transgressão de um ideal de feminilidade estipulado a partir de atributos como: fraqueza, sensibilidade, doçura, recato e submissão.

Soihet (1989) observa ainda que o fenômeno da criminalidade poderia então ser cientificamente interpretado também em virtude da inventariação de supostas diferenças sexuais. Hipótese que a pesquisadora sustenta a partir da análise da obra “*A mulher Delinquente, a Prostituta e a Mulher Normal*”, livro de 1893 de autoria

Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, ambos representantes conceituados da corrente evolucionista e de grande influência nos meios jurídicos e policiais do início do século. Ainda segundo a autora, desconsiderando possíveis condicionamentos históricos e sociais, na citada obra, Lombroso e Ferrero estipulariam uma série de comportamentos como desdobramentos da própria constituição biológica da mulher. Idealizaram, portanto, “inúmeras deficiências, infantilizando-a, além de atribuir-lhe características de extrema perfídia e dissimulação” (SOIHET, 1989, p.81). Os criminologistas italianos, partiriam, nesse sentido, de predicados projetados a mulheres tidas como normais, para então

[...] analisar aquelas dadas como desviantes — as prostitutas e criminosas. Tais tipos apresentariam manifestações de degenerescência sendo representativas dos tipos mais primitivos da espécie humana, reconhecíveis pela peculiaridade de suas características biológicas. O delito seria, assim, conseqüência de um defeito atávico imanente à própria natureza de certas criaturas, o qual as levaria inevitavelmente à infringência a lei penal (SOIHET, 1989, p.81).

Mesmo a mulher normal apresentaria graves defeitos em proporção superior àqueles do homem, todavia “sua fraca inteligência, frigidez sexual, [...] dependência, unidos ao sentimento maternal, mantinham-na como uma "semicriminalóide inofensiva" (SOIHET, 1989, p. 98). Por sua vez, as tidas como “criminosas natas” seriam investidas de atributos “masculinos”, em função justamente de uma suposta libido exacerbada:

Seu erotismo se constituía no centro em torno do qual vinham grupar-se outros caracteres. Via de regra, unia-se uma grande impulsividade de desejos e de ações, junto a qualidades viris como a coragem, energia, etc., a gostos viris (licores e tabaco) e a uma incapacidade para as funções maternas, lembrando as fêmeas dos animais (gatos e novilhas)

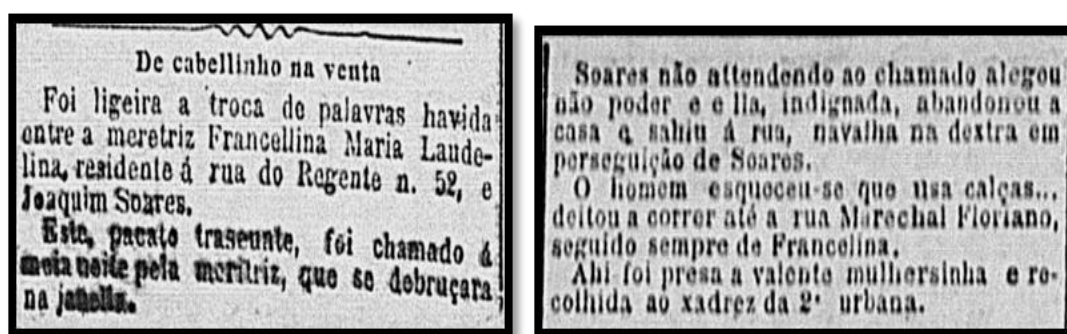
que se tornam perversas para com suas crias, durante o cio; para estas mulheres o ano todo seria época de cio (SOIHET,1989, p. 98).

Assim sendo,

Tais mulheres sentiriam pouco a maternidade, porque, psicológica e antropologicamente elas pertenceriam mais ao sexo masculino que ao sexo feminino. Sua sexualidade exagerada estaria "em antagonismo com a maternidade e bastaria para torná-las péssimas mães"; torna-se iam egoístas, ocupando todo o seu espírito, visando satisfazer as necessidades exigentes e múltiplas que se ligam à sexualidade; seriam incapazes desta abnegação, desta paciência, deste altruísmo que caracterizam a maternidade (SOIHET,1989, p. 98-99).

Apesar disso, se a leitura de Laura, veiculada pelo *Correio*, a ironizaria masculina, como observaremos a seguir, homens também podiam ser objetos de desqualificações nas narrativas de sua masculinidade, caso suas condutas não correspondessem às idealizações de virilidade e força, projetadas para essa porção populacional. Tal como Joaquim Soares, protagonista da narrativa a seguir:

Figura 3a e 3b – De cabelinho na venta



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 765, p.2. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1903

A notícia publicada em 16 de julho de 1903 narra, depreciativamente, a forma como, depois de ligeira troca de “palavras” com a meretriz Francellina Maria Laudelina, Joaquim teria fugido

correndo da “indignada” mulher que o perseguiu pelas ruas com uma navalha na mão direita. Nesse sentido, o adendo de que Soares “esqueceu-se que usa calças”, dá a entender que se o mesmo tivesse se atentado para sua condição de homem, não teria fugido. Desqualificação que não apenas põe em xeque a virilidade de Joaquim, mas, também, diminui narrativamente a ameaça representada pela “valente” Francellina, subentendendo-a facilmente sobrepujável a despeito do fato de que carregava consigo uma arma.

Outro aspecto a ser observado nessa reportagem é seu título. Como averiguaremos a seguir, Francellina não seria a única das chamadas de “cabelinho na venta” a figurar nas páginas do *Correio*. Fazendo referência a pelos faciais, mais especificamente ao bigode/buço, tal expressão era então empregada aludindo a indivíduos temperamentais, explosivos, de ambos os sexos. Contudo, se tratando da categorização de mulheres transgressoras e levando em consideração a popularização e longevidade de provérbios como “*Mulher de cabelo na venta, nem o diabo aguenta!*” e suas derivações “*Com mulher de bigode, nem o diabo pode!*”, ressaltamos que, dentro de uma tradição luso-brasileira, a pilosidade facial foi historicamente significada também em função de atributos associados a determinados ideais de masculinidade.

Conforme nos subsidia Patrícia Delayti Telles (2015) em um subtítulo de sua tese “*Entre Baionetas: Prestígio, Política e Saudades na Pintura do Retrato em Portugal e no Brasil entre 1804 e 1834*”, ao contrário das “mulheres barbadas” dispostas pela pintura espanhola dos

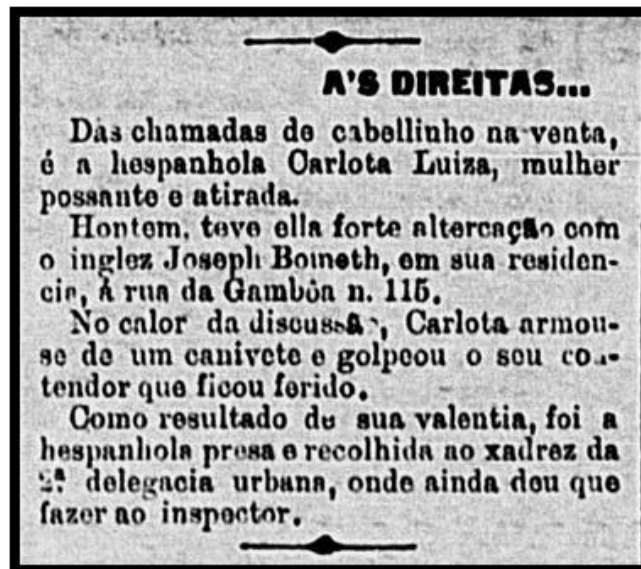
séculos XVI e XVII como anomalias, a presença de buços e bigodes em representações de mulheres luso-brasileiras nas primeiras décadas do século XIX não visava necessariamente causar o estranhamento. Investigando o retrato oitocentista de mulheres ostentando pilosidade facial na pintura e pautando-se também em trechos da literatura portuguesa e brasileira, a pesquisadora percebe a inclusão dessas características não apenas como uma “marca” visual para facilitar a identificação de algumas retratadas, mas também como um demarcador de atributos tidos como “varonis”: a bravura, valentia etc. (TELLES, 2015, 319-328).

A inclusão de buços mais ou menos acentuados em alguns retratos de mulheres expressaria um espírito de combate que as invasões francesas, e depois as Guerras Liberais, tornava digno do apreço masculino, e uma sensualidade talvez bem-vinda em períodos de conflito – ambos mais tarde severamente reprimidos (TELLES, 2015, p.327).

Ressalvamos nesse sentido que a menção jocosa de figuras históricas, conhecidas pela sua bravura e o uso irônico de termos como “heroe”, “valente” e seus derivados “valentão”, “valentona” etc., eram artifícios comumente empregados em narrativas referentes a agressões e desordens publicadas no *Correio*. De forma que a expressão “cabelo nas ventas” quando utilizada para categorizar mulheres transgressoras, nos parece implicar tanto na ironia desses episódios de “valentia”, quanto na demarcação da impropriedade dessas mulheres evocando a um arcabouço de características tradicionalmente convencionadas à construção da masculinidade: a impetuosidade, a agressividade etc. O uso de tal expressão categorizaria nos termos empregados pelos *faits*

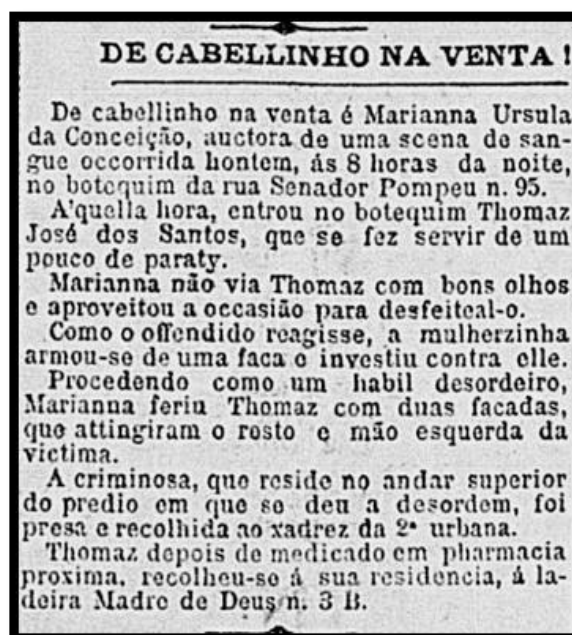
*divers* abaixo “mulheres perigosas”, “possantes”, “valentes” e “desordeiras”:

Figura 4 – As Direitas



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.306, p.2, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1902

Figura 5 – De cabelinho na venta!



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 404, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902

Figura 6 – De cabelinho na venta! Mulher faquista

**De cabelinho na venta! -- Mulher faquista -- Um ferimento**

Ha pouco tempo, romperam as boas relações em que viviam Maria e Felismina Eufrazia Machado, ambas residentes na casa n. 3 da rua General Severiano, em Botafogo.

Maria, — uma verdadeira *Maria da Fonte*, é mulher perigosa e não se detém quando quer commetter um desatino, o que fez hontem.

Armada de uma faca, Maria encaminhou-se para Felismina a quem agrediu.

Como esta fugisse, tentando evitar a furia da Maria, foi attingida pela lamina da faca na nadeга esquerda.

A offendida queixou-se á policia da 6ª urbana, onde recebeu guia para se internar no hospital da Misericordia, sendo recolhida á 24ª enfermaria,

Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.590, p.2. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1903

Figura 7 – De cabelinho na venta! Mulher perigosa na rua Riachuelo

**De cabelinho na venta! — Mulher perigosa  
Na rua do Riachuelo**

Chama-se Maria Amelia a terrivel mulher que nos fornece assumpto para esta local.

As suas façanhas já são conhecidas do publico, pois constantemente figura o seu nome no noticiario dos jornaes.

Hontem, Maria Amelia encontron-se, na rua do Riachuelo, com José Barboza, seu desaffectedo.

Num momento, a desordeira mulher, fazendo uso de seu vocabulario torpe, insultou o transeunte, chegando a ameaçal-o com uma faca.

Em seguida, munindo-se de um moringue, Maria Amelia deu forte pancada na testa de Barboza, que teve um grande ferimento no sobr'olho direito.

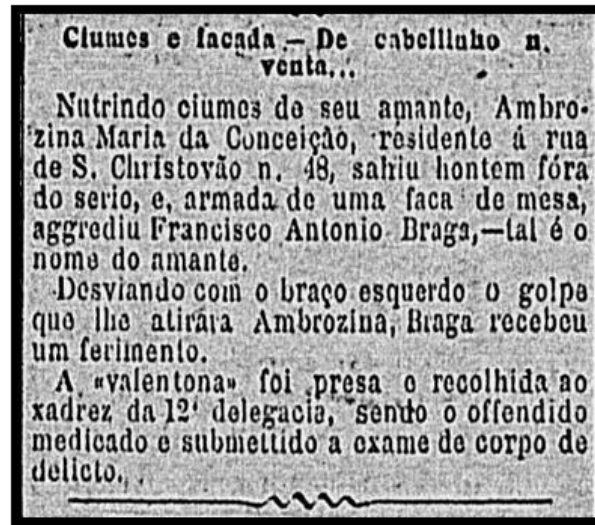
Emquanto o offendido procurava a policia da 4ª urbana, afim de se queixar, a insolita aggressora deu ás de «Villa Diogo»...

José Barboza foi medicado em uma phar-macia e recolheu-se á sua residencia, á rua Marechal Floriano.

Está aberto inquerito contra a nova Maria da Fonte da rua do Riachuelo.

Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 627, p.2. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1903.

Figura 8 – Ciúmes e facada - De cabelinho na venta



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 731, p.2. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1903.

Figura 9 – Mulher furiosa – amante ferido- quatro facadas



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n.468, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.



Publicado em abril de 1902, o *faits divers* “Às direitas” contribuiu no nosso intento pela apreensão dos sentidos de “cabelinho nas ventas”, ao descrever Carlota Luísa como uma “mulher possante e atirada”. Após protagonizar “forte altercação” em sua residência com Joseph Boineth, essa mulher de “cabelinho na venta” teria golpeado seu contendor com um canivete. Como resultado de sua “valentia”, Carlota foi presa e levada à quinta delegacia onde “ainda deu o que fazer ao inspector”. Também foi “recolhida ao xadrez”, Mariana Úrsula Da Conceição, a protagonista de “CABELINHOS NA VENTA!”, reportagem publicada de 24 de julho do mesmo ano. “Auctora de uma scena de sangue”, Marianna teria esfaqueado duas vezes Thomaz José dos Santos, um antigo desafeto, sendo por isso acusada de ter agido como um “hábil desordeiro”. Ou seja, novamente, a violência desprendida por uma mulher serviria de pretexto para que ela fosse, narrativamente, investida de caráter masculino.

Já Maria, a “mulher faquista” “de cabelinho na venta” cuja agressão foi assunto de um *faits divers* publicado no dia 22 de janeiro de 1903, é referida como “uma mulher perigosa”. Segundo a reportagem, ela teria esfaqueado a nádega esquerda de sua companheira de casa, Felismina, depois de um desentendimento por causas não especificadas. Em virtude de tal ataque, Maria foi designada uma “verdadeira Maria da Fonte”. Referência à afamada portuguesa da aldeia de Fonte Arcada que, em 1846, começou uma insurgência popular posteriormente conhecida como a Revolta do Minho ou Revolução da Maria da Fonte.

Com semelhante ironia, em “*Cabelinho nas ventas – Mulher perigosa na Rua Riachuelo*” são aludidos como “façanhas” os episódios de transgressão passados de Maria Amélia, uma mulher categorizada como “perigosa” e cujo nome já teria figurado em reportagens policiais anteriormente. Ocorrência que voltaria a se repetir em 28 de fevereiro de 1903, um dia depois da “desordeira mulher” supostamente insultar José Barbosa, ameaçá-lo com uma faca e desferir uma pancada na sua testa com um “moringue”. Tendo aberto um corte na sobrancelha direita do seu desafeto, Maria Amélia deu “às villa diogo”, ou seja, fugiu do local do crime. Sorte não compartilhada pela “valentona” Ambrezina Maria de Conceição, protagonista de “*Ciúme e Faca – De cabelinho na venta...*”, que tendo atentado contra seu amante Francisco Antônio Braga utilizando uma “faca de mesa”, foi logo “recolhida ao xadrez”.

Contrariando ideais de feminilidade, ligados à fragilidade e docilidade, Carlota Luísa, Mariana e Ambrezina são acusadas de não apenas perpetuarem agressões, mas o de fazerem contra homens e utilizando-se de objetos cortantes. O que por sua vez, nos permite localizar a periculosidade investida a essas mulheres, também em função da sua desenvoltura em embates mais próximos e diretos com suas supostas vítimas. Algumas das adjetivações que pretendiam desqualificar tais mulheres evidenciam ainda a categorização de alguns desses episódios como “desordens”. Para compreender por que Maria Amélia foi referida como “desordeira mulher” mencionaremos

algumas reportagens referentes à desordem com o intuito de desvelar o que implicava nesse contexto de se portar como um “hábil desordeiro”.

Figura 10 – Desordem e xadrez

**Desordem e xadrez**  
Um tanto alcoolizado, na rua da Conceição, promovia hontem desordem o individuo Justino Francisco de Castro, morador á rua da Saude n. 19.  
Munido de um grosso cacete, ameaçava elle tudo destruir, vociferando os maiores improperios contra os que delle se approximavam.  
Nessa occasião appareceu a policia que o prendeu, conduzindo-o para a 4ª delegacia urbana, onde o metteram no respectivo xadrez.  
Está em que deram as proezas do Justino.  
— Tambem no interior do barracão n. 4, da rua Costa Lobo, promovia hontem desordem Henrique da Costa Paiva.  
Na occasião de ser preso, Paiva tentou ferir o seu visinho Torquato Pereira com um estoque de que se achava munido.  
Preso, a custo, foi o turbulento recolhido á 16ª delegacia urbana.

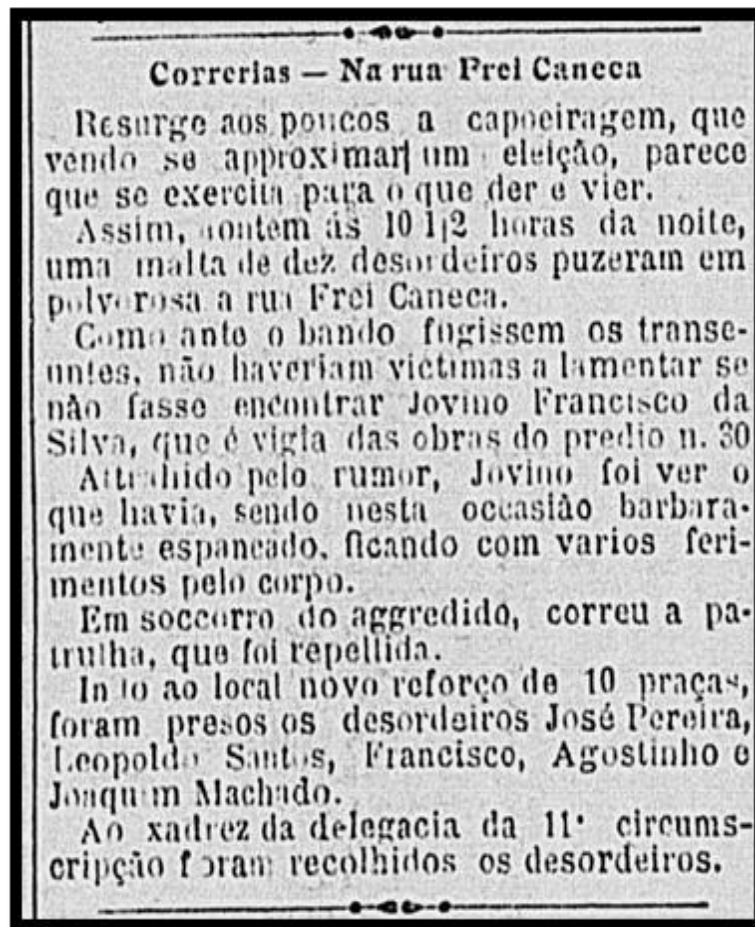
Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 594, p.2, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1902.

Figura 11 – O Jacarandá

**O JACARANDA.**  
Negro retinto, tem o *Jacarandá*, habil gatuno, um pequeno *cavaignac*, que lhe dá um ar mephistophelico á physionomia.  
A sua boca, enorme, não tem dentes, tornando-o quasi horrendo.  
De compleição forte, o heróe que nos merece esta noticia, ás 11 horas da noite de hontem, na praça Tiradentes, promoveu sério sarilho, agredindo transountes, praças de policia, etc.  
Após demorada luta, o *Jacarandá* ficou quasi nú, carregando em seu corpo aponas uma curtissima camisa de chita.  
Foi preso o feroz desordeiro, que, a custo, e acompanhado por enorme massa popular, foi conduzido á 3ª delegacia urbana.  
Quando era conduzido para o xadrez, o indiabrado preto lutou ainda com todas as praças do destacamento, ás quaes feriu com ponta-pés e socos.  
Demorou a contenda ainda alguns minutos, até que conseguiram metter no xadrez o *Jacarandá*.  
Contra elle foi lavrado auto de flagrante.

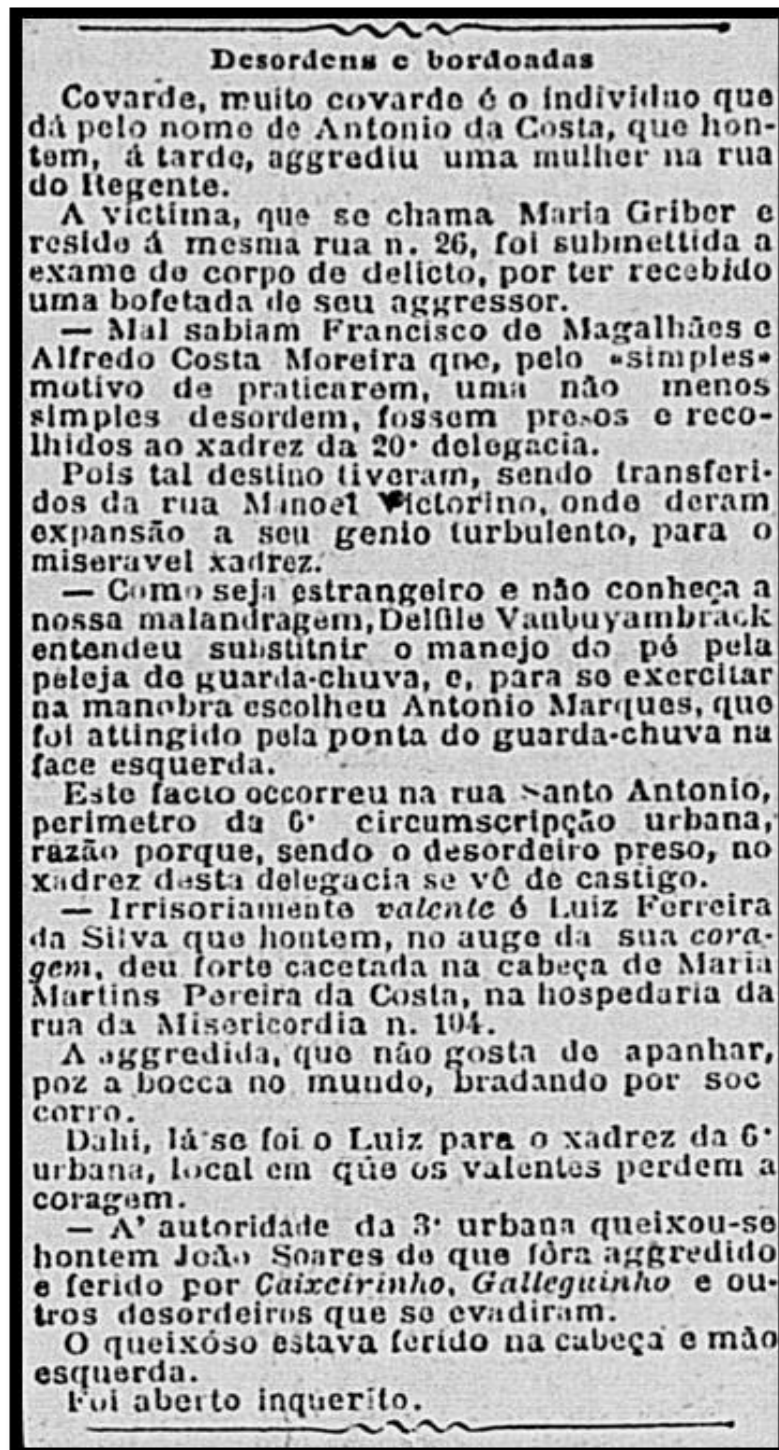
Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 252, p. 2. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1902.

Figura 12 – Correrias na rua Frei Caneca



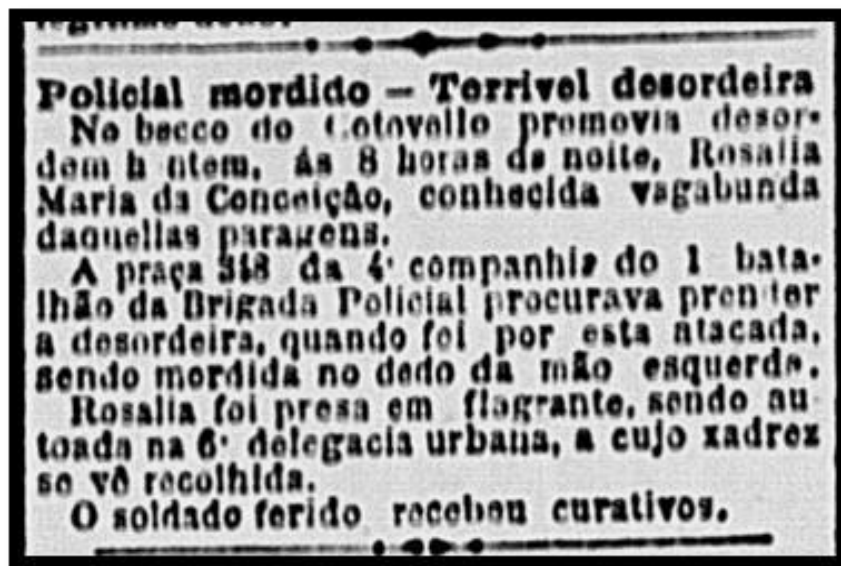
Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

Figura 13 – Desordens e bordoadas



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

Figura 14 – Policial mordido – Terrível desordeira



Fonte: Extraída de *Correio da Manhã*, Edição n. 993, p.2. Rio de Janeiro, 3 de março de 1904.

Em “Desordem e Xadrez”, é referida como desordem a confusão protagonizada por Justino Francisco de Castro, que, um “tanto alcoolizado”, teria feito uso de um “grosso cassetete” para ameaçar transeuntes, vociferando impropérios antes de ser preso. Na mesma reportagem Henrique da Costa Paiva é acusado de promover uma desordem e na ocasião de sua prisão, de ferir um vizinho com um estouque. Já no *faits divers* intitulado “Jacarandá”, um homem negro é descrito como “feroz desordeiro” por promover um sério sarilho, agredindo transeuntes e praças da polícia. O relato proposto pelo *Correio* desse episódio é bastante sensacionalista, representando Jacarandá como um monstro de fisionomia “mephistophelica”, um “endiabrado preto” de “boca enorme” sem dentes “tornando-o quasi horrendo”. Imagem que evoca a uma longa tradição iconográfica

ocidental que percebe na alteridade monstros, figuras demoníacas que, como tais, carregam sentidos relacionados ao comportamento considerado impróprio e perverso dentro de sua organização social. Apesar disso, alguns elementos indicam uma possível atualização biologizante da perversidade, tendo em vista a ênfase conferida pelo jornal às características físicas do desordeiro, um “negro retinto” de “composição forte” e a menção de seu comportamento como “feroz”, ou seja, animalesco, primitivo.

A promoção de tumultos públicos e violentos figura como um dos sentidos de desordem. Significação que podemos detectar a partir do conjunto de pequenas notas referentes a esses episódios, agrupadas sobre o título de “Desordem e bordoadas”. Sob esse título em 4 de agosto de 1903, foram dispostas breves narrativas. A primeira delas protagonizada por Antonio da Costa refere o desordeiro como um “covarde” por ter agredido uma mulher. Já Francisco Magalhães e Alfredo Costa Moreira são zombados por praticarem uma “desordem”, “simples” motivo pelo quais seriam presos.

No mesmo apanhado de relatos de desordens, Delfile Vanbruyam, estrangeiro de nacionalidade não especificada é descrito ironicamente como alguém que não conhece os modos da nossa malandragem, tendo substituído o “manejo do pé”, provável referência às rasteiras características da capoeira, pela “peleja” de guarda-chuva para agredir um desafeto. O relato da violência supostamente desprendida por Luiz Ferreira da Silva também carrega certo tom de ironia, uma vez que seu protagonista foi repreendido no “auge de sua

coragem”, quando agredia Maria Conceição Pereira da Costa com um cacete. Após o ocorrido o “irrisoriamente valente” homem teria sido conduzido ao xadrez, lugar, segundo o jornal, onde “os valentes perdem a coragem”. Destino de que não compartilhariam os agressores de João Soares, os “desordeiros” “Caixeirinho e Galleguinho”, que fugiram do local antes que a polícia pudesse prendê-los.

Sorte com a qual também não contou Rosalinda Maria Conceição, protagonista de “Policia! Mordido – Terrível Desordeira”. Suposta “conhecida vagabunda” das paragens do “Becco do Cotovello”, Rosalinda promovia uma desordem na localidade quando foi interpelada por um praça da polícia, cuja mão esquerda acabou sendo mordida pela “terrível desordeira” antes que ele pudesse sobrepuja-la e prendê-la. Por sua vez, “Correrias – Na rua Frei Caneca” descreve o “ressurgimento” da “capoeiragem”, narrando a correria promovida por uma “malta” de 10 desordeiros, tendo sido cinco presos depois de supostamente espancarem o vigia de obras Jovino Francisco da Silva.

De existência remota ao período colonial, em finais do século XIX e XX, a capoeira seria constatada presente em algumas das principais cidades brasileiras da época: Rio de Janeiro, Salvador, Recife etc. Considerada uma contravenção durante o Período Imperial, tal prática seria constituída como crime no Código de 1890, permanecendo como tal até 1930 (REIS, 1994, p.221-222). Segundo Leticia Vidor de Sousa Reis em seu artigo “A capoeira: de ‘doença moral’ a ‘gymnastica nacional’”, os significados sociais investidos a



capoeira estariam diretamente ligados ao lugar social idealizado para a população negra na sociedade brasileira (REIS, 1994, p.222).

Assim sendo e tendo em vista como essa porção da população seria divulgada em finais do século XIX e princípios do XX, como um dos principais entraves ao “progresso” nacional, devido a sua "inferioridade atávica", é sintomático o posicionamento do chefe de polícia do Rio de Janeiro, que em 1878 “imbuído dos pressupostos evolucionistas de sua época considerava a capoeira como uma "doença moral que prolifera em nossa civilizada cidade" (REIS, 1994, p.222). Conforme ressalva o mesmo autor (1994), pautados pela interpretação original concebida aos paradigmas evolucionistas no Brasil, já no início do século XX, alguns intelectuais “informados pelos princípios da medicina higienista que propugnava o exercício físico como meio profilático para a "regeneração" da raça”, passariam a conceber a possibilidade de uma versão higienizada da capoeira ser cooptada como uma forma de “gymnástica” nacional (REIS, 1994, p.222-224).

Para a autora, a ambição na construção de um Brasil “moderno e civilizado”, implicava nesse contexto, na eliminação/supressão do tido “peso” secular da herança africana, conjuntura essa, flagrante no

[...] debate intelectual acerca da viabilização ou não da nação brasileira através da polêmica que se instaura sobre a capoeira, a partir do momento de sua criminalização. Vozes discordantes serão ouvidas, surgindo aqui uma nova representação social para a capoeira que será vista agora como "herança da mestiçagem" e, portanto, "nacional" (REIS, 1994, p.232).

Representação, portanto,

[...] produzida no interior de um processo de "embranquecimento" simbólico da capoeira, o qual é feito ressemantizando-se os elementos pré-existentes. Dessa forma, este e outros autores, pertencentes às elites

brancas de fins do século passado e princípios deste [século XX], se apropriarão simbolicamente da capoeira, representando-a como "o esporte nacional". Inicia-se então a "obra de civilização" da capoeira - entendendo aqui por "obra de civilização", a lenta operação de transformação da capoeira de um símbolo étnico em um símbolo nacional - que culminaria com a sua institucionalização como esporte em 1972 (REIS, 1994, p.232).

Nesse sentido, ainda que nos primórdios do século tenham sido colocadas em movimento ressemantizações dessa prática, as significações implicadas nesses processos ainda se constatavam condicionadas por interpretações higienistas da realidade local, reproduzindo, portanto, anseios elitistas e consideravelmente racistas pela superação de um suposto atraso nacional. Assim sendo e a despeito do surgimento dessas novas significações, as “malts”, grupos de capoeiras representantes de sua vertente “bárbara”, permaneceriam estigmatizados como ameaças, sendo um dos principais alvos da repressão policial (REIS, 1994, p.229). De fato, se observamos o Código Penal da época, o pertencimento a uma malta no momento da prisão por capoeiragem era considerado circunstância agravante.

Conjuntura relacionada pela autora ao “medo branco”, mas também pelo histórico “entre a ordem e a desordem” no tocante às “relações entre capoeiras e políticos, capoeiras e instituições militares e, finalmente, capoeiras e defensores da Monarquia”. Incorporados durante o Império às forças regulares, devido às práticas clientelistas ou mesmo em função do recrutamento militar forçado, os capoeiras foram também associados ao movimento monarquista e sendo contratados, mesmo após a perseguição republicana, por diferentes grupos em disputas políticas (REIS, 1994, p.228). Ou seja, dentro de

um regime republicano, pouco representativo, mas pretensamente igualitário, a "capoeira bárbara" (a capoeira-luta do século XIX), para existir, deveria "civilizar-se", isto é, renunciar de seu caráter de insubordinação política, assim como às suas origens étnicas negras e a seu aspecto combativo, tornando-se "mestiça" e "gymnástica nacional", a capoeira-esporte do século XX (REIS, 1994, p.234).

[...] a perseguição aos capoeiras, embora esteja inserida no projeto republicano "modernizador" mais amplo de disciplinarização das classes trabalhadoras, repressão às manifestações culturais populares e higienização do espaço urbano', configura-se também, nos primeiros tempos da República, como uma questão política onde estão em jogo a estabilidade do novo regime e a busca daquilo que mais faltava à frágil república militarista: respaldo popular (REIS, 1994, p. 229).

Capoeiras, imigrantes, valentões e vagabundas, a partir do cruzamento das representações dos protagonistas dessas narrativas percebemos classificados como “desordeiros” indivíduos que protagonizavam desde tumultos públicos até graves agressões. Ou seja, tal categoria figuraria como um adjetivo para classificar uma gama de comportamentos sociais indesejados e ameaçadores da ordem. Conquanto, de forma a compreender no que implicara tais comportamentos, é preciso pontuar algumas especificidades desse contexto histórico no que diz respeito à própria concepção de ordem, enquanto um sinônimo de “paz social”. Segundo Maria Helena Souza Patto (1999), em “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”, a República teria nascido sob o “signo da ordem pública”:

Herdeiros de concepções político-filosóficas de cunho evolucionista que naturalizavam o social, intelectuais e militares que fundaram a República defendiam a tese do progresso ordeiro. O caráter nada revolucionário do movimento republicano brasileiro já era visível no

Manifesto Republicano de 1870: seus signatários apresentavam-se "como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria", que não pretendiam convulsionar a sociedade, muito menos romper com a estrutura vigente. No Decreto nº1, de 15/11/1889, os membros do recém-criado Governo Provisório afirmam repetidas vezes a "defesa da ordem pública" como objetivo maior (PATTO, 1999, p.168).

Todavia, para a autora, o medo da sublevação popular, “a oklocracia” não teria necessariamente representado uma novidade histórica desse contexto, mas sim, o desdobramento de longa tradição política, verificada também no Império:

Em 1831, dominados os motins de soldados que falavam em República, em destituição do governo e em Constituinte soberana, o Regente Feijó dizia: "o brasileiro não foi feito para a desordem, que o seu natural é o da tranqüilidade e que ele não aspira outra coisa além da Constituição jurada, do gozo de seus direitos e de suas liberdades". Portadores da vocação não- democrática inscrita num "liberalismo regressista", os intelectuais do Império tinham repulsa declarada à democracia e à revolução, e desde o Primeiro Império já falavam em "parar o carro revolucionário" (PATTO, 1999, p.168).

Analisemos as menções à “desordem” no Código Penal de 1890, afinal, conforme ressaltaria Patto (1999), seria “fundamental” a atenção aos termos usados pelo aparato repressivo para “classificar pessoas e comportamentos sociais indesejados”, na tarefa de interpretar os mecanismos de controle social em ação na sociedade brasileira (PATTO, 1999, p. 175). Nesse sentido, observamos o título do primeiro capítulo em que a “desordem” seria aludida, “Dos Crimes Contra a Independência, Integridade e Dignidade da Pátria”. No art. 96 desse capítulo estipulava-se crime cabível de prisão celular por dois a seis meses: “Transgredir as ordens e decretos do Governo que proibirem, no territorio onde tiverem logar as operações de guerra, publicações e

reuniões que puderem favorecer o inimigo, ou excitar a desordem” (CODIGO PENAL, 1890, art. 86).

O artigo 114 do terceiro capítulo do mesmo Código, “Dos Crimes Contra o Livre Exercício dos Poderes Políticos”, estipularia a mesma pena para aquele que “levantar motim, ou excitar desordem, durante a sessão de um tribunal de justiça, ou audiência de juiz singular, de maneira a impedir, perturbar ou determinar a suspensão do acto”. Tal categoria seria citada novamente apenas no sexto capítulo “Dos Vadios e Capoeiras” no artigo 402, que novamente previa a pena de prisão celular por dois a três meses a todo aquele que:

Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal (BRASIL, 1890, art.402).

Não é por acaso que a “desordem” é mencionada em capítulos que objetivavam a punição de indivíduos que atentassem contra a “integridade e dignidade da pátria”, o “livre exercício dos poderes públicos”, sendo referida também em trechos voltados à repreensão dos “vadios”. Implícito na correlação entre essas categorias, verifica-se o anseio dos legisladores pelo ordenamento do corpo social por meio do combate de possíveis “motins”, focos de insubordinação com os rumos do novo regime e pela posituação do trabalho como princípio regulador/regenerador da sociedade, sobretudo, entre aqueles tidos como “atavicamente inferiores”.

Com efeito, ressaltamos que, implícita na mediação jornalística das “façanhas” de mulheres desordeiras, verifica-se tensionada a

incompatibilidade entre a agressividade, a violência e o papel idealizado a essa parcela da população. Nesse sentido, embora as mediações jornalísticas do *Correio* de crimes protagonizados por “valentonas”, demarquem o caráter transgressivo de suas condutas, chegando a instrumentalizar categorias como desordem, é perceptível certa ambiguidade nas apreensões dessas ocorrências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado podiam ser reconhecidas como “terríveis”, tal como a “perigosa” Maria Amélia, famosa por suas façanhas na Riachuelo, ou mesmo a “terrível desordeira” Rosalinda Maria da Conceição, “vagabunda conhecida” que não apenas promoveria uma desordem, mas feriria a mordidas o praça que a prendeu, todavia, em função de idealizações do “bello sexo”, outras transgressões seriam praticamente esvaziadas de periculosidade, como pudemos observar no caso de Francellina, a “indignada” meretriz de “Cabelinho na venta” que teria perseguido um homem que esquecera que “usa calças”.

Já em outros casos a violência protagonizados por essas “cabelinhos nas ventas” seria interpretada por um viés masculinizante, tal qual podemos constatar a partir da adjetivação de Laura Tarden como uma “mulher-homem” ou da colocação de que Marianna Úrsula da Conceição ao esfaquear Thomaz José dos Santos teria se portado como um “hábil desordeiro”.

Oscilações representativas da própria dificuldade em definir o problema do lugar social das mulheres, o seu estatuto. Empasse emblemático de uma república legislada por homens ciosos pelo ordenamento social e conjecturada por intelectuais que ainda tentavam descobrir se encontrávamos em degenerescência, esquadrinhando e hierarquizando, a pluralidade da nossa composição populacional.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BESSE, Susan K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940, *Revista Brasileira de História*, v. 9, n.18, ago./set. São Paulo, 1989, p. 181-197

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*. Edição n.1, p.1. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1901.

\_\_\_\_\_. *Que Marido!* Edição n.28, p.2. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1901.

\_\_\_\_\_. *Desordem e Xadrez!* Edição n. 594, p.2, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1902.

\_\_\_\_\_. *O Jacarandá*. Edição n. 252, p. 2. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1902.

\_\_\_\_\_. *Às direitas!* Edição n.306, p.2, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1902.

---

\_\_\_\_\_. *Mulher-Homem*. Edição n. 439, p.2. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1902.

\_\_\_\_\_. *Mulher Furiosa, Amante Ferido, quatro Facadas*. Edição n.468, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902

\_\_\_\_\_. *De Cabellino na venta!* Edição n. 404, p.2. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1902.

\_\_\_\_\_. *De Cabellino na venta! Mulher faquista!* Edição n.590, p.2. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1903.

\_\_\_\_\_. *De Cabellino na venta! Mulher perigosa da Riachuelo*. Edição n. 627, p.2. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1903.

\_\_\_\_\_. *Ciúmes e Facada!* Edição n. 731, p.2. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1903.

\_\_\_\_\_. *De Cabellino na venta!* Edição n. 765, p.2. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1903.

\_\_\_\_\_. *Correrias*. Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

\_\_\_\_\_. *Desordens e Bordoadas*. Edição n. 784, p.2. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903.

\_\_\_\_\_. *Policia! Mordido* Edição n. 993, p.2. Rio de Janeiro, 3 de março de 1904.

ENGEL, Magali Gouveia. *Paixão, crime e relações de gênero* (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*. 2000, vol.1, n.1, pp.153-177.

\_\_\_\_\_. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. “Psiquiatria e feminilidade”. In: PRIORE, Mary Del (org). *História da Mulheres no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.



ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GARZONI, Lericé. “Nós, em nome do povo, cuja causa defendemos”: o *Correio da Manhã* e a campanha contra as carnes verdes (1901). In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, 2009.

\_\_\_\_\_. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901). *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 158-177, 2011.

\_\_\_\_\_. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. *Revista ArtCultura* (UFU), v. 11, n.18, p. 227-240, jan-jun. 2009. Disponível em meio impresso e digital: < [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF18/v\\_guimaraes\\_18.PDF](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF18/v_guimaraes_18.PDF) >. Acesso em 24/08/2017.

\_\_\_\_\_. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem do dezenovevinte. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 323-349, São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. *Notícias diversas: suicídios por amor, ‘leituras contagiosas’ e cultura popular em São Paulo nos anos dez*. São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul-dez. 2014.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

MARTINS, Ana Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MARTINS, Ana Luiza; De LUCA, Tania Regina. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, vol.13, n.35, pp.167-198, 1999.

REIS, Letícia Vider de Sousa. A capoeira: De "doença moral" a "gymnástica nacional". São Paulo: *Revista História*, n.129-131, p.221-235, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a *Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu: Desacordos, desamores e diferenças*. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, Vol, nº 3: p.11-27.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Vol. 20, nº 2: p.71-99, jul./dez.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História de Imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELLES, Patricia Delayti. *Retrato entre baionetas: prestígio, política e saudades na pintura do retrato em Portugal e no Brasil entre 1804 e 1834*. Tese, 196, (Doutorado em História da Arte), Departamento de História, Universidade de Évora, 2015.

## AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Ilídio Macaringue <sup>38</sup>

Maria Elena Pires Santos <sup>39</sup>

### INTRODUÇÃO

Moçambique localiza-se na costa Sudeste de África e foi colonizado por Portugal, formalmente de 1930 a 1975, ano em que alcançou a sua independência após a luta armada de libertação nacional que decorreu de 1964 a 1974 (ano da assinatura do cessar-fogo) liderada pela FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, fundado em 1962, movimento nacionalista formado pela união de outros três movimentos, nomeadamente MANU (União Nacional Africana de Moçambique, fundada em 1959), UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique, fundada em 1960) e UNAMI (União Nacional Africana para a Independência de Moçambique, fundada em 1961). Foi com base nesta união que se criaram as premissas mais sólidas para a libertação de Moçambique da dominação portuguesa.

---

<sup>38</sup> Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu). E-mail: imacaringue1976@yahoo.com.br

<sup>39</sup> Professora dos Cursos de Letras Português/Inglês, do Mestrado/Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, do Mestrado/Doutorado em Letras e do Profletras, UNIOESTE/PR. E-mail: mepires@gmail.com

À semelhança dos demais países africanos pós-coloniais, Moçambique herdou políticas linguísticas baseadas no sistema colonial fruto da sua colonização com consequências significativas na área social, econômica, cultural e ideológica. De acordo com Calvet (2002), as políticas linguísticas se referem à intervenção humana na língua ou na situação linguística, conceito que será mais amplamente discutido na seção 04.

É neste sentido que no processo de construção do Estado-Nação, o país, que outrora combatera o sistema colonialista português e todas as suas práticas imperialistas, viu-se obrigado a adotar as políticas linguísticas, do antigo colonizador, definidas como escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social (CALVET, 2002), uma decisão político-ideológica que visava consolidar o espírito da luta armada de libertação nacional, salvaguardar as conquistas, gerar o sentimento de unidade nacional na diversidade, assegurar e consolidar a integração intra e inter-étnica no território e gerar um ambiente propício à governabilidade, o que resultou na neutralização das línguas bantu como línguas francas de ordenamento sociocultural, linguístico e ideológico das populações na perspectiva de, entre outras, matar a tribo para fazer nascer a nação.

Em face destes cenários, neste capítulo analisamos o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico a partir do qual Moçambique adotou as suas políticas linguísticas, no quadro da construção do Estado-Nação, tendo em conta a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e problematizar o fato de o Português

Europeu ter sido oficializado sem ser nacionalizado e a nacionalização das línguas autóctones sem serem oficializadas. Além disso, é também objetivo analisar a lógica institucionalizada que está sendo subvertida pelas práticas consuetudinárias dos usos da linguagem.

Em Moçambique, a língua portuguesa é minoritária e as línguas bantu faladas pela maioria da população, e ainda que tenham sido combatidas em diferentes momentos históricos, nomeadamente durante a colonização, no decurso da luta armada de libertação nacional e após a independência nacional, enquadrado nos esforços de construção e consolidação do Estado-Nação, resistiram e consolidaram-se, também, como línguas de cosmovisão do mundo tendo inclusive contribuído para a nativização e endogeneização do Português Europeu à ecologia da moçambicanidade e sedimentam-se como línguas de prestígio no panorama sociolinguístico do país.

Este artigo foi desenvolvido com base na pesquisa qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), “consiste em conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações”, o que nos permitiu capitalizarmos análises crítico-reflexivas, societais e políticas, e estabelecer conexões teóricas e metateóricas. Com isso, situamos a pesquisa como histórica, cultural e pessoal em virtude da indissociabilidade entre os métodos da pesquisa e a ideologia que começa justamente no que pesquisar, que autores a usar, de que lugar se fala, que objetivos se pretende atingir, etc, o que possibilita construir

“diálogos contínuos e expandir o domínio da deliberação cívica” (GERGEN; GERGEN, 2006, p. 381).

A pesquisa qualitativa foi auxiliada pelo paradigma interpretativista pelo fato de ambos permitirem inúmeras possibilidades de apreensão e compreensão dos fatos e facilitarem a interpretação dos fenômenos sociais situados num contexto (DENZIN; LINCOLN, 2006), até porque “não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 32).

Outra componente metodológica que usamos foi a pesquisa documental, uma “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Com efeito, usamos a pesquisa documental para consultar documentos sobre a história de Moçambique (antes, durante e após a colonização portuguesa). Consultamos também as diversas versões da Constituição da República, nomeadamente de 1975, 1990 e 2004, entre outros documentos.

Portanto, a interpretatividade, aliada à reflexividade, descritividade e introspectividade – enquanto pesquisador que transita entre o cognoscível e o cognoscente –, tendo como *lócus* Moçambique, a partir do olhar do local, constituem alicerces basilares que orientam esta pesquisa ancorada num movimento permanente de estranhar o familiar e familiarizar com o estranho, pois “o que sempre vemos e *encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido*

e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto conhecido” (VELHO, 1978, p. 126, grifos do autor).

Estes movimentos, a partir da periferia, constituem uma postura epistêmica de fronteira, equivalente ao que Pennycook (2006, p. 74) denomina de Linguística Aplicada Transgressiva na medida em que as transgressões “não somente penetram território proibido, como tentam pensar o que não deveria ser pensado, fazer o que não deveria ser feito”, pois a transgressão, conforme assegura o autor, transgride limites e regras instituídas, porém não é sinônimo de desordem ou caos uma vez que fica explícita a ordem que está sendo transgredida, e no caso em específico desnaturalizamos a crença de que as língua(gen)s são essências fixas e produtos acabados. Pelo contrário, enquanto fenômenos socioculturais e histórico-ideológicos não são estáticas e estão sujeitas a constantes mutações e hibridações, o que a impossibilita que sejam tipificadas como instrumento, estrutura ou código (MARCUSCHI, 2012).

Por isso, ao longo desta pesquisa desenvolvemos reflexões para entendermos e fazer entender os significados subjacentes a todo o processo histórico, sociolinguístico, cultural e político-ideológico que determinou os caminhos, as escolhas, as (in)certezas e as contradições em torno das políticas linguísticas de Moçambique.

Nas seções seguintes do artigo abordamos os aspectos histórico-político-ideológicos; as políticas linguísticas no processo de construção do Estado-Nação; as controvérsias das políticas linguísticas no país e, por fim, a conclusão, na qual defendemos a tese de que as atuais

políticas linguísticas de Moçambique não estão em conformidade com a ecologia sociolinguística, cultural e simbólico-ideológica.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICO-IDEOLÓGICA E SOCIOLINGUÍSTICA DE MOÇAMBIQUE**

O atual território de Moçambique resulta do processo de ocupação efetiva exercida por Portugal, com o “auxílio” de algumas potências europeias e das companhias majestáticas que lhes delegou poderes para tal, em conformidade com as deliberações saídas da Conferência de Berlim (1884-1885), na qual as potências coloniais europeias dividiram entre si o continente africano e, por consequência, os destinos dos seus povos.

É neste sentido que, para compreendermos as políticas linguísticas de Moçambique, se afigura essencial uma incursão na sua história e na ideologia subjacente à luta de libertação nacional e construção do Estado-Nação.

Ocupado por quase 500 anos por Portugal, aquando da chegada dos primeiros navegadores liderados por Vasco da Gama, em 1498, e formalmente colonizado, de forma efetiva, a partir de 1930, após sucessivas lutas de resistência ao longo do processo histórico de negação à dominação imperialista, o país sucumbiu às políticas segregacionistas do colonizador com o objetivo de dividir para reinar e garantir a manutenção e (re)produção da dominação.

É neste contexto que, em conformidade com a necessidade de uma presença mais efetiva no território, Portugal, para além de



consolidar os esforços militares para garantir a ocupação e domínio de Moçambique, investiu fortemente na presença da sua máquina administrativa. Com isso, estabeleceu novas fronteiras físicas, jurídicas e simbólicas, destruindo as anteriormente existentes, com destaque para as simbólicas de matriz étnico-tribal pré-existentes à ocupação e implementou políticas separatistas que hierarquizaram as pessoas de acordo com a cor da sua pele e utilidade nos esforços de colonização.

Assim sendo, a ideologia do Aparelho Administrativo Colonial Português introduzida a partir de 1930, com o “Ato Colonial”, no contexto da implantação do Estado Novo em Portugal em 1926, preconizou novas diretrizes de exploração das suas colônias, fato que contribuiu para a acentuação das explorações a nível econômico, físico, social, ancestral, antropológico, religioso, cultural, educacional e intelectual, tendo possibilitado a ressignificação de novas condutas sociais de subordinação coerciva.

Portugal, para garantir a dominação do território, aliou-se à Igreja Católica por meio do acordo denominado Concordata, assinado em 1940, o qual estipulou o uso das línguas autóctones nos cultos religiosos e, posteriormente, por volta de 1963, segundo Mazula (1995, p. 88), foi “autorizado o emprego do idioma local como instrumento de ensino da língua portuguesa”.

É neste quadro que o Estatuto Missionário publicado em 5 de Abril de 1941 conferiu mais poderes à Igreja Católica, em Moçambique, tendo-se tornado num aliado privilegiado do Governo Colonial Português na condução de todo o ensino indígena com o fim,

segundo Castiano et al. (2006, p. 27), de “civilizar e nacionalizar o indígena por meio da língua portuguesa e gradual compreensão da doutrina e moral cristã”.

Como se pode constatar, o uso das línguas autóctones no ensino e nos cultos religiosos não visava a sua valorização, muito menos das culturas locais por meio delas veiculadas e nem sequer fomentar as aprendizagens de forma eficaz, tendo em conta que o objetivo era formar moçambicanos como aprendizes e com baixa educação escolar e a partir das suas línguas e culturas acederem à aprendizagem do português. Por isso, o uso da doutrina moral cristã católica servia para neutralizar as revoltas das populações e a resistência à submissão à cultura lusitana, garantindo-se a reprodução de pessoas de fácil incorporação à dominação colonial portuguesa.

A partir destes pressupostos, o português ganhou uma importância particular na medida em que serviu de mecanismo aglutinador das diferenças linguísticas e culturais entre os moçambicanos e os portugueses, o que permitiu a Portugal estratificar dois grupos sociais: os que denominou de civilizados/ “assimilados”, que em larga medida serviam de suporte ao Aparelho Administrativo Colonial e os denominados não civilizados, tipificados também como indígenas que são “os indivíduos de raça negra que, nelas tendo nascido ou vivido habitualmente, ainda não possuem a cultura e os hábitos individuais e sociais exigidos pela integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (Mazula, 1995, p. 100).

Estes fatos permitem-nos perceber que o ensino e aprendizagem do português constituía, também, um meio ideológico de dividir para reinar, sucedendo ao que Bourdieu (2007, p. 10) chama de produções simbólicas como instrumentos de dominação para a legitimação das diferenças, cujo objetivo é a “integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções”, visto que “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)” (BOURDIEU, 2007, p. 11) tendo em conta que ao legitimarem-se as distinções consagra-se o marco hierárquico entre a cultura dominante e a cultura dominada e com isso perpetuam-se as relações de dominação.

Com efeito, a língua portuguesa foi expandida por meio das escolas com o alicerce da Igreja Católica e, posteriormente, com o apoio das Igrejas Protestantes que também ensinavam a língua inglesa. Com isto, pode-se dizer que à Igreja Católica cabe o mérito, em parte, da massificação do português, e às Igrejas Protestantes do inglês.

O ensino e a aprendizagem do português em larga escala constituíam, para Portugal, um desiderato patriótico, nacionalista e mercantilista para controlar o mercado das trocas linguísticas, em Moçambique, e como um mecanismo de domínio social, ideológico, econômico, político, cultural e simbólico. Para além disso, visava responder, de forma firme, ao avanço vertiginoso da aprendizagem do Inglês por parte de moçambicanos que almejavam trabalhar nas minas

sul-africanas, mal necessário, já que entre Portugal e a África do Sul existia um acordo de fornecimento de mão-de-obra, negócio muito rentável para os cofres da metrópole.

Apesar de todos os esforços, a dominação portuguesa sofreu revés por conta do grupo denominado “assimilados” e de outros compatriotas nacionalistas no território nacional e na diáspora que ampliaram o seu ângulo de cosmovisão do mundo e despertaram das crueldades do colonialismo, impulsionados pelo contato de línguas e culturas, e também pelos movimentos de libertação nacional que levaram alguns países africanos a alcançarem as suas independências a partir da década de 1960.

Foi uma etapa de nova (re)orientação que permitiu a “limpeza psicológica” dos vestígios do colonialismo, sobretudo aqueles que foram considerados maléficos, porque o objetivo do discurso colonial, segundo Bhabha (1998, p. 111), era de “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistema de administração e instrução”.

A este respeito, Fanon (2005) defende que o colonialismo não se satisfaz em prender o povo nas suas redes, em esvaziar o cérebro do colonizado com o recurso à opressão de toda forma e de todo o conteúdo. Para o autor, “a cultura, que é arrancada do passado para ser desdobrada em todo o seu esplendor, não é a do seu país” (FANON, 2005, p. 244), o que contribui nos esforços para o desenraizamento das populações das suas bases culturais de matriz africana.

Este pensamento interconecta-se ao de Hall (2009) ao referir que a relação colonização e pós-colonização está sujeita, irrevogavelmente, a um campo de poder-saber e a partir do momento em que se verifica o deslocamento do foco das relações que caracterizam o colonializador e o colonizado, este último torna-se dono do seu próprio destino e desenvolve a capacidade de criticar e desconstruir as representações ideológicas até então vigentes com vista a traçar novos rumos orientadores, razão pela qual, para Freire (2006), o oprimido tem o opressor dentro de si.

Os fundamentos da construção do Estado-Nação no país foram baseados em algumas das práticas do colonialismo português, a começar pela escolha da língua portuguesa como a língua de comunicação no seio dos grupos de guerrilheiros da FRELIMO, prática que posteriormente foi consolidada nas zonas libertadas que eram territórios conquistados da dominação colonial e, após a proclamação da independência nacional, a escolha do português como língua oficial e de unidade nacional.

Neste artigo, a língua(gem) é entendida como um caleidoscópio por ser multifacetada e dinâmica (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007), estritamente ligada à cultura aqui compreendida e definida como um “conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2009, p. 41).

A língua(gem) e a cultura ligam-se à “representação”, conceituada por Goffman (1975, p. 29) como “atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência”. Da mesma forma ligam-se à identidade compreendida de forma não essencialista, já que as pessoas são portadoras de inúmeras e complexas identidades que se manifestam em função dos contextos (HALL 2000; SILVA, 2000) e que constituem, por excelência, mecanismos de exercício do poder simbólico na medida em que constituem alicerces a partir dos quais estabelecem-se as relações de dominação e distinções.

As relações intrínsecas entre língua(gem), cultura e identidades permitem-nos perceber que o ser humano não é uma essência fixa, tendo em conta que ele está sujeito às dinâmicas na sociedade. São essas dinâmicas que fazem com que “se não há lugar para a noção de identidade centrada, unificada, também não há lugar para a linguagem enquanto sistema homogêneo, mas em desequilíbrio, sempre heterogênea e complexa” (PIRES-SANTOS, 2004, p. 70).

Tomando em consideração este fato, e tendo em conta a língua como um espelho da cultura, há sempre diferenças de uma cultura à outra (BACK, 1987), considerando-se também que as línguas e as culturas vazam umas nas outras. Porém, a ideologia entendida como “idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante” (EAGLETON, 1997, p. 15) acaba por legitimar uma crença equivocada da possibilidade da materialização da trilogia *um*

*povo, uma língua e uma cultura*, o que não passa de uma utopia (GEERTZ, 1989).

Este ideal é alimentado pelas tradições inventadas (HOBSBAWN, 1984) para ancorar as políticas do Estado-Nação de fabricação de semelhanças para gerar o sentimento de pertencimento, pois as “culturas nacionais são sistemas de representações” (SARUP, 1996, p. 152).

Segundo Hobsbawn, as tradições inventadas são:

(...) um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1997, p. 10).

As tradições inventadas resultam de ações construídas e desenvolvidas de forma objetiva e são institucionalizadas para darem cobertura aos objetivos do Estado-Nação, tendo em vista a promover a memória coletiva e assegurar a sua ritualização, já que as identidades nacionais incorporam o culto aos símbolos e ao patrimônio sociocultural, ambos mecanismos de imposição de memória que se articula no tempo e no espaço, justamente porque “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 4).

A ritualização da memória nacional é condição *sine qua non* para a consagração de uma identidade nacional, visto que “não satisfazer o dever de memória é expor-se ao risco de desaparecimento” (CANDAUI,

2012, p. 125), risco que nenhum Estado-Nação quer correr, o que justifica que mesmo após a independência nacional, os sucessivos governos moçambicanos desdobraram esforços para manter as conquistas da revolução, por meio das tradições inventadas, responsáveis por promover e consolidar memórias nacionais cuja vitalidade se deve conservar em virtude de a memória nacional ser “um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 5).

E, para eternizar a memória da heroicidade do povo na conquista da independência nacional, alguns símbolos foram eternizados: a enxada, o livro e a arma (na bandeira nacional); monumentos e patrimônios culturais, como é o caso da praça dos heróis moçambicanos, onde jazem os restos mortais dos escolhidos como filhos valentes da pátria; a celebração das datas históricas, como o dia da independência nacional, o dia dos heróis nacionais; a imposição de um currículo na escola que promova a aprendizagem dos feitos dos heróis nacionais; a organização dos festivais nacionais de cultura e dos jogos escolares, na tentativa de impor um sentimento de partilha de mesmos valores e de pertencimento à mesma coletividade.

As identidades únicas e fixas no território do Estado-Nação são uma construção sociossimbólica do que é política e ideologicamente ideal. Porém, “nenhuma sociedade consiste unicamente de excêntricos anônimos que se tocam e ricocheteiam como bolas de bilhar” (GEERTZ, 2008, p. 99) pois todas as sociedades são híbridas.



### 3. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

A ideia de moçambicanidade não está dissociada das representações subjacentes à construção do Estado-Nação. A construção do Estado-Nação em Moçambique, de formação tão recente, é um processo contínuo e permanente, visto que Estado e Nação são duas categorias que estão intimamente ligadas ao nacionalismo, compondo facetas da mesma moeda quando falamos do processo de formação de um Estado Nacional, pois “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (ANDERSON, 2008, p. 32).

Por isso, Bauer (1996, p. 81) defende que “a nação apresenta-se como um modelo natural, e o Estado um produto artificial [pelo que o Estado] deve seguir a nação e uni-la politicamente”. Ainda de acordo com o autor, a nação tem um carácter nacional. Todavia, tal carácter não significa que haja uma comunhão, *a priori*, pré-estabelecida de interesses e de destino. Pelo contrário, existe um esforço para se estabelecer tal comunhão, mesmo reconhecendo-se as diferenças individuais e grupais, pelo que “nação é comumente entendida como a totalidade dos cidadãos do Estado, ou a totalidade dos habitantes de um espaço econômico” (BAUER, 1996. p. 76).

A este propósito, Weber (1994, p. 72) defende que a nação não é simétrica a uma comunidade linguística e defende que “no uso linguístico habitual, não é idêntica ao povo de um Estado”, pois no

mesmo Estado podem existir várias nações arregimentadas em diferentes etnias.

Segundo Hall (2006, p. 62), a etnia é um termo usado para referir às características culturais, tais como língua, religião, costume e tradições, e aponta que “essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais”. O mesmo autor defende ainda que é “difícil unificar a identidade nacional em torno de uma raça [visto que a] raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica [ou seja a] raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica” (HALL, 2006, p. 62-63).

Com a ideia de que a nação não se funda unicamente por pressupostos étnicos e nem raciais, uma vez que a raça não explica, por exemplo, que o ser branco ariano significa ser alemão, ou então ser negro é ser africano, até porque existem em África Estados cuja população é maioritariamente branca, como são os casos do Egito, Tunísia, Líbia e Argélia, Renan (1997) coloca em causa o mito de formação das nações com base na raça e na língua ao defender que “as línguas são formações históricas que indicam pouco sobre o sangue dos que as falam e que, em todo o caso, não poderiam agrilhoar a liberdade humana de escolher a família com a qual deseja unir-se para a vida e para a morte” (RENAN, 1997, p. 169-170).

No mesmo diapasão, Bauer (1996, p. 45) refere que “os ingleses e irlandeses, os dinamarqueses e noruegueses, os sérvios e os croatas,

falam, em cada um dos casos, a mesma língua, e nem por isso são um único povo. Os judeus, por outro lado, não têm uma língua comum mas são uma nação”.

A propósito da impossibilidade de qualificar sentimentos de pertença tomando a língua como base para a formação de uma nação, Hobsbawn (1990, p. 75) faz a seguinte consideração: “o que sabemos é que lutas nacionalistas foram agravadas algumas vezes, nos tempos modernos, pela recusa de frações de grupos linguísticos em aceitar a unidade política com outros que falam a mesma língua”. Na mesma linha de pensamento, Weber (1994, p. 173) refere que os “alsacianos de língua alemã que rejeitam a pertinência à 'nação' alemã não se consideram, por isso, simples membros da 'nação' francesa”.

Assim sendo, afigura-se pouco consistente a percepção de algumas correntes de opinião de que Moçambique não é uma nação devido à sua diversidade étnico-linguística que se traduz nas acentuadas assimetrias e heterogeneidades para a formação da coletividade, até porque a nação é um sentimento de pertencimento que não está diretamente ligado à questões étnicas, raciais, culturais e linguísticas. Um dos seus sustentáculos é o sofrimento e o desejo de as pessoas alcançarem objetivos comuns, o que justifica o fato de inúmeros e diversificados grupos étnico-linguísticos e culturais se terem unido e superado as suas divergências estruturantes, em decorrência do sofrimento imposto pela colonização, em torno do mesmo movimento nacionalista para libertar o país.

Por isso, corroboramos com Hobsbawn (1990) ao analisar as inferências a partir das quais se podem determinar as bases para a constituição de uma nação, nomeadamente: associação histórica com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito e uma provada capacidade de conquista.

Por essa razão, o Estado-Nação consolida-se como núcleo centralizador que busca reproduzir semelhanças no seu território de jurisdição e garantir o respeito e culto aos símbolos do Estado, como a bandeira nacional, o hino nacional e os monumentos históricos, já que “a soberania capitaliza um território” (FOUCAULT, 2009, p. 27) e o Estado só assim o é se nele existir esse território e pessoas para serem dominadas com base na imposição de regras, o que justifica o fato de as pessoas se rebelarem contra os poderes instituídos, na busca de legitimação dos seus direitos para garantirem a sua sobrevivência.

Segundo Renan (1997, p. 173), uma nação constitui-se na base de “uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e que ainda se fariam. Ela supõe um passado, mas se resume no presente a um fato tangível: o consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum”, ou seja, como advoga Anderson (2008, p. 32), a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo soberana”, pois “a coletividade é vivenciada e os símbolos são

representados como algo separado dos indivíduos em questão, algo superior e mais sagrado do que eles” (ELIAS, 1997, p. 143).

Deste modo, entendemos que o sentimento de pertença à genérica nação moçambicana vingou independentemente da etnia – vários grupos de diferentes origens lutaram para libertar as terras conquistadas pelos portugueses; da raça – houve casos de brancos europeus que auxiliaram os moçambicanos (negros e brancos) na luta contra o colonialismo português; da religião – católicos, muçulmanos, protestantes e ateus resistiram à ocupação europeia; da língua – pessoas de diferentes idiomas juntaram-se na luta de libertação nacional, pensamento que ecoa em Machel (1983, p. 20) ao referir que “a nação identifica-se pelos seus símbolos. Perante a história, perante a cultura, perante a nação não há católicos, não há muçulmanos, não há protestantes, não há ateus – há moçambicanos patriotas ou antipatriotas”.

Este fato é também testemunhado em Mondlane ao defender que

O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, económica e cultural. Em Moçambique foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado, e outros aspectos de dominação colonial (MONDLANE, 1995, 87).

É neste sentido que a moçambicanidade se forma a partir da política de homogeneização da diversidade linguística e cultural proposta pela FRELIMO, forjada nos tempos de luta armada de

libertação nacional, inspirada na filosofia política de Eduardo Mondlane e de Samora Machel, ícones do nacionalismo moçambicano, visto que o primeiro é considerado o arquiteto da unidade nacional por ter contribuído, com a sua visão de totalidade, na união dos principais movimentos nacionalistas de luta pela independência num único movimento libertador; o segundo, por ser considerado o pai da nacionalidade moçambicana, ao ter declarado a independência do país.

É a moçambicanidade que faz existir a ideia de nacionalidade, do nacionalismo e de pertença a uma coletividade do Estado, uma vez que gera o sentimento de gnoseologia e de partilha de valores comuns. Ainda que sentida como essência e forma, a moçambicanidade não passa de uma construção filosófico-simbólica alicerçada em representações da identidade nacional, ela também uma construção. A moçambicanidade, enquanto gema aglutinadora da diversidade étnico-linguística é dinâmica, processual, controversa e em constantes crises como qualquer outra identidade e processa-se como mecanismo de negação à portugalidade e à colonialidade.

Portanto, a moçambicanidade, como projeto político-ideológico, nasce da resistência e da negação à portugalidade e funda-se na base da “representatividade” sociocultural e étnico-linguística da diversidade do país em estereótipos ideológicos e revigora-se a partir da ideia de que é possível arregimentar as pessoas no território do Estado-Nação recorrendo-se às amálgamas representacionais das formas de ser, de estar, de pensar, de sentir, de agir e de fazer, concomitantes à construção e (re)produção de semelhanças.

#### 4. AS FACES E INTERFACES DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE

No contexto da formação dos Estados Nacionais, cada país adota as suas políticas linguísticas em função dos objetivos que pretende alcançar o que faz da política linguística e da planificação linguística dois complementos importantes na materialização das políticas públicas dos Estados, tendo em conta as implicações político-ideológicas a partir das quais se estrutura todo o processo de desenvolvimento.

Segundo Calvet (2002, p. 145), política linguística refere-se a “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”, e a planificação linguística consiste na “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”. Portanto, as políticas linguísticas são escolhas que os Estados fazem sobre a gestão das línguas no seu território, e a planificação linguística consiste na materialização das políticas linguísticas, ou seja, parte-se da teoria para a prática.

Neste sentido, Calvet (2002) refere que existem dois tipos de gestão de políticas linguísticas, nomeadamente *in vivo* e *in vitro*. A gestão *in vivo* “refere-se ao modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem” (CALVET, 2002, p.146). Ainda de acordo com o autor, o *in vivo* decorre das práticas sociais dos usos da linguagem e a partir das quais se enriquece a comunicação em contextos diversificados. Por isso, “as

línguas veiculares são produto típico de uma gestão *in vivo* do plurilinguismo” (CALVET, 2002, p. 147).

Foi com base na apropriação e nativização da língua portuguesa que as políticas linguísticas *in vivo* se consolidaram como mecanismos de resistência à lusitanização do português falado em Moçambique, ao serem incorporados novos termos, alguns gerados a partir das línguas bantu e outros pelo mecanismo de gramaticalização para nomear realidades com as quais as populações se confrontavam no seu cotidiano.

Destes, podemos destacar os seguintes exemplos:

- a) O *dumba-nengue* (local de venda informal de produtos de várias ordens) foi cunhado com esta denominação porque os vendedores se recusavam a pagar o imposto diário ao município pela prática de atividade comercial nas ruas e sem licença. Sempre que as autoridades policiais ou camarárias se faziam aos locais, os vendedores fugiam para não serem presos ou então perderem as suas mercadorias. Por isso, *dumba-nengue* equivale literalmente a confiar no pé (*dumba* = confiar; *nengue* = pé).
- b) Esta unidade lexical *desconsigo* não existe no Português Europeu (PE) e o seu equivalente seria *não consigo*. Todavia, o recurso à unidade lexical *desconsigo* para indicar uma ação contrária a *conseguir* povoa o imaginário linguístico de muitos falantes do português em Moçambique, possivelmente por um recurso mecânico analógico usado em situações similares



como em *mentir/ desmentir; fazer/ desfazer; qualificar/ desqualificar*.

- c) A palavra “*machambas*” equivale a campos agrícolas ou campos de cultivo no PE, termos raramente usados em Moçambique, o que nos permite perceber que a apropriação linguística permite configurar uma realidade designando-a de outra maneira. Os que trabalham nas *machambas* são denominados *machambeiros*, equivalentes a agricultores, no PE.
- d) A partir do verbo *bater* surgiu outra categoria gramatical (substantivo) que é *batedor(es)* que significa *ladrão/ ladrões*. A palavra *batedor(es)* no PE encerra uma semântica bem diferente como, por exemplo, *escolta policial*.

Em contrapartida, a gestão *in vitro* se constitui como produto da intervenção do Estado e de linguistas que, nos seus laboratórios, “analisam as situações e as línguas, descrevem-nas constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular problemas; depois os políticos estudam as hipóteses e as proposições, fazem escolhas, aplicam-nas” (CALVET, 2002, p.147-148). Portanto, a gestão *in vitro* ocorre com a intervenção do Estado ou seus agentes para regulamentarem questões linguísticas e estabelecer os respectivos estatutos, cujos fundamentos nem sempre observam a diversidade linguístico-cultural presente no território do Estado.

Em Moçambique, o contexto político-ideológico da escolha da língua portuguesa como língua oficial, língua de Estado e língua de unidade nacional, a partir da qual se estruturam as ações do Estado não foi, segundo Lopes (2004) um imperativo linguístico, mas político, visando à preservação da unidade nacional e integridade do território.

Como se pode constatar, a escolha, não linguística, mas política, é herança de uma política linguística implementada pela própria FRELIMO durante a luta armada. Produto de um território caracterizado pela diversidade social, linguística, étnica e cultural, a FRELIMO, desde cedo, adotou, no seu seio, uma política linguística de emancipação do português como língua de comunicação, tendo em vista neutralizar divisionismos intra e inter-étnicos, pois a orientação era clara: matar a tribo para fazer nascer a nação. Como tal, era necessário reproduzir semelhanças de pertencimento ao mesmo território de acolhimento já que não se lutava pela terra pré-existente à chegada dos portugueses visto que as fronteiras foram desarticuladas pelas dinâmicas da ocupação das potências imperialistas.

Com isso, a escolha da norma europeia como padrão em Moçambique foi decorrente das contingências de uma realidade específica: a diversidade linguística constituía um entrave para os propósitos da consolidação do jovem Estado-Nação na visão político-ideológica, como também para a materialização das políticas públicas para o desenvolvimento que não deviam descurar o emparelhamento de todas as sensibilidades étnico-linguísticas e culturais num sistema nacional para gerar e consolidar o Estado Nacional e combater as

assimetrias regionais que poderiam atentar contra a unidade nacional e a soberania do Estado.

É neste contexto que a língua portuguesa se torna num elemento *sine qua non* para a estruturação ideológica da população, por meio da política do “Homem Novo”, tipificado como aquele que defende a política da FRELIMO e reconhece nela o poder de guia supremo do Estado e do povo; combate o regionalismo, o tribalismo, o individualismo e o obscurantismo; tem um espírito de sacrifício pela pátria, ou seja, capaz de se adequar à nova ordem social, política, econômica, religiosa, ideológica, enfim, construir um “Homem Novo” capaz de fazer face aos desafios da construção do Estado Nacional, razão pela qual “a imposição da língua legítima contra os idiomas e os dialetos faz parte das estratégias políticas destinadas a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução do homem novo” (BOURDIEU, 2008, p. 34).

Com isso, as línguas autóctones, num total de 15 línguas (FIRMINO, 2006) – ainda que reconheçamos que existem números díspares a este respeito, porém não nos iremos deter neste aspecto – foram neutralizadas e silenciadas, pois, para a lógica ideológica a sua existência atentava contra a unidade nacional e a construção de um Estado-Nação uno e indivisível, situação que gerou dissonância no seio da FRELIMO, uma vez que havia certos círculos de opinião que não viam com bons olhos a crescente subalternização das línguas autóctones tendo em conta o seu papel importante na consciencialização da sociedade, por exemplo, na estruturação e

ramificação das relações intra-familiares, inter-culturais, inter-étnicas e intra-étnicas e na moralização da população, para além do papel preponderante que desempenharam na massificação da luta armada de libertação nacional.

Com efeito, Mazula (1995) aponta que em 1982, no contexto de ideais liberais no seio da FRELIMO, e no âmbito do IV Congresso<sup>40</sup>, é que se reconheceu a diversidade cultural como riqueza nacional, abrindo-se as portas para o início do estudo e da necessidade de valorização das línguas autóctones, ainda que reconheçamos que muito ainda falta por se fazer.

Como se pode constatar, as políticas linguísticas de Moçambique estão associadas ao processo de construção e consolidação do Estado-Nação, razão pela qual corroboramos com Bourdieu (2008, p. 32) ao referir que “a língua oficial está enredada com o Estado tanto em sua gênese, como em seus usos. É no processo de construção do Estado que se criam as condições de constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial”.

É diante deste cenário que, com a proclamação da independência nacional de Moçambique a 25 de Junho de 1975, também se proclama e outorga-se o novo estatuto funcional da língua portuguesa que, com a retomada da soberania do território, passa a ser, também, legitimada como língua de Moçambique e dos moçambicanos. Com isso, torna-se

---

<sup>40</sup> Realizado de 23 a 30 de Abril de 1983, sob o lema “Defender a Pátria, Vencer o Subdesenvolvimento e Construir o Socialismo”, foram aprovadas medidas importantes como a reversão da situação social e econômica que o país vivia, a necessidade de valorização da diversidade linguístico-cultural, etc.

mecanismo a partir do qual se deve pensar e construir-se a unidade na diversidade.

Essa apropriação do português decorreu do desejo do Estado-Nação de afirmação da sua legitimidade e de empoderamento dos seus diversificados usos na extensão territorial, fato que procede na análise seguinte de Rosário (1982) ao defender que:

Diferentemente de muitos países do continente, a situação da língua portuguesa não é a de uma herança incómoda com carácter provisório enquanto se não encontra uma língua 'genuinamente' africana. [...]. É um projeto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita (ROSÁRIO, 1982, p. 64-65).

Curiosamente, apesar de a FRELIMO ter escolhido o português como língua oficial, tal estatuto não foi expresso formalmente na primeira Constituição da República Popular de Moçambique de 1975<sup>41</sup>, fato que viria acontecer na Constituição da República de 1990. O estatuto do português, nesta constituição, foi clarificado de forma equivocada. No artigo 5º, ponto 1, prescreve-se que na “República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial” e não se atribui a ela, de forma clara, o papel prescrito para as línguas autóctones conforme se estipula, no mesmo artigo, no ponto 2, que o “Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização como línguas veiculares e na educação dos cidadãos”.

---

<sup>41</sup> Cf. O Boletim da República, n.º 1, I série, de 6 de julho de 1974 e publicado na revista Tempo, n.º 248. Desde a mudança da Constituição de 1975 para a de 1990, o país passou de República Popular de Moçambique para República de Moçambique.

Esta situação, no nosso entender, cria certas ambivalências pelo fato de à língua portuguesa ter-se conferido o estatuto de língua oficial e deixar-se à descoberto a sua restritividade decorrente da ênfase do papel que se atribuiu às línguas denominadas nacionais como veiculares e de educação dos cidadãos, como se o português não desempenhasse também tal papel.

Na atual Constituição da República, que foi aprovada em 16 de Novembro de 2004, prescreve-se, no artigo 9º, que o “Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” e, no artigo 10º, que “na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”. Mais uma vez, nesta Constituição, percebe-se outro equívoco das políticas linguísticas preconizadas pelo Estado Moçambicano pelo fato de se dar ênfase às línguas nacionais como veiculadoras da identidade nacional, deixando-se transparecer uma falsa lógica de que o que se veicula a partir do português não é identidade nacional. Afinal, ela é a língua oficial e, por conseguinte, o símbolo mais ‘abrangente’ e aglutinador da política ideológica da construção do Estado-Nação.

Olhando para a Lei 6/92, de 06 de Maio (Lei do Sistema Nacional de Educação – SNE), no artigo 4º, determina-se o dever de “valorizar e desenvolver as línguas nacionais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos”, aclarando-se, mais uma vez, a preocupação do Estado na disseminação dessas línguas.

Assim sendo, o português é considerado língua oficial e, por conseguinte, meio de uso em fóruns oficiais e as línguas autóctones são consideradas línguas nacionais, patrimônio cultural e educacional e o Estado promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da *identidade moçambicana*. Esse fato não deixa de ser curioso visto que, no texto constitucional, não se reconhece à língua portuguesa, de forma explícita, o estatuto de patrimônio cultural e educacional apesar de ser a língua de ensino no país e, muito menos, como veiculadora da *identidade nacional*, naturalizando-se uma ideia, a nosso ver errônea, de que é cultura nacional o que provém apenas das línguas autóctones e escamoteia-se uma realidade presente na sociedade – a existência de muitos moçambicanos cujo repertório sociocultural está intimamente ligado à língua portuguesa e é a partir dela que se constroem culturas e identidades também nacionais.

Apesar de oficialmente determinarem-se os papéis e os estatutos das línguas em Moçambique, algo curioso não nos passou despercebido. O português é considerado língua oficial e de unidade nacional, apesar de esta última tipificação não estar expressa na Constituição da República e tal decorre da crença de que por meio desta língua pode-se gerir e aglutinar-se a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país e forjar-se uma pretensa *identidade nacional unificadora*.

Ainda assim, a língua portuguesa, que é um símbolo nacional, língua de Estado, língua da nacionalidade moçambicana, língua veicular dos desígnios da pátria e do Estado e um meio de comunicação

importante no contexto da diversidade que caracteriza o país não é considerada, oficialmente, uma língua nacional nem sequer língua estrangeira, abrindo-se uma ambivalência sobre a sua tipificação em termos de origem ou de acolhimento, o que não coloca em causa a sua funcionalidade multifacetada e prestígio social, apesar de ser a língua segunda de quase todo o universo populacional do país.

Às línguas autóctones reservou-se o estatuto de línguas nacionais e o mapa sociolinguístico do país naturaliza “fronteiras físicas” para fazê-las coincidir com as “fronteiras linguísticas”, como se fosse possível que cada língua se circunscrevesse apenas na zona onde predomina. No mundo global em que vivemos atualmente, as línguas ultrapassam as fronteiras pré-determinadas e fecundam novos espaços, nos permitindo aclarar que, apesar de se fragmentarem em determinados territórios onde são predominantes, acabam tendo essa dimensão nacional. Entretanto, o seu uso é restritivo nos fóruns oficiais e na vida nacional, não obstante as línguas autóctones sejam as mais faladas pela maioria da população.

Por isso, Firmino (2006) defende que:

Esta política linguística oficializou o Português sem o nacionalizar, e nacionalizou as línguas autóctones, sem as oficializar. Como resultado, a atual política linguística não está em conformidade, nem simbólica, nem instrumental com a natureza da diversidade linguística que caracteriza Moçambique (FIRMINO, 2006, p. 182).

Vistas as coisas neste prisma, o português, sendo a língua de abrangência nacional devia, também, ser denominado língua nacional,



em razão da sua apropriação linguística, simbólica, cultural e ideológica pelos moçambicanos e porque é suposto que seja falado em todo o país tendo em conta que é língua oficial. Mais ainda, a sua nacionalização justifica-se pelo fato de o Português Europeu estar pouco enraizado e ser de pouco domínio público e porque, além disso, nem sempre existe inteligibilidade entre a norma europeia e a realidade consuetudinária de Moçambique, resultando daí lexemas e construções léxico-sintáticas, léxico-semânticas, morfossintáticas e morfológicas à margem do que está prescrito na norma, o que legitima a necessidade de oficialmente se reconhecer o Português de Moçambique como língua que resulta da endogeneização da norma europeia à ecologia sociolinguística do país.

Com isso, em Moçambique falam-se várias línguas portuguesas sob denominação genérica de Português de Moçambique que é outra língua portuguesa que resulta da apropriação e nativização da norma europeia e torna-se língua dos moçambicanos legitimada pelo contexto sociocultural, sociolinguístico, socio simbólico e ideológico dos usos da língua.

Apesar do prestígio e massificação dos usos do português, também se verifica um movimento, ainda que pouco sistematizado, mas consolidado, de valorização das línguas autóctones (bantu) no cenário sociolinguístico e cultural moçambicano para atender ao clamor nacional de “preservação” destas línguas por toda a relevância social que têm no país.

Neste contexto, assinalamos o fato de altos dignitários do Estado recorrerem às línguas bantu em comícios populares, em discursos e cerimônias oficiais; aumento do número de gramáticas e de dicionários destas línguas; a existência de cursos superiores do nível de licenciatura, mestrado e doutorado na Universidade Eduardo Mondlane e na Universidade Pedagógica; formação de professores dos magistérios nestas línguas; existência de programas na rádio e na televisão veiculados nestas línguas, nomeadamente na Rádio Moçambique (RM) e na Televisão de Moçambique (TVM), ambas emissoras públicas; o movimento cada vez mais crescente de escritores, escultores, músicos, pintores e outros artistas que recorrem sistematicamente ao uso de lexemas de origem bantu nas suas produções artísticas.

A estes exemplos, junta-se o movimento crescente que pretende retomar alguns topônimos de origem bantu que pela força da colonização portuguesa tinham sido suprimidos ou então aportuguesados. O caso mais evidente aconteceu na capital do país, Maputo, com a mudança da nomenclatura dos distritos municipais. Com efeito, Maxaquene passou para KaMaxaquene, Inhaca para KaNhaca e Catembe para KaTembe.

Foi ainda na capital moçambicana que, no ano 2000, a Assembleia Municipal adotou o *xironga* como uma das línguas de trabalho, a par do português.

Portanto, ainda que durante muitos anos as línguas autóctones tenham sido combatidas, quer durante a colonização quer após a

independência nacional, elas resistiram porque são estruturantes de visão do mundo da esmagadora maioria da população. E desta resistência, constatou-se que as políticas linguísticas *in vitro*, apesar de todo o aparato institucional ainda não conseguem penetrar e silenciar as políticas linguísticas *in vivo*, pois as línguas são construções socioculturais e como tal estão sujeitas ao dinamismo imposto pela sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo propusemo-nos analisar o contexto histórico, político-ideológico e sociolinguístico a partir do qual Moçambique adotou as suas políticas linguísticas tendo em conta a diversidade linguístico-cultural que caracteriza o país, bem como problematizar a eficácia das atuais políticas linguísticas em vigor.

Com efeito, aferimos que a escolha do Português, numa primeira fase como língua de unidade nacional para gerar unidade na diversidade no seio do movimento de libertação nacional, FRELIMO, e posteriormente, como língua oficial após a independência nacional, resultou de uma decisão política e não linguística, cujo objetivo central era neutralizar a influência das línguas autóctones que consolidavam, na visão ideológica da libertação e da construção do Estado-Nação, as vivências tribais, pelo que era necessário matar a tribo para construir e consolidar a nação e o Estado-Nação.

Com isso, o Estado Moçambicano, por meio da FRELIMO, que herdara as políticas linguísticas do colonialismo português, implementou na letra e no espírito uma campanha sistematizada de

neutralização das línguas autóctones e promoveu o Português ao estatuto de língua oficial e de unidade nacional de forma tácita, na tentativa de, entre outras, semear um mercado de reprodução de estereótipos homogêneos, o que permeou uma série de consequências na legitimação das ditas línguas nacionais, fato que contribui, até hoje, na crise de prestígio das mesmas, não obstante os esforços para atenuar os estragos que tais políticas causaram na sociedade.

Das análises feitas, percebemos ainda que a situação sociolinguística atual de Moçambique vulgariza os fundamentos das políticas linguísticas *in vivo*, tendo em conta que cresce, de modo vertiginoso, o número de falantes que não falam a norma europeia, colocando-se em causa a vitalidade de um princípio normativo minorizado pelo direito costumeiro, tendo em consideração que a legislação determina um modelo de falar e os usos consuetudinários da língua, outro modelo. As denominadas políticas linguísticas *in vitro*, consagram um processo dicotômico entre o ideal perfeito assente na norma europeia como referência inclusiva e não “exclusiva” e o real perfeito fundamentado nas normas consuetudinárias dos usos da língua(gen)s. Com isso, a língua que une é também a língua que separa e fragmenta a sociedade.

Por isso, a língua portuguesa em Moçambique segue um rumo próprio que se consubstancia numa língua híbrida e endogeneizada à ecologia local, ou seja, uma outra língua portuguesa, criando-se assim pressupostos que nos permitem constatar que a mudança linguística em relação à norma europeia é um processo irreversível. Também o papel

das línguas autóctones, como línguas estruturantes da sociedade, deve ser reconhecido e as línguas autóctones devem ser mais promovidas como língua de instrução e de comunicação em fóruns oficiais.

Para tal, é preciso que se reconheça que o Português de Moçambique, que é amálgama dos diversos falares da língua portuguesa no país, é uma língua legítima e que deve ser ancorada legalmente como língua oficial a partir de uma reforma nas políticas linguísticas do Estado Moçambicano.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de Português: proposta de solução*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAUER, Otto. A nação. cap. IV. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CANCLINI, Néstor G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CASTIANO, José P.; NGOENHA, Severino E.; BERTHOUD, Gerald. *A longa marcha dum “Educação para Todos” em Moçambique*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CÉSAR, América. L.; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 45-66.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 389-405.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/ Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert. *Uma digressão sobre o nacionalismo*. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FIORIN, José Luiz. *O acordo ortográfico: uma questão de política linguística*. Veredas on-line-Atemática – 1/09. Juiz de Fora: UFJF/ PPG LINGÜÍSTICA, 2009. p. 07-19.

FIRMINO, Gregório. *A “Questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GERGEN, Mary M; GERGEN, Kenneth J. Investigação qualitativa. Tensões e transformações. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 367-387.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONÇALVES, Perpétua (Org.). *O Português escrito por estudantes universitários: descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editores, 2010.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOPES, Armando J. *A batalha das línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHEL, Samora. Consolidemos aquilo que nos une. Reunião da direção do Partido e do Estado com os representantes das confissões

religiosas. 14 a 17 de dezembro, 1982. *Coleção Unidade Nacional*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.

MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 5ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MAZULA, Brazão. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique*. Maputo: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.

MENDES, Irene. *Da neologia ao dicionário: o caso do Português de Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2010.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA, 1995.

MOÇAMBIQUE. Imprensa Nacional. Boletim da República, n.º 1, I série publicado em 6 de julho de 1974.

\_\_\_\_\_. Assembleia Popular. *Constituição da República de Moçambique de 1975*. Maputo, 1975.

\_\_\_\_\_. Assembleia da República. *Constituição da República de Moçambique de 1990*. Maputo, 1990.

\_\_\_\_\_. Assembleia da República. *Constituição da República de Moçambique de 2004*. Maputo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Lei 6/92 de 6 de maio de 1992*.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PIRES SANTOS, Maria Elena. *O cenário multilíngüe/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social*. Tese de doutoramento (inérita). Campinas: IEL, Unicamp, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. p. 200-212.



RENAN, Ernest. *O que é uma nação? Plural; Sociologia*. 1º sem. São Paulo: USP, 1997.

ROSÁRIO, Lourenço. Língua Portuguesa e cultura moçambicana: de instrumento de consciência e unidade nacional a veículo e expressão de identidade cultural. In: *Cadernos de Literatura*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, 1982.

SARUP, Madan. *Identify. Culture and the postmoder world*. Endiburg: University Press, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, Max. *Comunidade política. Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

## Sobre os Organizadores

### **Júlio César Suzuki**

Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), onde atua, também, como coordenador. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br)

### **Rita de Cássia Marques Lima de Castro**

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. Contatos: [ritalimadecastro@usp.br](mailto:ritalimadecastro@usp.br); [ritalimadecastro@gmail.com](mailto:ritalimadecastro@gmail.com)

### **Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi**

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba, com mestrado interdisciplinar em América Latina, área da Cultura, Sociedade e Política e Doutorado em Sociologia, ambos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de São Paulo no curso de Gestão de Políticas Públicas, áreas de Sociedade, Interculturalidade e Direitos; e nos Programas de Pós-graduação em (a) Estudos Culturais (PEC/USP) e (b) Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: [vurquidi@usp.br](mailto:vurquidi@usp.br)

## Sobre os Autores

### **Andrea Ciacchi**

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Formado em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza", Mestrado em Letras na UFPB, Doutorado em Estudos Ibéricos na Universidade de Bolonha, Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia da UNICAMP e Pós-Doutorado também em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza". Email: [andrea.ciacchi@unila.edu.br](mailto:andrea.ciacchi@unila.edu.br)

### **Eric Gustavo Cardin**

Doutor em Sociologia (UNESP/Araraquara). Pós-doutor em Antropologia Social (UNAM/Argentina). Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu, Paraná. Email: [eric.cardin@unioeste.br](mailto:eric.cardin@unioeste.br)

### **Francielli Rubia Poltronieri**

Mestre em Sociedade Cultura e Fronteiras pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Foz do Iguaçu). Professora da disciplina de Sociologia SEED/PR. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero e Poder na América Latina e Caribe – GEPALC. [franciellirubia@hotmail.com](mailto:franciellirubia@hotmail.com)

### **Ilídio Macaringue**

Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu). E-mail: [imacaringue1976@yahoo.com.br](mailto:imacaringue1976@yahoo.com.br)

### **Isabela Furegatti Corrêa**

Doutoranda e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Relações Internacionais com Especialização em Negociações Econômicas Internacionais pelo Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) e em Gestão de Projetos Culturais pelo SENAC São Paulo.. E-mail: isabelafuregatti@gmail.com

### **Isadora Luiza Francisca Alves Flores**

Mestre em Estudos Latino Americanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos (PPG-IELA) pela UNILA e Bacharel em História pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Colonialidade, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Email: isadora94flores@gmail.com

### **Maria Elena Pires Santos**

Professora dos Cursos de Letras Português/Inglês, do Mestrado/Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, do Mestrado/Doutorado em Letras e do Profletras, UNIOESTE/PR. E-mail: mepires@gmail.com

### **Ricardo Luis Chaves Feijó**

Licenciado em Física, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Economia, todos pela USP. Professor Associado, desde 2003, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, FEA-RP / USP professor Associado da FEA-RP/USP. E-mail: riccfeij@usp.br

### **Wagner Tadeu Iglecias**

Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor doutor, ms-3, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Contato: wi6@usp.br